

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN

participação na era da informação
uma análise das TICs nos processos participativos

VÍTOR DOMÍCIO DE MENESES

FORTALEZA | 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO E
DESIGN

VÍTOR DOMÍCIO DE MENESES

PARTICIPAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USO DAS TICS
NOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS

FORTALEZA
2017

VÍTOR DOMÍCIO DE MENESES

**PARTICIPAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USO DAS TICS
NOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de Pesquisa: Planejamento Urbano e Design da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Ribeiro Cardoso
Coorientadora: Profa. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

**FORTALEZA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M488p Meneses, Vítor Domício de.
PARTICIPAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO : UMA ANÁLISE DO USO DAS TICS NOS
PROCESSOS PARTICIPATIVOS / Vítor Domício de Meneses. – 2017.
118 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Daniel Ribeiro Cardoso.

Coorientação: Profa. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas.

1. Participação. 2. Planejamento Urbano. 3. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). I. Título.
CDD 720

VÍTOR DOMÍCIO DE MENESES

**PARTICIPAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USO DAS TICS
NOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de Pesquisa: Planejamento Urbano e Design da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Ribeiro Cardoso
Coorientadora: Profa. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Daniel Ribeiro Cardoso (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno (Membro interno)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Dr. Gilberto Corso Pereira (Membro externo)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

Este é um processo que não se restringe aos dois anos de pesquisa, mas iniciou-se com as sementes da curiosidade, da pesquisa e da docência plantadas e cultivadas antes e durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo, culminando com o mestrado. Agradeço aos que plantaram estas sementes e acreditam que elas se tornarão grandes árvores.

Agradeço a Energia do Universo, que nos provoca importantes reflexões sobre a existência.

Agradeço a minha família: ao vovô Domício (*in memoriam*) por plantar a semente da curiosidade no meu olhar ainda menino; A vovó Madó, a Inha, a tia Arleide pela sincera torcida; A minha mãe Madeline, que acreditou em mim desde antes de eu nascer e permanece me incentivando a ir adiante; A tia Aline; Ao tio Jared; Ao tio Jairo; A Izabel, A tia Neli e aos primos Leila e Cacá, que sempre acompanham com alegria as conquistas; Ao meu pai Ricardo, que sempre incentivou as minhas escolhas profissionais; Aos meus irmãos Rodrigo e Ricardo Filho, por sempre compartilharem dos frutos comigo.

Agradeço a Rebeca, por acreditar sempre e me mostrar que “tudo acontece quando tem que acontecer” e pelos seus olhos que sempre sorriem para mim; Ao Seu Felipe, Dona Renata, Rachel e Felipe, por compartilharem com alegria cada passo adiante.

Agradeço a Victor Tsuneichi e Tuíro Camboim por compartilharem de muitas das sementes da vida e a todos os amigos que permanecem com a conversa franca e o abraço forte. Ao Gerson Amaral e a Nathália Coelho, pela torcida e revisão do projeto de pesquisa; Ao Jean Marcell, pelas conversas generosas e pelas tantas portas abertas de forma sempre companheira.

Agradeço aos meus eternos mestres: prof. Newton Becker e profa. Hulda Wehmann pelo conhecimento compartilhado com generosidade; A professora Camila Girão, por cultivar com entusiasmo a semente do urbanismo de forma sábia e compreensiva; A professora Sylvia Cavalcante, que me iniciou na pesquisa e na docência; A professora Tereza Gláucia, uma grande e sincera amiga, pelos muitos caminhos que me ajudou a trilhar.

Aos professores Almir Farias, Ricardo Bezerra, Clewton Nascimento, Paulo Alcobia, por ajudarem no amadurecimento da pesquisa e do pesquisador; Ao professor Renato Pequeno, antigo instigador de minha curiosidade sobre as questões urbanas; A todos os integrantes da minha turma de mestrado pelos anseios, reflexões e “terapias metodológicas de grupo” e por fazer história, sendo a 1ª turma do mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design da

Universidade Federal do Ceará: Bruno Melo Braga, Bruno Perdigão de Oliveira, Herbert de Vasconcelos Rocha, Igor Lima Ribeiro, Luana Ferreira Cavalcante, Maria Emília Schettini, Mariana Quezado Costa Lima, Maximino Barreto Frota Júnior, Simone Farias Cabral de Oliveira; Ao Ricardo Paiva e ao Rafael, pelo apoio da coordenação durante todo este processo.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo e demais participantes da pesquisa de campo: Manuela Teixeira, Raquel Leite, Lina Garcia, Raquel Rocha; Aos moradores da Comunidade Raízes da Praia por participarem da pesquisa: Seu Assis, Dona Rosa, Luciana, Ju, Cláudia, e a todos os que contribuíram de alguma forma.

Agradeço aos professores Renato Pequeno e Gilberto Corso por trazerem sua importante contribuição para a composição desta banca de avaliação. Agradeço a minha coorientadora Clarissa Freitas pelo seu olhar experiente, crítico e generoso, sempre contribuindo para o crescimento desta pesquisa. Agradeço ao meu orientador Daniel Cardoso por compartilhar perspectivas de mundo e ensinamentos em orientações que sempre pareceram conversas e conversas que sempre pareceram orientações, por ajudar a desenvolver-me enquanto pesquisador e profissional de forma generosa e paciente.

Agradeço a todos da Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC pelo apoio e dedicação na revisão final deste trabalho.

Agradeço a FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que concedeu a bolsa durante todo o período do mestrado e sem a qual não seria possível realizar esta pesquisa.

“As estruturas sociais que surgem hoje, baseadas em vínculos frágeis e muito numerosos, e entre organizações e pessoas afastadas entre si, são de tipo reticular. A sociedade se estrutura e funciona como uma rede, ou melhor, como uma série de redes interconectadas, que asseguram uma mobilidade crescente de pessoas, bens, informações. É a generalização dessa mobilidade que torna obsoletas as estruturas aureolares antigas fundadas em processos de “difusão”, limitadas espacialmente em áreas de mobilidade restrita. Essa organização em rede funda uma nova solidariedade de fato, como um sistema de interdependência entre as pessoas. Depois da ‘solidariedade orgânica’ da cidade industrial, surge uma terceira solidariedade, ‘comutativa’, que relaciona pessoas e organizações pertencentes a uma multiplicidade de redes interconectadas. O desafio para a democracia consiste então em transformar essa solidariedade comutativa em uma solidariedade ‘reflexiva’, ou seja, uma consciência de pertencimento a sistemas de interesse coletivo.” (François Ascher)

RESUMO

Embora a participação nos processos de planejamento urbano seja uma exigência para a elaboração de Planos Diretores nos municípios brasileiros, as condutas tecnocráticas ainda são predominantes, fazendo com que esses processos ocorram, em geral, sem a genuína participação popular. Este contexto revela o distanciamento entre cidadãos e governantes, fato que fragiliza as dimensões democráticas e reduz ainda mais a autonomia popular. Assegurar a inclusão da população no planejamento urbano é condição fundamental para a construção de cidades mais justas e democráticas. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) criam espaços para novas e instantâneas conexões entre os indivíduos. Isto permite a construção de uma interface de redes colaborativas sobre os mais diversos temas, inclusive questões relativas a cidade e a participação. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o uso das TICs nos processos de planejamento urbano participativo. Esta investigação parte do seguinte questionamento: Quais as dificuldades enfrentadas nos processos participativos e que tipo de alternativas as TICs oferecem para solucioná-las? Para responder a estas perguntas, a pesquisa realizou um estudo de caso do processo participativo da comunidade Raízes da Praia, em Fortaleza CE, promovido em parceria com o Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (ARQPET) a partir de uma demanda habitacional expressa pela comunidade. Neste processo, foram realizadas oficinas colaborativas com os moradores, entrevistas semiestruturadas e observação de campo com objetivo de caracterizar a experiência e apontar problemas e potencialidades do processo. A partir disto foram selecionados dispositivos virtuais de participação com potencial para auxiliar na resolução dos problemas identificados. Por fim, o trabalho propõe uma classificação dos dispositivos de acordo com os seus respectivos objetivos e a partir do tipo de conexão que proporcionam entre cidadãos e gestores, culminando em uma proposta de sistematização do uso das TICs enquanto suporte aos processos participativos nas etapas de planejamento urbano.

Palavras-chave: Participação; Planejamento urbano; Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

ABSTRACT

Although participation in urban planning processes is a requirement for the elaboration of Master Plans in Brazilian municipalities, technocratic behaviors are still predominant, making these processes occur, in general, without genuine popular participation. This context reveals the distance between citizens and rulers, which weakens the democratic dimensions and further reduces popular autonomy. Ensuring inclusion of the population in urban planning is a fundamental condition for the construction of more just and democratic cities. Information and Communication Technologies (ICTs) create spaces for new and instant connections between individuals. This allows the construction of an interface of collaborative networks on a wide range of topics, including issues related to city and participation. This research aims to analyze the use of ICTs in participatory urban planning processes. This research is based on the following question: What are the difficulties faced in participatory processes and what kind of alternatives do ICTs offer to solve them? To answer these questions, the research carried out a case study of the participatory process of the Raízes da Praia community, in Fortaleza CE, promoted in partnership with the Program of Tutorial Education of the Architecture and Urbanism Course of the Federal University of Ceará (ARQPET) from a housing demand expressed by the community. In this process, collaborative workshops were held with the residents, semi-structured interviews and field observation with the purpose of characterizing the experience and pointing out problems and potentialities of the process. From this, virtual participation devices with potential to help solve the identified problems were selected. Finally, the paper proposes a classification of the devices according to their respective objectives and from the type of connection that they provide between citizens and managers, culminating in a proposal of systematization of the use of the TICs as support to the participatory processes in the planning stages urban.

Keywords: Participation; Urban planning; Information and Communication Technologies (ICTs).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1.01 - Tirinha da Mafalda de autoria do cartunista Quino.....	26
FIGURA 1.02 - Tela do aplicativo “Meu ônibus” da Prefeitura de Fortaleza.....	31
FIGURA 1.03 - Acampamento do “Ocupe Cocó” em Fortaleza CE.....	32
FIGURA 2.01 - Diagrama de cérebro humano e mapa da cidade de Hamburgo.....	39
FIGURA 2.02 - Ilustração de Juliana Russo.....	42
FIGURA 2.03 - Diagramas de estruturas em “semi-trama” e em “árvore”	44
FIGURA 2.04 - Planta da cidade de Brasília e interpretação no diagrama em “árvore”	45
FIGURA 2.05 - Diagrama de formação do conceito de “excedente cognitivo”	48
FIGURA 2.06 - Gráfico sobre utilização de telefones móveis, internet e telefones fixos.....	51
FIGURA 2.07 - Diagrama do ciclo do planejamento urbano.....	56
FIGURA 2.08 - Escada da participação e pôster feito por estudantes franceses em 1969.....	64
FIGURA 2.09 - Interpretação da escada da participação.....	65
FIGURA 3.01 - Vista da Comunidade Raízes da Praia, em Fortaleza.....	71
FIGURA 3.02 - Mapa de localização do bairro Vicente Pinzón.....	76
FIGURA 3.03 - Mapa de limites do bairro Vicente Pinzón e relação com bairros vizinhos.....	77
FIGURA 3.04 - Mutirão para construção do “barracão” utilizando madeira e lona plástica.....	78
FIGURA 3.05 - Centro Comunitário Santo Expedito.....	78
FIGURA 3.06 - Mapa do quarteirão da comunidade Raízes da Praia.....	80
FIGURA 3.07 - Área de circulação entre as habitações, opondo-se ao “pátio central”	81
FIGURA 3.08 - Exemplo de residência da comunidade Raízes da Praia.....	82
FIGURA 3.09 - Espaço livre consequência da estratégia de ocupação da comunidade.....	82
FIGURA 3.10 - Criança moradora da comunidade Raízes da Praia.....	83

FIGURA 3.11 - Perspectiva aérea mostrando limites do terreno e a forma de ocupação.....	88
FIGURA 3.12 - Mapa de análise morfologia x usos.....	89
FIGURA 3.13 - Fachadas de residências da Comunidade Raízes da Praia.....	91
FIGURA 3.14 - Oficina de cartografia temporal.....	92
FIGURA 3.15 - Mapa dos equipamentos urbanos próximos da comunidade.....	93
FIGURA 3.16 - Amostra de desenhos produzidos na oficina “Raízes em Imagens”	94
FIGURA 3.17 - Amostra de fotografias produzidas na oficina “Raízes em Imagens”	95
FIGURA 3.18 - Exposição dos produtos da oficina “Raízes em Imagens”	96
FIGURA 3.19 - Oficina “Jogo com maquetes”	97
FIGURA 3.20 - Oficina “Jogo com maquetes”	98
FIGURA 3.21 - Manual desenvolvido para o “jogo com maquetes” com base na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza.....	99
FIGURA 3.22 - Diagrama de dados das entrevistas realizadas na Comunidade Raízes da Praia no eixo “dados do entrevistado”	101
FIGURA 3.23 - Diagrama de estudo das redes sociais da comunidade com baseado nas entrevistas semiestruturadas.....	103
FIGURA 3.24 - Resultados das entrevistas realizadas na Comunidade Raízes da Praia relativos aos eixos “A casa” e “A comunidade Raízes da Praia”	104
FIGURA 3.25 - Resultados das entrevistas realizadas na Comunidade Raízes da Praia relativos ao eixo “o projeto e a participação”	105
FIGURA 4.01 - Manifestação de junho de 2015 em Brasília.....	111
FIGURA 4.02 - Tela do Mapa Colaborativo no site do Fortaleza 2040.....	117
FIGURA 4.03 - Caminho dos dados inseridos na plataforma de mapeamento colaborativo do Fortaleza 2040.....	118
FIGURA 4.04 - Tela do Observatório Cidadão de Piracicaba.....	119

FIGURA 4.05 - Ferramenta “Panela de Pressão” desenvolvida pela rede Nossas Cidades.....	121
FIGURA 4.06 - Ferramenta “Legislando” desenvolvida pela rede Nossas Cidades.....	122
FIGURA 4.07 - Ferramenta “De guarda” desenvolvida pela rede Nossas Cidades.....	123
FIGURA 4.08 - Tela do site Change.org, de petições online.....	124
FIGURA 4.09 - Tela do site Alerta Democrático.....	125
FIGURA 4.10 - Tela de Pesquisa na modalidade “Sinais”, do Update Politics.....	126
FIGURA 4.11 - Tela de pesquisa na modalidade “Hubs” do Update Politics.....	127
FIGURA 4.12 - Nesta tela são exibidas informações resumidas sobre uma ferramenta específica e o link para o site respectivo.....	127
FIGURA 4.13 - Tela de Pesquisa na modalidade “Sinais” do Update Politics.....	128
FIGURA 5.01 - Imagem de uma das maquetes produzidas pelos moradores da comunidade Raízes da Praia na oficina “Jogo com maquetes”	131

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Listagem e caracterização das fases do planejamento.....	54
QUADRO 02 - Síntese dos novos princípios do urbanismo de François Ascher.....	59
QUADRO 03 - Panorama das oficinas realizadas na Comunidade Raízes da Praia.....	105
QUADRO 04 - Relação das etapas de planejamento com os tipos de dispositivos e os tipos de participação.....	129
QUADRO 05 - Correspondência entre tipos de dispositivo e tipos de conexão.....	135

LISTA DE ABERVIATURAS E SIGLAS

ARQPET – Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará

HABITAFOR – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza

MCP – Movimento das Centrais Populares

ONU – Organização das Nações Unidas

SIG – Sistema de Informações Geográficas

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: QUESTIONAMENTOS INICIAIS	15
1.1.	Questionamentos iniciais	15
1.2.	Apresentação do tema e Questões de Pesquisa.....	16
1.3.	Objetivos e Metodologia.....	19
	<i>1.3.1. Desenho da pesquisa.....</i>	20
	<i>1.3.2. Caracterização do processo participativo.....</i>	21
	<i>1.3.3. Levantamento dos dispositivos virtuais de participação</i>	22
1.4.	Estrutura do trabalho.....	22
2	CIDADE E PARTICIPAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO.....	24
2.1.	A cidade, as TICs e o planejamento urbano	25
	<i>2.1.1. A complexidade da cidade.....</i>	25
	<i>2.1.2. As Tecnologias de Informação e Comunicação no espaço urbano</i>	29
	<i>2.1.3. A cultura da participação e as redes</i>	31
	<i>2.1.4. Lidando com a complexidade da cidade: o planejamento urbano</i>	35
2.2.	Participação, cidadania e autonomia na construção da cidade	42
	<i>2.2.1. Participação e cidadania: pertencer a uma cidade</i>	42
	<i>2.2.2. Antiga (e atual) narrativa dos processos participativos.....</i>	45
	<i>2.2.3. Planos Diretores: participativos?.....</i>	48
	<i>2.2.4. A participação virtual e o papel das TICs</i>	49
3	REFLETINDO SOBRE O PROCESSO PARTICIPATIVO.....	51
3.1.	Antecedentes do processo participativo.....	52
3.2.	Histórico da ocupação e da comunidade	53
3.3.	Caracterizando a comunidade: morfologia como estratégia de ocupação.....	59
3.4.	Primeiros contatos com a universidade e o processo de desenho participativo	64
	<i>3.4.1. Oficina 01 – Cartografia Temporal</i>	66
	<i>3.4.2. Oficina 02 – Raízes em Imagens</i>	68
	<i>3.4.3. Oficina 03 – Jogo com Maquetes.....</i>	70
3.5.	O discurso dos moradores nas entrevistas semiestruturadas	74
3.6.	Avaliação do processo	79

4	DISPOSITIVOS VIRTUAIS: NOVOS CAMINHOS DE PARTICIPAÇÃO?	83
4.1.	Dispositivos, ferramentas e plataformas: uma proposta de classificação	84
4.1.1.	<i>Dispositivos de informação</i>	85
a.	Mapeamento colaborativo IPLANFOR	85
b.	Observatório Cidadão de Piracicaba	87
4.1.2.	<i>Dispositivos de Mobilização e Ativismo</i>	88
a.	Nossas.....	88
b.	Change.org	91
4.1.3.	<i>Dispositivos didáticos e de pesquisa</i>	92
a.	Alerta democrático	92
b.	Update Politics	93
4.2.	Os dispositivos e fases do planejamento urbano: possibilidades de suporte	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
6	REFERÊNCIAS	105
7	APÊNDICES.....	109

1 INTRODUÇÃO

“A investigação científica começa com a percepção de que o acervo de conhecimento disponível é suficiente para lidar com certos problemas. Não inicia-se ignorando o passado e começando do zero, pois a pesquisa trata de problemas, e não é possível fazer uma pergunta – e muito menos dar uma resposta – estando fora de algum grupo de conhecimento: somente quem vê pode perceber que algo está faltando.”
(BUNGE, 2002. p. 3)

A reflexão de Bunge revela a importância de considerar os fatos passados e os ensinamentos provenientes de suas experimentações na atividade da pesquisa científica, reconhecendo, portanto, a construção do conhecimento como um processo histórico, que vai transformando-se de forma dinâmica ao longo do tempo. Pesquisar e refletir sobre a cidade pressupõe estudar os fatos passados e considerar os conhecimentos adquiridos anteriormente visto que, tal como um palimpsesto que teve suas superfícies modificadas ao longo do tempo, o espaço urbano é construído diariamente por intervenções de atores diversos.

1.1 Questionamentos Iniciais

As inquietações que motivaram esta pesquisa surgiram ainda durante o curso de graduação em arquitetura e urbanismo, com reflexões acerca da cidade e sua complexidade. Ao analisar o território urbano para propor intervenções em diferentes escalas, deve-se considerar, para além dos limites da regulação urbanística, a rede de relações entre os elementos móveis e imóveis que constrói e modifica o espaço urbano. Planejar o território exige, sobretudo, estudar os conflitos existentes, compreender os significados da cidade enquanto espaço cotidiano e prever cenários e alternativas para resolução de problemas.

Assim, esta pesquisa parte de questionamentos suscitados no Trabalho Final de Graduação intitulado “Requalificação Urbana do Bairro Carlito Pamplona em Fortaleza Ceará”¹, desenvolvido pelo autor desta dissertação. Neste trabalho, foram propostas intervenções que otimizassem recursos e potencializassem usos existentes a partir das demandas apontadas no discurso dos moradores. Isto evidenciou o distanciamento entre os cidadãos e o planejamento da cidade e um crescimento urbano desalinhado das demandas locais. Este contexto é o ponto de partida das reflexões propostas nesta dissertação.

¹ Buscando atender as demandas locais utilizando os recursos existentes, a coleta de dados deste trabalho foi composta de percursos no bairro a pé; entrevistas com moradores e atividade lúdica com crianças (MENESES, V. D., 2014).

1.2 Apresentação do Tema e Questões de Pesquisa

A partir do distanciamento existente entre cidadãos e governantes e as sérias consequências disto para a cidade e seu planejamento, o tema desta dissertação é a participação dos cidadãos nos processos de planejamento urbano. Mais precisamente, a pesquisa investiga sobre os entraves na realização dos processos participativos e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no planejamento urbano como possibilidades de suporte a esses processos.

A charge criada pelo cartunista Quino (Fig. 1.01) demonstra com ironia a contradição entre o conceito de democracia, sistema de governo no qual o povo exerce soberania, e o desenvolvimento do sistema político democrático, muitas vezes caracterizado por corrupção, centralização do poder e exclusão social. A partir dessa definição, emerge um questionamento sobre a dimensão democrática na produção do espaço: Como garantir uma participação ativa da população no debate das questões urbanas?

Figura 1.01. Tirinha da Mafalda sobre democracia.



Fonte: <http://tirasdemafalda.tumblr.com/>

A participação popular é condição fundamental para a democratização dos processos de planejamento urbano pois, além de possibilitar uma maior proximidade entre habitantes da cidade e governantes, constitui-se como um aprendizado de cidadania (NUNES, 2006); possibilita a construção de planos e intervenções mais fidedignas às demandas existentes ao incluir os habitantes no processo de construção do espaço (ALEXANDER, 1998; SOUZA, 2015); e fornece maior autonomia popular aos cidadãos, que passam a ser participantes ativos na produção do espaço (KAPP et al, 2012).

Diversos experiências participativas foram desenvolvidas no Brasil principalmente após o marco jurídico da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade², que passou a exigir que planos diretores municipais fossem realizados de forma participativa. Apesar disto, uma

² A Constituição Federal de 1988 define, nos artigos 182 e 183 os termos da política urbana, que foram regulamentados pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001).

análise dos planos diretores pós estatuto da cidade mostra que o distanciamento entre cidadãos e gestores persiste, acarretando diversas consequências negativas para o planejamento e para a gestão da cidade (PEREIRA, 2015).

Além disso, percebe-se que existem diversos tipos de participação e que, muitas vezes, os processos ditos “participativos” resumem-se a cooptação ou consulta popular com grande influência de entes particulares (ARNSTEIN, 1969). Outro fator que prejudica as metodologias participativas e contribui para o distanciamento entre governantes e governados são os ruídos de comunicação principalmente entre o corpo técnico de planejamento e a população que, muitas vezes, são fruto de um planejamento tecnocrático que impede a exacerbação dos conflitos existentes, distanciando-se dos processos democráticos (PEREIRA, 2017).

Esta problemática suscita reflexão sobre a linguagem utilizada nos processos de planejamento participativo, muitas vezes inadequada para a comunicação entre cidadãos e gestores, e aponta para uma demanda por novas formas de representar a cidade, mais inclusivas e participativas.

Diante de todas as dificuldades enfrentadas para a implementação de um processo de planejamento urbano participativo e considerando também a complexidade do território da cidade, como desenvolver estratégias alternativas para processos de planejamento mais democráticos e eficientes?

As Tecnologias de Informação e Comunicação apresentam uma inédita rede de conexões que supera as barreiras de espaço e de tempo. A inserção destas tecnologias no cotidiano da cidade influenciou profundamente a forma de planejar, construir e relacionar-se. Não somente as relações interpessoais transformaram-se com o advento das TICs e da Internet, mas a forma de interagir com a cidade também mudou, criando no espaço virtual uma extensão do espaço físico, um “espaço ampliado” (FIRMINO e DUARTE, 2008).

A conectividade presente no espaço urbano através de sistemas de produção e compartilhamento de informações, tais como aplicativos de transporte público (Figura 1.02), mapas temáticos colaborativos, e outros serviços digitais relativos a infraestrutura urbana, tornam o cidadão cada vez mais ativo e interativo no espaço urbano.

Figura 1.02. Aplicativo “Meu ônibus” da Prefeitura de Fortaleza



Fonte: <https://itunes.apple.com/br/app/meu-%C3%B4nibus-fortaleza/id1018841004?mt=8>

Além deste tipo de aplicação, outro uso das TICs é o protagonismo que as redes sociais virtuais atingiram na mobilização e organização de grandes manifestações de rua no mundo todo:

...os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões. (CASTELLS, 2013).

Castells cita diversos movimentos que, a despeito de ocorrerem em diferentes territórios ao redor do mundo, conservam as mesmas características: mobilização e organização através das redes sociais, ausência de líderes declarados e reivindicações impulsionadas pelo descrédito com as instituições públicas através das manifestações contra corrupção e violência policial (CASTELLS, 2013).

Em Fortaleza, no acampamento do “Ocupe Cocó”, contrário as obras dos viadutos na área do Parque do Cocó, “os encontros, as discussões, o material a ser utilizado nas manifestações, tudo era trocado e acertado pelas redes sociais” (BRASIL e CAVALCANTI, 2015).

Figura 1.03. Acampamento do “Ocupe Cocó” em Fortaleza CE.



Fonte: g1.globo.com/ceara/noticia/2013/09/veja-cronologia-das-polemicas-e-protestos-envolvendo-o-coco.html

Movimentos como este expressam o protagonismo dos espaços virtuais de comunicação e compartilhamento de informações enquanto “...espaços de autonomia, bem para lá do controle dos governos e das empresas, os quais, ao longo da história, monopolizaram os canais de comunicação enquanto fundação do seu poder.” (CASTELLS, 2013. p. 20).

Essas alternativas de comunicação representam potenciais de suporte aos processos participativos, sobretudo com a criação de novos espaços de produção e troca de informações através da Internet. Neste sentido, considerando as diversas variáveis que atuam na execução de um processo participativo e o potencial de comunicação trazido pelas TICs, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: Quais as possibilidades de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no planejamento urbano enquanto suporte aos processos participativos?

1.3 Objetivos e Metodologia

Segundo Ascher (2010), estamos vivendo uma época de transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade da informação e do conhecimento. Esta condição, reforçada por Castells (1999) quando conceitua a “Era da Informação”, acarreta diversas transformações sociais e também novos desafios ao planejamento das cidades. Através da Internet, emergem redes de trabalhos colaborativos que superam as barreiras geográficas e contam com ampla participação dos usuários. A partir deste contexto, faz-se necessário investigar estas possibilidades e verificar suas aplicações no desenvolvimento de metodologias de planejamento urbano participativo. Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como se dá a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação no planejamento urbano participativo.

Como objetivos específicos, este trabalho pretende:

- a. Realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema da participação e do planejamento urbano;
- b. Caracterizar o processo participativo identificando pontos positivos e negativos na sua implementação;
- c. Analisar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação no planejamento urbano;
- d. Pesquisar dispositivos de participação e propor sistematização de uso conforme a classificação do dispositivo e a adequação às etapas de planejamento urbano.

1.3.1 Desenho da Pesquisa

Como pretende contribuir para o desenvolvimento de metodologias participativas mais eficientes e democráticas, esta pesquisa possui intenções de aplicação prática na atividade do planejamento urbano. Classifica-se, portanto, como uma pesquisa exploratória, buscando desenvolver e esclarecer conceitos e ideias (GIL, 2014) relacionados ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação no planejamento urbano.

No intuito de tentar compreender a realidade estudada, foi definida como objeto de estudo a participação no planejamento urbano. Em um primeiro momento, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema, contemplando a definição de conceitos essenciais para a elucidação das questões de pesquisa: Participação, Processo Participativo, Planejamento Urbano; Tecnologias de Informação e Comunicação. Neste trabalho, considera-se como pressuposto a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação pela sua própria ubiquidade (CASTELLS, 1999) em todas as áreas da sociedade contemporânea e admite-se que essas tecnologias exercem influência na cidade, nas pessoas e nas formas de comunicação. A construção de um desenho participativo, que sofre influência das TICs, traz consigo a demanda por cidadania e autonomia popular.

Após esta etapa, a pesquisa realizou um estudo de caso de um processo participativo realizado em 2016 na Comunidade Raízes da Praia (Fortaleza CE) em parceria com o ARQPET³, através de observação de campo (MINAYO, 2013) e entrevistas semiestruturadas (GIL, 2014). Foram realizados registros com o objetivo de caracterizar o processo participativo, extraindo pontos positivos e negativos de sua execução. Por fim, foi realizado um levantamento de dispositivos de participação e, através da relevância de suas ferramentas e objetivos, os dispositivos foram classificados e agrupados para melhor compreensão de sua utilização nos processos participativos.

A metodologia definida para coleta e análise dos dados nas etapas de pesquisa descritas acima foi a qualitativa, que deve ser empregada em situações nas quais não é necessário mensurar as informações para que elas sejam entendidas ou quando, mesmo que seja possível obter os dados quantitativos, eles são de pouca utilidade para a análise da pesquisa. Neves (1996), baseando-se nos argumentos de John Maanen, exemplifica um caso no qual somente a análise qualitativa

³ O Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo (ARQPET) é composto por um grupo de alunos da graduação e dois professores tutores do Curso de Arquitetura e Urbanismo que realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como assessoria de arquitetura e urbanismo para comunidades de Fortaleza, capacitação em ferramentas de representação de projeto, etc. Para mais informações: <http://pet.arquitetura.ufc.br/>

é necessária: “para não atravessar uma rua, basta que vejamos se aproximarmos um caminhão; não é necessário saber seu peso exato, a velocidade a que corre, de onde vem, etc.” (NEVES, 1996). No caso da pesquisa aqui apresentada, a partir das variáveis presentes no tema, percebeu-se que a quantificação de informações para basear análises não seria determinante no resultado. Portanto, decidiu-se pela análise qualitativa dos dados, ainda que dados de natureza quantitativa sejam coletados, estes serão analisados sob a abordagem qualitativa.

1.3.2 Caracterização do processo participativo

Para caracterizar e analisar o processo participativo, foi realizado um estudo de caso do processo participativo da comunidade Raízes da Praia, em Fortaleza CE. Esta tarefa, tendo como base os conceitos abordados, foi realizada a partir das considerações de Minayo:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2013. P. 61)

Buscando interpretar as informações a partir da interação com os atores da realidade pesquisada, também foi considerado o olhar do pesquisador através do método de observação em tempo integral (FERRARA, 1993), registrado em um diário de campo após cada visita de campo. Esse método auxiliou na construção de um conhecimento empírico e mostrou-se essencial na compreensão e interpretação dos dados coletados. Tal como diz Lucrecia Ferrara, ao descrever sua pesquisa:

O contato direto com o local de pesquisa mostrou-se como alternativa válida, metodológica e praticamente: o método do ‘ir pra ver’. Ao registro e à estatística dos dados, sobrepunha-se a presença do pesquisador no local e, sobretudo, a sua sagacidade de observação. (FERRARA, 1993. p. 17).

A observação do pesquisador tem a função de testar a validade dos dados obtidos de forma direta, uma vez que eles estão sujeitos a fatores de influência que podem não ser detectados durante a pesquisa, funcionando como um mecanismo de controle. Além da observação de campo, a metodologia de coleta de dados na Comunidade Raízes da Praia contou também com um conjunto de oficinas colaborativas que tinham o objetivo de criar um espaço de convivência entre moradores e pesquisadores e possibilitar momentos de diálogo para elaboração do projeto habitacional da comunidade. Para isso, as oficinas colaborativas utilizaram-se de dinâmicas de grupo, desenhos, fotografias e maquetes para produzir informações sobre a comunidade e construir uma demanda de projeto de forma colaborativa.

Ainda durante o período de realização do processo participativo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade, elaboradas com base na investigação sobre

processos participativos no planejamento. Para isso, utilizou-se as recomendações de GIL (2014) para a elaboração de uma lista de orientações para a entrevista direcionada aos pesquisadores – Alunos do ARQPET e da Graduação de Arquitetura e Urbanismo – que visava manter a conduta adequada perante o objeto e os sujeitos pesquisados. A entrevista escolhida é do tipo semiestruturada, que Gil define como entrevista por pautas:

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo. (GIL, 2014. p. 112)

A entrevista montada para esta pesquisa possui perguntas de respostas objetivas e subjetivas, deixando o entrevistado livre e dando oportunidade para que, por meio de um discurso espontâneo, ele possa expressar as demandas da comunidade. Esta estrutura também possibilita uma análise mais aprofundada sobre o objeto de estudo.

1.3.3 Levantamento dos dispositivos virtuais de participação

Após realizar um levantamento de dispositivos de participação que tem como base as TICs, foram definidos três grupos para classificação (Informação, Mobilização/Ativismo, Didáticos) baseando-se no uso e nos objetivos dos dispositivos. A partir da relevância, foram selecionados seis dispositivos que exemplificassem a classificação proposta para uma análise mais detalhada, de acordo com os seguintes aspectos:

- a. Classificação do uso do dispositivo;
- b. Nível de participação do usuário e possibilidades de uso;
- c. Coerência entre objetivos e resultados;
- d. Desdobramentos para a cidade a partir da participação do usuário.

Por fim, reunindo as informações coletadas e cruzando-as com o estudo realizado na fundamentação teórica, foi construída uma tabela de propostas de utilização dos dispositivos, relacionando-os com as Fases do Planejamento Urbano e os Tipos de Participação.

1.4 Estrutura do trabalho

O trabalho está organizado seguindo a ordem de investigação. Este capítulo 01 – Introdução, é uma contextualização do tema e dos elementos fundamentais da pesquisa, caracterizando-os de forma preliminar.

O capítulo 02 – Fundamentação Teórica, embasa o trabalho a partir dos conceitos fundamentais e da discussão suscitada pela pesquisa. Neste capítulo serão discutidos os conceitos de Cidade e Planejamento urbano na Era da Informação, Participação, Cidadania, Autonomia, Processos participativos e TICs,

O capítulo 03 – Refletindo sobre o Processo Participativo, é a descrição e análise da experiência participativa realizada na Comunidade Raízes da Praia, em Fortaleza Ceará. Este capítulo caracteriza o processo participativo proposto e executado na comunidade com o objetivo de apreender as questões envolvidas e identificar pontos positivos e negativos da metodologia.

O capítulo 04 – Dispositivos virtuais: Novos caminhos de participação? é composto pelo estudo de alguns dispositivos de participação baseados em TICs objetivando apresentar alternativas para os problemas encontrados na realização de processos participativos. Os dispositivos são analisados para verificar a viabilidade da sua utilização com suporte aos processos participativos.

O capítulo 05 – Considerações Finais reúne as perspectivas provocadas pela pesquisa em uma avaliação final dos resultados encontrados, refletindo sobre a utilização das TICs e apontando novos caminhos investigativos para pesquisas futuras, surgidos a partir desta dissertação.

2 CIDADE E PARTICIPAÇÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO

“Essa cidade virtual se permite um espaço deslocado. Um espaço sem lugar, porque se permite estar ao mesmo tempo em múltiplos lugares; os endereços locais da cidade virtual se localizam na geografia do mundo global. O tempo e o espaço imbricam-se superpondo-se, misturando-se e negando-se. A cidade tradicional marcava-se pelas suas atividades produtivas comerciais ou industriais num tempo/espaço contíguos e determinados por clara relação de causa e consequência. A cidade virtual ensina o tempo a misturar-se no espaço e a transformar-se com ele. Essa é a maneira pela qual os investigadores da cidade virtual têm interpretado os desafios que a moderna tecnologia impõe ao seu objeto de estudo.”
(FERRARA, 2000. p. 20)

A influência dos novos meios de comunicação no cotidiano das cidades é assunto amplamente explorado, muitas vezes com fins publicitários, utilizando o argumento do “progresso das tecnologias” para estimular o consumo de aparelhos eletrônicos. A ampliação das possibilidades de conexão e compartilhamento de mídias dotam os novos meios de um grande potencial de comunicação e acesso a informação. Estas transformações apontam para novas formas de relacionar-se no espaço urbano/virtual, ampliando as possibilidades de participação em diversos contextos. Porém, qual a influência real das TICs no planejamento da cidade? E ainda, como utilizar o potencial destas tecnologias para a promoção de processos participativos?

Figura 2.01. Diagrama do cérebro humano e mapa de Hamburgo.



Fonte: Johnson, 2003.

Baseado nestes questionamentos, este capítulo discute sobre as transformações sociais relativas a revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e suas consequências para a cidade e seu planejamento. Na primeira parte, será exposta a revolução da Era da Informação

(Castells, 1999; Ascher, 2010; Firmino e Duarte, 2008) e suas consequências para a cidade contemporânea. Após isso, será debatida a relação entre participação e internet (Shirky, 2011; Gomes, 2011), caracterizando também a construção de um espaço híbrido (urbano e virtual) através da relação entre movimentos sociais em rede (Castells, 2013). Por fim, com base nos argumentos de Ascher (2011), será exposto um conjunto de princípios de planejamento e projeto urbano relativos a mudança de paradigma trazida pelas TICs.

2.1 A cidade, as Tecnologias de Informação e Comunicação e o planejamento urbano

2.1.1. A complexidade da cidade

Ao tratar a cidade como objeto de estudo, é tarefa importante colocar-se na posição de observador. Direcionar a atenção para um fenômeno tão diverso e complexo como a cidade revela fatos que demandam diversas perspectivas de análise. O escritor francês Georges Perec fez uma experiência em Paris no ano de 1974¹ na qual passou três dias instalado em uma praça da cidade observando os elementos urbanos e suas relações. O autor registrou tudo o que viu em um caderno, originando um texto de escrita livre e poética que, através da descrição dos fatos observados, caracteriza a interação de inúmeros atores na cidade e a sua consequente complexidade. O próprio título do livro, “Tentativa de esgotamento de um local parisiense”, já evidencia que o autor não admite ser possível esgotar o local, dada a diversidade de atores, espaços, processos, relações e eventos que acontecem simultaneamente.

Figura 2.02. Ilustração de Juliana Russo de um ambiente urbano.



Fonte: <https://www.livrariacultura.com.br/revistadacultura/reportagens/caminhar-e-parar>.

¹ Experiência registrada no livro “Tentativa de esgotamento de um local parisiense” (PEREC, 2016).

Sendo a cidade, pois, uma manifestação das relações sociais, econômicas e culturais, o espaço urbano é palco de festejos, debates, lutas e conflitos. Ao analisar o cotidiano, é possível identificar que o “organismo” urbano possui um comportamento específico, dando vazão aos impasses sociais através da produção ininterrupta do espaço. A morfologia, a forma de ocupação, as características físicas, sociais, naturais e construídas, tudo faz parte do grupo de atributos produzidos diariamente por muitos atores distintos.

Esta observação, portanto, permite conceituar a cidade como um lócus complexo, composto por elementos físicos, ações, dinâmicas e contextos sócio espaciais, formando um todo cujas partes interagem entre si:

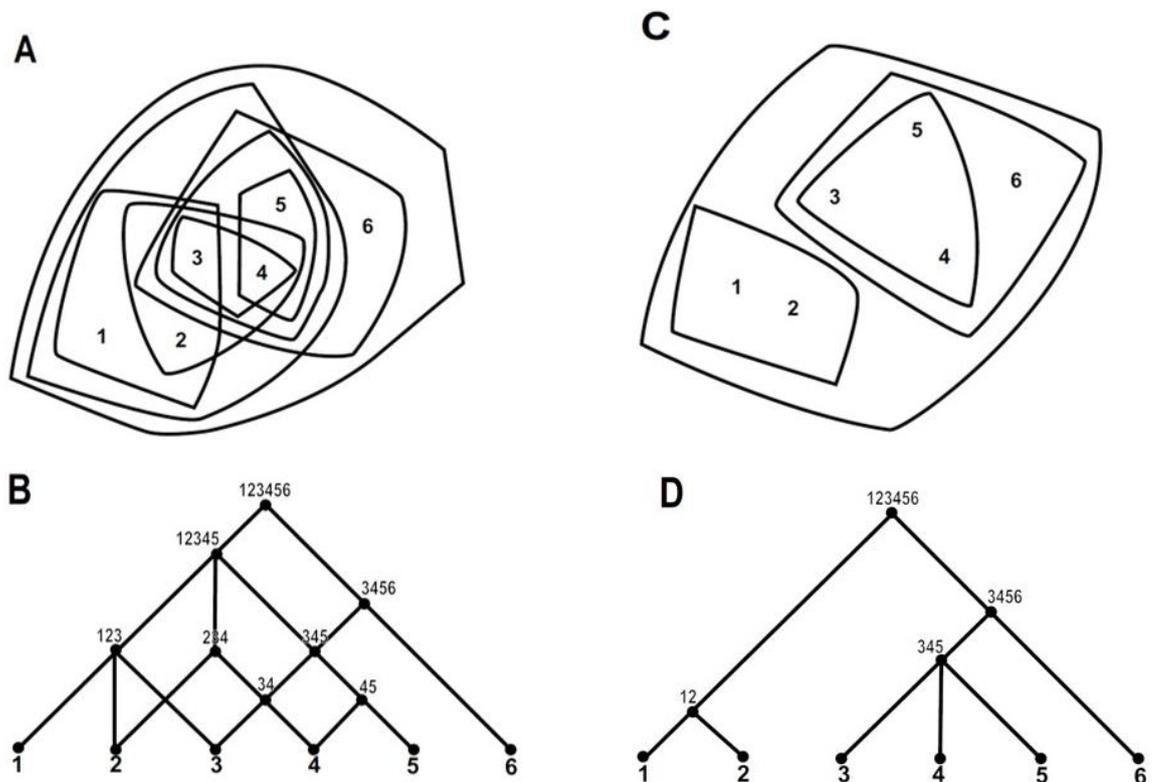
Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele, participando com os outros num mesmo palco. (LYNCH, 2003. p. 11)

Este raciocínio além de demonstrar a simbiose entre as pessoas e o espaço urbano, que é produto das diversas vivências e memórias individuais, evidencia a complexidade da cidade. Essa caracterização é reforçada quando o autor relata que, para tentar identificar a trama de relações existentes, é preciso compreender “mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir” (LYNCH, 2003), sugerindo que existe uma “camada invisível” de ligações entre os elementos da cidade, cuja visualização depende da sensibilidade do observador.

Christopher Alexander corrobora com estes argumentos quando interpreta o tecido urbano como produto das relações existentes, definindo a cidade como uma “estrutura abstrata”, composta de “partes fixas” e “partes móveis” (ALEXANDER, 2008). Trazendo um referencial do campo da matemática, o autor explica que existem dois tipos de pensamentos para compreender como um sistema de pequenos conjuntos se relaciona, a estrutura em “árvore” e a estrutura em “semi-trama”. Ele diz que as cidades espontâneas, naturais, são estruturas em “semi-trama”, mais complexas e, as cidades planejadas – fazendo uma direta e profunda crítica ao urbanismo modernista – são estruturas em “árvore”, menos complexas e por isso mesmo, utilizadas para interpretar e projetar a cidade, numa tentativa de simplificar a realidade para apreendê-la.

Porém, a crítica do autor, que dá nome ao ensaio, “a cidade não é uma árvore”, reside no fato de que não adianta utilizar estruturas em “árvore” para tratar de cidades, sejam elas planejadas ou espontâneas, pois o sistema urbano é complexo e não admite somente relações lineares, mas pode ser entendido como um grande sistema de conjuntos que estabelecem ligações em todas as direções.

Figura 2.03. Diagramas A e B são estruturas “semi-trama” e os diagramas C e D são estruturas “árvore”.



Fonte: ALEXANDER, 2008.

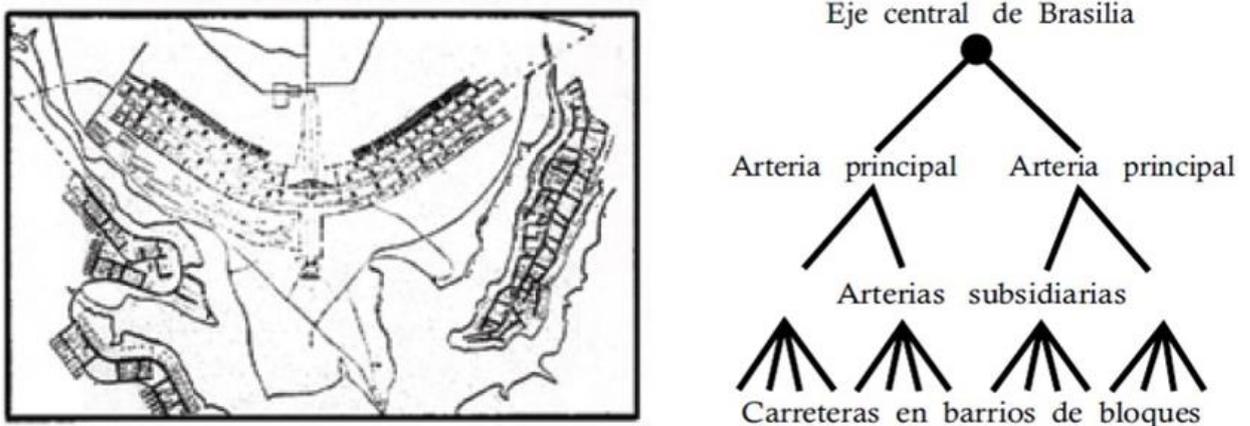
Exemplificando o funcionamento natural da cidade como sendo um grande sistema de relações complexas entre seus elementos, o autor descreve com riqueza de detalhes uma cena do cotidiano da cidade de Berkeley:

Em Berkeley, por exemplo, na esquina de Hearst com Euclid, há uma farmácia e, do lado de fora, um sinal de trânsito. Na entrada da farmácia há uma estante onde os jornais do dia ficam expostos. Quando o sinal de trânsito está vermelho, as pessoas que aguardam para atravessar a rua ficam ali de pé, à toa, bem ao lado do sinal. E já que não têm nada pra fazer, enquanto aguardam, aproveitam para dar uma olhadinha nos jornais expostos na estante, que podem ser visualizados do local onde elas estão em pé. Alguns leem apenas as manchetes, mas outros aproveitam pra comprar um exemplar, enquanto esperam o sinal abrir. Este efeito torna a estante e o sinal de tráfego, 'interativos'; a estante, os jornais nela expostos, o dinheiro que transita do bolso das pessoas para o cofrinho da estante, as pessoas que param no sinal e leem jornais, o sinal de trânsito, os impulsos elétricos que comandam o sinal, e a calçada onde as pessoas ficam paradas, tudo isto forma um 'sistema', uma vez que funcionam em conjunto. (ALEXANDER, 2008).

Neste caso, o autor classifica o sinal de trânsito e a estante como “interativos”, pois atuam em conjunto para a criação de uma situação peculiar que é composta de partes móveis e imóveis que dependem umas das outras para o sistema funcionar (ALEXANDER, 2008), argumento também presente no discurso de Lynch (2003) supracitado.

O objetivo da crítica de Alexander é demonstrar que, por mais que interpretar o contexto urbano como sendo “árvore” seja uma maneira de reduzir a complexidade na busca de apreender a cidade real, esta conduta que traz embutido um desejo por simetria e ordem próprio do ideário modernista, como exemplifica com o caso do plano de Brasília (Fig. 01). Segundo o autor, “Para a mente humana, a ‘árvore’ é o veículo mais fácil para raciocínios complexos, mas a cidade não é, não pode ser e nem deve ser uma árvore.” (ALEXANDER, 2008).

Figura 2.04. Do lado esquerdo, a imagem da planta de Brasília, de autoria de Lucio Costa. Do lado direito, a interpretação do plano da cidade através de um diagrama em “árvore”.



Fonte: ALEXANDER, 2008.

Segundo Michael Batty, a ideia de cidade antigamente era comparada ao conceito de “sistema”, cujas partes interagem em equilíbrio, como em uma máquina. Porém, atualmente, a cidade tem sido encarada muito mais como um “organismo”, aproximando-se da biologia quando admite-se que as partes da cidade não interagem para permanecer em equilíbrio, mas que, o produto final da cidade é fruto de um conjunto de decisões individuais de suas partes que emergem (de baixo para cima) formando o caos e as catástrofes, por exemplo (BATTY, 2011).

Na obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jacobs (2013) faz uma dura crítica ao planejamento vigente na época, de cunho funcionalista. Dentre outros aspectos, o livro apresenta profundas reflexões acerca do funcionamento das cidades, embasadas em longas observações do cotidiano que são descritas com riqueza de detalhes para embasar as análises sobre a diversidade urbana:

Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa. Sua essência é a complexidade do uso das calçadas, que traz consigo uma sucessão permanente de olhos. Essa ordem compõe-se de movimento e mudança, e, embora se trate da vida, não de arte, podemos chamá-la, na fantasia, de forma artística da cidade e compará-la à dança – não a uma dança mecânica, com os figurantes erguendo a perna ao mesmo tempo, rodopiando em sincronia, curvando-se juntos, mas a um balé complexo, em que cada indivíduo e os

grupos têm todos papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado. (JACOBS, 2013. p. 52)

A visão da autora corrobora com o argumento de Batty sobre a mudança na percepção da cidade, que agora é representada pela figura do “organismo” e não mais pela ideia “maquina”. A partir desta análise, utilizando-se da metáfora da “dança”, a cidade passa a ser encarada como um conjunto de elementos que atuam para que o “organismo urbano” funcione para atender as suas funções. Neste sentido, até mesmo os conflitos de cunho social, econômico e ambiental fazem parte da natureza do organismo, cujas problemáticas são resolvidas em um contínuo movimento de mudanças.

2.1.2. *As Tecnologias de Informação e Comunicação no espaço urbano*

Para além dos fatores provenientes do tecido urbano, desde quando a cidade existe como aglomerado habitado, as TICs também influenciam sobremaneira na complexidade da cidade, na forma como ela é construída, interpretada e vivenciada. Além de revolucionar a comunicação entre os habitantes, as TICs transformaram as maneiras de representar o espaço e relacionar-se com ele. A cidade é a manifestação física das relações sociais e, a partir deste entendimento, compreende-se que as transformações sociais significam também transformações urbanas, e vice-versa.

A influência da tecnologia no cotidiano das grandes cidades pode ser percebida desde a escala do cidadão até a escala do governo. A ubiquidade das tecnologias no espaço urbano, sobretudo as TICs, estabelece para os cidadãos, novas formas de agir na cidade e relacionar-se com os espaços e outros habitantes. Compras e transações bancárias são realizadas *online*; Aplicativos de transporte público oferecem conforto e mobilidade; Redes sociais permitem compartilhamento de informações a grandes distâncias, difusão de novos meios de comunicação ampliam as possibilidades de interação social. Castells (1999) defende que o protagonismo dos sistemas digitais tem implicações sociais, econômicas, culturais e interpessoais e define isto como a “Era da Informação”. Diversos autores referem-se a inserção das TICs em todas as esferas da sociedade como um período de grandes mudanças, constituindo uma profunda transformação social, como diz François Ascher:

As sociedades ocidentais estão em mutação, entrando em uma nova fase da modernidade, que assiste a evolução profunda das maneiras de pensar e agir, da ciência e da técnica, das relações sociais, da economia, das desigualdades sociais e das formas de democracia. Essas mutações implicam e tornam necessárias transformações importantes na concepção, produção e gestão das cidades e do território; elas engendram uma nova revolução urbana moderna, a terceira desde a revolução da cidade clássica e da cidade industrial. (ASCHER, 2010. p. 17-18)

Considerando a complexidade própria da aglomeração urbana e adicionando-se a isso o advento das TICs, temos a transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade da informação e do conhecimento (ASCHER, 2010; CASTELLS, 1999), manifestada pela emergência de redes:

As estruturas sociais que surgem hoje, baseadas em vínculos frágeis e muito numerosos, e entre organizações e pessoas afastadas entre si, são de tipo reticular. A sociedade se estrutura e funciona como uma rede, ou melhor, como uma série de redes interconectadas, que asseguram uma mobilidade crescente de pessoas, bens, informações. (ASCHER, 2010. p.45)

Esta mobilidade crescente de elementos físicos e abstratos também representa uma transformação dos sistemas democráticos, uma vez que a novas possibilidades de comunicação e interação emergem a partir das TICs. Os novos meios de comunicação, principalmente através da Internet, contribuem para potencializar as redes sociais existentes, criando novos espaços de troca no ambiente virtual. Castells (1999) classifica “A era da informação” como uma revolução, “um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII” e, assim como as outras revoluções tecnológicas, caracteriza-se por sua “penetração em todos os domínios da atividade humana” (CASTELLS, 1999. p. 88). Segundo o autor, os acontecimentos relativos a esta revolução trouxeram consequências para diversas esferas da sociedade de maneira tão profunda que configuram-se como um novo paradigma no mundo contemporâneo, o paradigma da tecnologia de informação:

“A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores. O segundo aspecto refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico. A terceira característica refere-se à lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação.

[...] Em quarto lugar, referente ao sistema de redes, mas sendo um aspecto claramente distinto, o paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade. Não apenas os processos são reversíveis, mas organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização de seus componentes.

[...] Então, uma quinta característica dessa revolução tecnológica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado.” (CASTELLS, 1999. p. 124-125)

Entretanto, admite-se que o potencial das novas tecnologias é relativo e não pode ser encarado sempre de forma positiva, e que somente “análises específicas e observação empírica conseguirão determinar as consequências da interação entre as novas tecnologias e as formas sociais emergentes.” (CASTELLS, 1999. p. 125).

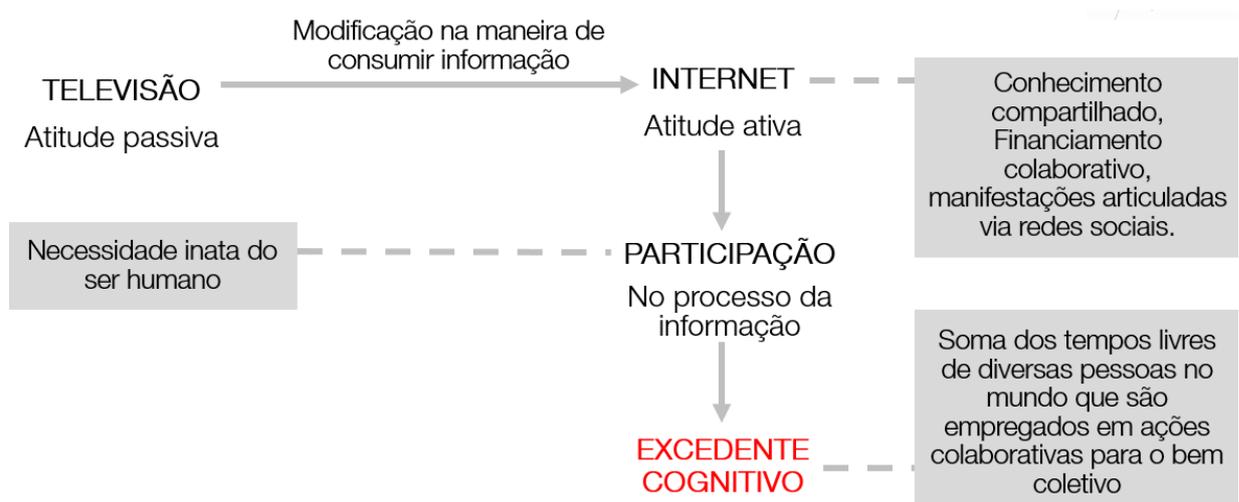
2.1.3. A cultura da participação e as redes

A Era da Informação aponta para uma mutação do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo, uma valorização do conhecimento – informações e procedimentos – enquanto produto a ser apropriado e vendido (ASCHER, 2010). Esta tendência é reforçada pelo conceito de “excedente cognitivo”, definido como o tempo livre gasto *online* em prol de ações coletivas (SHIRKY, 2011). Ao longo dos anos, com a evolução dos meios de comunicação, a forma de consumir informação sofreu transformações. A conduta apática e solitária do público da televisão foi dando espaço para todas as possibilidades de interação dos usuários da Internet com uma diferença principal: as pessoas passaram de uma posição passiva, de apenas consumidores, para uma posição ativa, de agentes participantes do processo da informação. O autor demonstra isto com o caso da enciclopédia virtual Wikipédia:

As pessoas perguntam ‘Onde eles encontram tempo?’, referindo-se aos que trabalham na Wikipédia, não compreendem como todo aquele projeto é minúsculo em relação ao tempo livre coletivo que todos possuímos. Algo que torna a era atual notável é que podemos agora tratar o tempo livre como um bem social geral que pode ser aplicado a grandes projetos criados coletivamente, em vez de um conjunto de minutos individuais a serem aproveitados por uma pessoa de cada vez. (Shirky, 2011. p.15).

O esquema abaixo demonstra o conceito de excedente cognitivo explorado por Shirky (2011) através da comparação entre a conduta do consumidor da informação.

Figura 2.05. Diagrama “Excedente cognitivo”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Shirky, 2011.

Os novos meios de comunicação podem ser compreendidos, a partir desta argumentação, como interfaces que possibilitam a concretização de ações colaborativas, dando vazão a uma necessidade inata de participação: “As pessoas querem fazer algo para transformar o mundo em um lugar melhor. Ajudam, quando convidadas a fazê-lo.” (SHIRKY, 2011. p. 21).

O principal impacto dos novos meios nas relações e na vida urbana está ligado a comunicação que, através de aparelhos como *smartphones* e *tablets*, empodera as pessoas dando-lhes cada vez mais conectividade, transformando cada cidadão em um agente ativo do processo de comunicação (SHIRKY, 2011). Essa participação de forma independente é facilitada através das redes sociais da internet, que, segundo Castells (2013) são espaços encarados como livres do controle das grandes empresas de comunicação².

Considerando a atual crise de representatividade política vivida nos sistemas democráticos, a participação torna-se pauta essencial devido ao “descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos.” (BORDENAVE, 1983). Nesse sentido, a Internet possibilita, entre outras atividades, a criação de redes de mobilização populares em prol de reivindicações coletivas e debates sobre questões urbanas e decisões políticas, ampliando o espaço democrático através da participação popular.

Pode-se observar a influência da internet através do protagonismo das redes sociais *online* que potencializam as redes sociais *off-line* existentes e dão suporte aos movimentos sociais contemporâneos. Embora a atuação destes movimentos seja organizada através da Internet, o meio de conexão é sempre utilizado como extensão do espaço urbano para mobilização em prol de ações coletivas (CASTELLS, 2013), fato que amplia o grupo de pessoas participantes e dá notoriedade aos movimentos.

Através da análise dos movimentos sociais, compreende-se a internet como foco do novo sistema social, uma grande plataforma de compartilhamento de informações, transformando os espaços virtuais em extensões do espaço físico e criando um *locus* híbrido de relações. Esse espaço híbrido nada mais é do que a própria sociedade espacializada na cidade. Nesta “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999) surgem iniciativas independentes de resistência e participação, nas quais a informação é protagonista. Esse processo é maximizado no atual momento histórico ao estabelecer redes de colaboração em prol de causas coletivas e dar mais autonomia aos movimentos sociais:

...os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões. (CASTELLS, 2013. p. 12).

² Atualmente se tem amplo conhecimento sobre diversas ferramentas de controle e manipulação através das redes sociais, muitas delas desenvolvidas e utilizadas por grandes empresas e governos. No entanto, o argumento do autor refere-se a uma liberdade de comunicação permitida pelas redes sociais, ao contrario de outros meios de comunicação, como a televisão.

Na última década, em diversas partes do mundo, grandes manifestações ocorreram com auxílio de redes sociais da Internet. As redes sociais preexistentes não foram ignoradas, mas potencializadas pelos novos meios de comunicação, que possibilitaram uma maior conexão entre os atores sem impedimentos de espaço e tempo, reforçando as redes pré-existentes na cidade.

A despeito do contexto em que essas manifestações ocorreram – discutir esse contexto não faz parte do objetivo desta pesquisa – o trabalho de Castells (2013) revela comunidades e movimentos sociais que, através da conexão possibilitada pela Internet, trocam experiências e compartilham conquistas com outras comunidades em diversos locais do mundo. Este fato exemplifica a superação dos limites físico-territoriais através da rede.

A internet pode ser entendida, portanto, como uma plataforma virtual de extensão do espaço público físico. Isto demonstra as novas possibilidades de organização, mobilização e comunicação dos movimentos sociais. O espaço virtual, ou “ciberespaço” (LÉVY, 1999), através do ciberativismo, já é utilizado para construir grandes manifestações que influenciam diretamente no espaço público real.

Segundo Marques (2014), grande parte dos estudos relativos aos impactos das tecnologias digitais sobre a democracia apresentam dois problemas: “determinismo tecnológico”³ e ingenuidade nas análises sobre o poder das instituições e agentes representativos. Além disso, o autor atesta como proeminentes nestes estudos “os questionamentos acerca dos limites que a exclusão digital impõe a projetos dedicados ao aperfeiçoamento dos mecanismos de participação ou de transparência” (MARQUES, 2014).

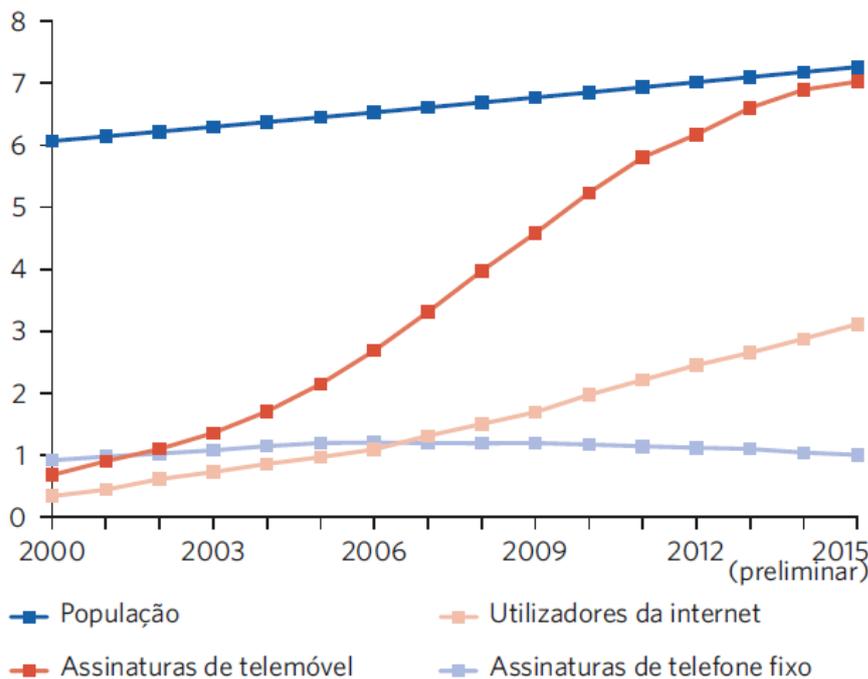
De acordo com o Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio produzido pela Organização das Nações Unidas em 2015, um dos objetivos para o milênio é “Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento”. Uma das metas deste objetivo é a ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação, necessidade embasada nos estudos sobre a exclusão digital que indicam que, em 2014, “menos de um terço da população no mundo em

³ Entende-se por determinismo tecnológico a crença de que a tecnologia provoca transformações na sociedade e não o contrário. Também pode-se incluir neste conceito a percepção da influência da tecnologia como algo sempre positivo. Segundo Castells “É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.” (Castells, 1999. pág. 64).

vias de desenvolvimento está online, em comparação com os 78 por cento no mundo desenvolvido”. Ao mesmo tempo, no relatório de 2015 já é percebido um aumento de pessoas que possuem telefone móvel e internet (Fig. 2.06).

Figura 2.06. Gráfico sobre a utilização de telefones móveis, internet e telefones fixos.

Número estimado de assinaturas de telemóvel, utilizadores de Internet e assinaturas de telefone fixo, 2000 - 2015 (mil milhões)



Fonte: ONU, 2015.

O reconhecimento do acesso as novas tecnologias como parte integrante de um dos objetivos do milênio demonstra a compreensão das possibilidades de desenvolvimento trazidas pelos novos meios de comunicação. Este contexto gera um impasse nas pesquisas sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, contando que, apesar das TICs representarem a democratização do acesso à informação, também impõe a necessidade de acesso à Internet, condição que não contempla todos os habitantes do mundo. Porém, como defende Lévy (1999) as questões socioeconômicas que estão envolvidas no contexto da exclusão digital, que repercutem nos números de usuários da Internet, não invalidam as pesquisas nesta área:

Ainda que apenas um quarto da humanidade tenha acesso ao telefone, isso não constitui um argumento ‘contra’ ele. Por isso não vejo por que a exploração econômica da Internet ou o fato de que atualmente nem todos tenham acesso a ela constituiriam, por si mesmos, uma condenação da cibercultura ou nos impediriam de pensá-la de qualquer forma que não a crítica. (LÉVY, 1999. p.13)

O autor argumenta que, embora as limitações relativas à exclusão digital existam e determinem que grandes populações não tenham acesso as novas tecnologias, isto não deve impedir os estudos sobre as possibilidades oferecidas, pois isto representa o desenvolvimento de novos modelos de mediação de questões coletivas e, portanto, de interesse público. No caso do planejamento urbano e as possibilidades de participação trazidas pelas TICs, essas tecnologias possuem um potencial transformador no acesso a informação, não podendo ser ignoradas, pois já fazem parte, ainda que imperceptivelmente, de grande parte da realidade sociocultural.

2.1.4. Lidando com a complexidade da cidade: o planejamento urbano

A partir do entendimento da complexidade da cidade através dos argumentos já explorados, contexto proveniente da escala geográfica do território urbano e da quantidade de relações existentes, o planejamento urbano torna-se essencial para alcançar o ordenamento e o desenvolvimento territorial desejados. A palavra planejamento refere-se sempre ao futuro, principalmente relacionado ao conceito de previsão. Para Souza, a complexidade do planejamento urbano refere-se ao envolvimento de “todo um coletivo social, prenhe de conflitos e contradições e uma ponderável dimensão de imprevisibilidade.” (SOUZA, 2000). Mesmo considerando a dimensão de imprevisibilidade, a tarefa do planejamento é tentar prever as dinâmicas para propor diretrizes e ações. Para Souza:

...planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno, explicitar intenções de ação, estabelecer metas e diretrizes. Ou, para dizer a mesma coisa de modo talvez mais direto: buscar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor se precaver contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. (SOUZA, 2000. p.149).

Quando inicia-se a etapa de execução do que foi planejado, as atividades passam a relacionar-se com a gestão. Segundo Souza, a gestão é complementar ao planejamento e remete ao presente: “...gerir significa administrar uma situação com os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas.” (SOUZA, 2006. p. 150). Portanto, a gestão tem a tarefa de administrar a execução e os resultados previstos anteriormente pelo planejamento.

A partir da reflexão sobre o ato de planejar, pode-se inferir que, sendo o planejamento uma atividade que pretende estudar o presente para propor ações futuras, um processo de planejamento, para ser eficiente, deve ser composto por algumas etapas básicas. Segundo pesquisa realizada por Ferrari (1986), tais etapas são: conhecimento da área a ser planejada, compreensão e reflexão sobre a realidade local, julgamento da situação estudada e a proposição de soluções e intervenções. Essas etapas podem ser agrupadas em ações: Conhecer,

Compreender, Julgar e Intervir e, portanto, o planejamento urbano pode ser dividido em duas etapas principais: Elaboração do plano (pesquisa, análise, diagnóstico, previsão e plano básico) e a Implantação do plano (execução do programa, controle e fiscalização, avaliação, revisão e atualização) (FERRARI, 1986).

Por outro lado, Saboya (2000), ao comparar diversas tentativas de definição das fases de um processo de planejamento, identificou uma estrutura básica contemplada por muitos dos autores consultados. A estrutura básica de planejamento definida por Saboya é composta pelas seguintes etapas: Descrição do Sistema, Definição do problema, Determinação dos objetivos, Definição de alternativas, Avaliação e seleção da melhor alternativa, Implementação e Monitoramento (SABOYA, 2000). Pode-se dizer, comparando as estruturas de Ferrari e Saboya, que existe uma sequência básica de fases de um processo de planejamento, variando apenas na nomenclatura, conforme sistematizado no quadro abaixo.

Quadro 01. Caracterização fases do planejamento urbano.

	FASE	DEFINIÇÃO	ATORES	PRODUTO
ELABORAÇÃO (Conhecer, Compreender, Julgar)	Pesquisa	Conhecimento da realidade em estudo. Consulta a base de dados; Entrevistas; Visitas ao local; Pesquisas a partir de levantamento prévio.	Estado, Cidadãos, Estado, Iniciativa privada.	Relatório de dados coletados.
	Análise	Compilação dos dados com objetivo de compreendê-los . Atuação interdisciplinar para produzir noção de conjunto e percepção global do território .	Corpo técnico de planejamento, empresas de consultoria.	Mapas, tabelas, gráficos, diagramas, textos-síntese.
	Diagnóstico	Julgamento dos dados coletados para identificar padrões e inter-relações, problemas e potencialidades .	Corpo técnico de planejamento.	Mapas, modelos, simulações, gráficos, tabelas.
	Previsão	Diagnóstico da situação futura , construção de modelos urbanos (digitais ou físicos) e demais simulações.	Corpo técnico de planejamento, empresas de consultoria.	Mapas, modelos, simulações, gráficos, tabelas.
	Antes de elaborar o plano básico, deve existir um pré-plano para ser discutido e compor o programa de necessidades do plano básico.			
	Plano Básico	Documento composto de plano a longo prazo, plano a médio prazo, plano de ação . Este plano deve conter as metas e diretrizes definidas para o território.	Corpo Técnico, Cidadãos, órgãos do Estado, Iniciativa privada.	Orçamentos, descrições, dissertações, especificações.
IMPLANTAÇÃO	Execução	Implantação e gestão das ações propostas . Definição das equipes e funções, reunião de recursos e mobilização dos atores sociais.	Prefeitura, órgãos de planejamento e gestão, cidadãos.	Relatórios de ações com resultados da implantação
	Controle e Fiscalização	Simultânea a Execução do programa. Mecanismos de acompanhamento da implantação do plano . Uso de ferramentas de controle social e fiscalização.	Cidadãos, ONGs, Controladoria, Iniciativa privada, Corpo técnico.	Boletins e relatórios de avaliação.

	Avaliação, Revisão, Atualização	Comparação entre território existente e proposto. O resultado produz uma revisão do plano, iniciando outro ciclo de planejamento.	Cidadãos, ONGs, Controladoria, Iniciativa privada, Corpo técnico.	Relatório de resultados da avaliação, revisão do plano.
--	---------------------------------	--	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ferrari (1986) e Saboya (2000).

A cidade pode ser entendida como um sistema complexo, cujas partes interagem de maneira dinâmica criando um conjunto de redes interconectadas (ASCHER, 2010). Considerando a cidade como objeto de estudo do planejamento urbano, torna-se necessário que este planejamento seja contínuo e dinâmico, possibilitando novas interpretações e adaptações através de um processo cíclico. Esta condição é necessária por dois motivos principais justificados a seguir:

- a. A complexidade da cidade confere um estado contínuo de transformações no território, de forma que a cada dia, uma “nova cidade” nasce e precisa ser planejada. Desta forma, a ideia da produção de um plano absoluto, finalizado, já nasce obsoleta. Portanto, não podemos produzir planos estáticos para objetos dinâmicos, e a cidade é dinâmica. Portanto, é preciso um planejamento contínuo, com um eficiente sistema de *feedbacks* ocorrendo em todas as etapas.
- b. Para que o plano produzido possa contemplar as demandas da população, são necessárias revisões e atualizações feitas pelos órgãos de planejamento, pelos cidadãos e por demais atores sociais envolvidos. Isto permite a fiscalização e o controle social das ações que serão postas em prática, garantindo mais eficiência ao plano proposto.

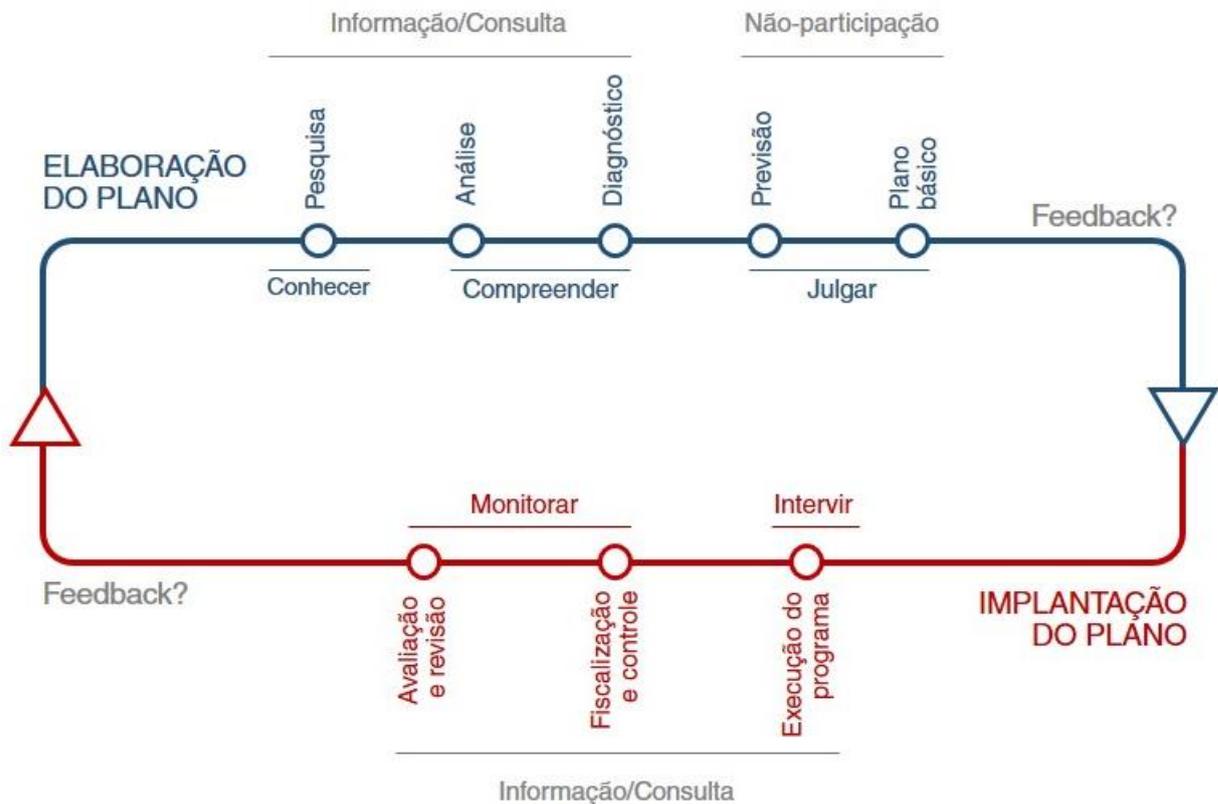
Desenvolvendo as ideias expostas, o planejamento deve ser um processo cíclico. Ou seja, após pesquisar sobre a área que será planejada, analisar os dados coletados, produzir um diagnóstico, prever cenários, propor soluções, implantar o plano proposto, fiscalizar as ações, avaliar os resultados, revisar o plano a partir da avaliação e atualizar o planejamento para um novo contexto, inicia-se novamente o mesmo ciclo pois, certamente, serão necessárias novas pesquisas na área, com novas análises, diagnósticos, previsões, etc. O quadro abaixo representa o ciclo do planejamento, exemplificando as etapas descritas.

Ascher (2010) alerta para a necessidade de construir um planejamento adaptativo, composto por um conjunto de instrumentos dinâmicos de previsão e *feedback* que continuamente estariam sendo “reinventados” numa tentativa de aproximar-se da dinâmica da cidade. Este argumento é reforçado por Beirão et al (2012) quando o autores reconhecem, baseando-se em Ascher, que

...as rápidas transformações das sociedades contemporâneas nos mostram que algumas premissas podem tornar-se obsoletas em curto período de tempo. Portanto,

se tornaram mais comuns as abordagens que esforçam-se pelo desenvolvimento de sistemas adaptáveis que permitem mudanças em vez de impor uma única solução fixa. (BEIRÃO et al, 2012)

Figura 2.07. Diagrama do ciclo de planejamento urbano, representando as fases e a relação entre elas.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Saboya (2000) e Ferrari (1986).

Utilizando o referencial teórico do CIM – City Information Modelling e dos sistemas paramétricos aplicados à análise urbana, os autores definem o papel do planejador urbano como o de um criador de interfaces de negociação, mediando os interesses que atuam na cidade através de sistemas responsivos que incluem os atores sociais (BEIRÃO et al, 2012).

A inserção das novas tecnologias mudou a maneira de consumir e produzir informação e mudou a maneira de relacionar-se na sociedade. A cidade, enquanto cenário da vida humana e produto direto das relações sociais, também transformou-se profundamente, criando uma “ampliação do espaço” através da “infiltração” das TICs no espaço urbano, como argumentam Firmino e Duarte sobre a influência dessas tecnologias no cotidiano:

A ampliação do espaço e das vivências contemporâneas não se dá somente no volume de aparatos e técnicas que utilizamos para alcançá-la. A cidade e o espaço ampliados pelas TICs ganham novas dimensões qualitativas e coletivas. (FIRMINO E DUARTE, 2008)

Os autores analisam as TICs como “matriciais da sociedade contemporânea” e avaliam que sua influência no espaço altera profundamente as características da cidade e da sociedade, sobretudo no que diz respeito às vivências dos indivíduos nos espaços. Com essas mudanças, o planejamento também apresenta-se a partir de novos desafios que exigem uma nova maneira de pensar o urbano. Ascher desenvolve esta ideia através da caracterização da “terceira revolução urbana moderna”:

A terceira revolução urbana moderna, que se esboça com a nova fase de modernização das sociedades ocidentais, produz mudanças profundas nas formas de concepção, implementação e gestão das cidades. A evolução das necessidades, das formas de pensar e agir, dos vínculos sociais, o desenvolvimento de novas ciências e tecnologias, a mudança da natureza e de escala dos desafios coletivos, dão lugar, progressivamente, a um novo urbanismo... (ASCHER, 2010. p. 81)

O “novo urbanismo” defendido por Ascher é consequência desse conjunto de transformações proveniente da “Era da Informação” (CASTELLS, 1999). O autor defende que, diante das mudanças sociais, da flexibilidade nas instituições e nos costumes, da dinamização da noção de espaço e de tempo e da reestruturação do capitalismo (agora como “capitalismo cognitivo”), o planejamento urbano e o urbanismo devem partir de novos princípios, mais dinâmicos e que considerem esse contexto de alinhados com os aspectos desta nova configuração das cidades.

Os primeiro princípio definido por Ascher trata do contexto incerto no qual elaboram-se os projetos urbanos. Este contexto, em contraposição ao que era proposto no urbanismo moderno, exige que o projeto seja continuamente revisto em um constante processo de feedback, ou seja, admitir a incerteza na qual estão inseridas as transformações da cidade faz com que o projeto não seja um produto acabado e definitivo, transformando-o, simultaneamente, em “uma ferramenta de análise e negociação” (ASCHER, 2010. p 83).

Outro princípio a ser adotado no novo urbanismo reside na priorização dos objetivos em relação aos meios. Esta premissa opõe-se à uma estrutura rígida de projeto, detendo-se mais aos resultados desejados do que às formas de realização:

O neurbanismo privilegia os objetivos, os resultados a serem obtidos, e incentiva os atores públicos e privados a encontrar modalidades de realização desses objetivos, os mais eficientes para a coletividade e para o conjunto de agentes. Isto demanda novos tipos de formulação de projetos e de regulamentação. (ASCHER, 2010. p. 84)

Ascher define o novo urbanismo a partir de uma base interdisciplinar que considera novos recursos e ferramentas de áreas diversas, como está definido no terceiro princípio, que explana sobre a necessidade do novo urbanismo integrar os novos modelos de resultado. Neste sentido, o autor defende a incorporação de “modelos novos de produtividade e gestão, contribuições das ciências administrativas, tecnologias da informação e comunicação.” (ASCHER, 2010. p. 85).

Estas recomendações remetem também a um remodelamento dos profissionais ligados ao urbanismo que, a partir dos recursos disponíveis, terão que definir as práticas mais adequadas ao projeto em questão.

O quarto, o quinto e o sexto princípios versam sobre a adaptação das cidades às diferentes necessidades, sobre a concepção dos lugares a partir das novas práticas sociais e sobre a sociedade fortemente diferenciada. Estes três princípios demonstram a individualização dos serviços e produtos, provenientes da complexa personalização da sociedade contemporânea e sua conseqüente diferenciação. Este fato torna complexa qualquer atividade coletiva de planejamento, exigindo cada vez mais a realização de processos participativos e, segundo o autor, o urbanismo contemporâneo deve priorizar “a negociação e o compromisso em relação a aplicação da regra majoritária, o contrato em relação à lei, a solução *ad hoc* em relação à norma.” (ASCHER, 2010. p. 92). Além disso, o autor também trata das novas formas de relacionar-se proporcionadas pelos novos meios de comunicação e a constituição de um espaço virtual (ciberespaço)⁴, que se configura como a extensão do espaço físico urbano. Ascher utiliza a construção deste cenário para demonstrar a necessidade dos projetos urbanos contemporâneos considerarem a multiplicidade de usos do espaço:

O neourbanismo deve-se esforçar em combinar essas possibilidades, em conceber espaços múltiplos de ‘n’ dimensões sociais e funcionais, hiperespaços que articulem o real e o virtual, propícios tanto à intimidade quanto às mais variadas sociabilidades. (ASCHER, 2010. p. 90).

O sétimo princípio definido para o novo urbanismo trata da *requalificação da missão do poder público* frente ao novo contexto social. Neste sentido, o autor diz que o novo urbanismo:

“...privilegia, portanto, a regulação em detrimento da administração. O poder público se esforça, assim, para assegurar o funcionamento ‘regular’ dos sistemas de atores urbanos, atuando de maneira a limitar as disfunções e as incoerências; impulsiona os enfoques modulados em procedimentos que visam o interesse geral. Tanto quanto possível, coordena a elaboração mais do que elabora para aproveitar melhor a competência e o conhecimento dos especialistas.” (ASCHER, 2010. p. 93)

O oitavo princípio corrobora os argumentos explicitados no quarto, quinto e sexto princípios, versando sobre a necessidade do novo urbanismo responder a variedade de gostos e demandas.

O nono princípio diz que se deve promover uma qualidade urbana nova, referindo-se a projetos urbanos que considerem a complexidade da sociedade para propor espaços públicos com “uma

⁴ O termo “ciberespaço” utilizado por Ascher (2010) foi explorado por Pierre Lévy principalmente na obra *Cibercultura* (1999). É preciso compreender que nesta época ainda não existiam os smartphones e todas as tecnologias complementares que eliminaram quase todas as barreiras para o acesso à internet. A expressão “entrar na Internet” passa a não fazer mais sentido quando o indivíduo possui um aparelho no seu bolso que lhe dá acesso ilimitado a Rede Mundial de Computadores. Portanto, neste trabalho, a constituição de um ciberespaço é encarada como uma extensão do espaço real na medida em que este espaço influencia e é influenciado, criando um “espaço híbrido” (FIRMINO E DUARTE, 2008).

qualidade equivalente à dos espaços privados e de espaços internos.” (ASCHER, 2010. p. 95), utilizando-se das dimensões multissensoriais dos lugares.

Na definição dos princípios do novo urbanismo, também foram levadas em consideração as dimensões democráticas da sociedade. Por isso, o décimo e último princípio alerta para a necessidade de adaptação da democracia à terceira revolução urbana. Esta recomendação propõe que o governo das cidades seja realizado através de uma governança urbana, composta por um conjunto de dispositivos que auxiliam na elaboração e discussão de políticas públicas com a participação popular. Abaixo está um quadro síntese com os novos princípios do urbanismo definidos por François Ascher.

Quadro 02. Quadro-síntese dos novos princípios do urbanismo definidos por François Ascher.

PRINCÍPIO	DEFINIÇÃO/OBSERVAÇÕES	CONCEITOS-CHAVE
Contexto incerto no qual elaboram-se os projetos urbanos	Necessidade de revisão contínua do projeto/plano, processo de análise antes, durante e depois. O projeto é um instrumento de análise e negociação.	Urbanismo reflexivo, feedback, Projeto flexível.
Priorização dos objetivos em relação aos meios	A prioridade é a resolver os problemas e atingir os objetivos, os meios (dispositivos) podem ser discutidos e reestruturados ao longo do processo, opondo-se a estrutura rígida do plano/projeto.	Urbanismo de dispositivos, Feedback.
Integrar os novos modelos de resultado	Dimensão interdisciplinar, o urbanismo deve incorporar conhecimentos de diversas áreas, bem como utilizar ferramentas polivalentes das novas tecnologias e suas possibilidades. Conexão entre diferentes redes de informações, banco de dados global.	Redes, Flexibilidade, Urbanismo convergente, urbanismo multifacetado.
Adaptar as cidades às diferentes necessidades	A partir da complexidade da sociedade, exige-se maior variedade e personalização das soluções.	Individualidade, Personalização, Flexibilidade.
Conceber os lugares em função das novas práticas sociais.	As possibilidades das novas tecnologias criam um espaço virtual que funciona como extensão do espaço real, isto influencia as práticas sociais existentes e cria novas práticas. Os lugares contemporâneos devem atender a multiplicidade de necessidades da Era da informação.	Espaço virtual, Práticas sociais, Cultura, Projeto do lugar.
Agir em uma sociedade fortemente diferenciada.	A diversidade complexa de interesses da sociedade atual transforma um processo decisório coletivo em um trabalho de longa duração pois necessita-se de um urbanismo de dispositivos que viabilize o diálogo e o acordo para definição do que é de “interesse geral”, considerando os interesses particulares.	Complexidade, Processo decisório, Diálogo, Urbanismo de dispositivos, Urbanismo reativo, flexível e negociado.
Requalificar a missão do poder público.	Análise de problemas “caso a caso” para definição correta da metodologia de trabalho, este processo constrói um papel de regulação/coordenação para o poder público.	Metodologia, Urbanismo multifacetado, Flexibilidade.

Responder à variedade de gostos e demandas.	Visando atender às variadas demandas, o novo urbanismo deve oferecer uma cidade com diversas possibilidades de uso, com um desenho flexível e multifuncional.	Urbanismo estilisticamente aberto, Projeto flexível, Multifuncionalidade, Adaptação.
Promover uma qualidade urbana nova.	Oferta de espaços públicos com qualidades de espaços privados, explorando tanto a multiplicidade de usos como os apelos multissensoriais.	Multifuncionalidade, Urbanismo multissensorial.
Adaptar a democracia à terceira revolução urbana.	A gestão da cidade deve implantar um modelo de governança urbana que seja um sistema de dispositivos de mediação para possibilitar a elaboração e discussão de políticas públicas de forma participativa.	Urbanismo de dispositivos, Urbanismo multifacetado.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de ASCHER, 2010.

2.2 Participação, cidadania e autonomia na construção da cidade

2.2.1 Participação e cidadania: pertencer a uma cidade

Um dos motes do planejamento da cidade é a reflexão sobre as características da cidade ideal. Para que esta reflexão produza uma cidade mais justa e democrática, ela deve ser realizada de forma conjunta, através de um debate que inclua os diversos setores sociais e que discuta a gama de conflitos e impasses existentes. Segundo Christopher Alexander, o processo de crescimento urbano deve ser orgânico, ou seja, capaz de se adaptar às modificações provenientes da natureza e às dinâmicas sociais, e isto só é possível através da participação:

...somente as próprias pessoas que formam a comunidade são capazes de dirigir um processo de crescimento orgânico. Elas conhecem como ninguém suas próprias necessidades e sabem perfeitamente se os edifícios, a relação entre edifícios e espaços públicos, são adequados ou não.⁵ (ALEXANDER, 1998. p.30).

Considerando que a sociedade está organizada a partir de agrupamentos com as mais diversas finalidades, a participação constitui-se como uma característica inata do ser humano, uma necessidade de sentir-se parte, de atuar de forma coletiva na construção de um objetivo comum (BORDENAVE, 1983). Desenvolvendo este raciocínio, a participação popular possui um caráter pedagógico no que concerne ao aprendizado da cidadania (NUNES, 2006). Este debate ganha maior destaque na conjuntura política brasileira, caracterizada por uma grave crise de representatividade que possui sérias consequências para a cidade. A realização de processos de planejamento urbano sem a participação dos habitantes da cidade enfraquece as dimensões democráticas e prolonga a situação de segregação presente na sociedade.

O conceito de cidadania é, muitas vezes, confundido com o de democracia, referindo-se ao direito de votar e ser votado. Porém, ser cidadão é muito mais do que pertencer a um sistema

⁵ “...unicamente la própria gente que forma parte de una comunidade es capaz de dirigir un proceso de crecimiento orgánico. Ellos conocen como nadie sus propias necesidades y saben perfectamente si los edificios, los enlaces ente edificios y espacios públicos, sirven o no sirven.” (Alexander, 1998. p. 30).

político democrático. Segundo Silva (2006), no contexto clássico, o conceito de cidadania estava atrelado ao de cidade: “para os romanos, por exemplo, a cidadania era antes de tudo a condição de quem pertencia a uma cidade e sobre ela tinha direitos.” (SILVA, 2006. p. 48). A autora define cidadania como uma condição que está atrelada a noção de participação social e política em um Estado, mas alerta para o fato de que a cidadania é “uma ação política construída paulatinamente por homens e mulheres para a transformação de uma realidade específica, pela ampliação de direitos e deveres comuns” (SILVA, 2006. p 47).

Na atualidade, a cidadania está muito mais ligada a nação e tem significado de inclusão total, com direitos políticos, sociais e civis para todos (SILVA, 2006. p. 49). Porém, a cidadania plena é alcançada quando, de fato, todos tem liberdade para exercer os seus direitos e consciência para cumprir os deveres. A proximidade entre o cidadão e o território do qual faz parte, através da apropriação dos espaços e do sentimento de pertencimento (CAVALCANTE; ELIAS, 2011), contribui para que o indivíduo encare a si mesmo como parte da cidade e como agente atuante, coprodutor do espaço. O processo de apropriação dos espaços está intimamente ligado as experiências dos cidadãos no espaço, e através de ações de planejamento e posterior intervenção na cidade, os usuários constroem significados para os lugares, como descreve Moranta & Pol:

Através da ação sobre o entorno, as pessoas, os grupos e as comunidades transformam o espaço, deixando nele sua ‘identidade’, quer dizer, sinais e marcas carregados simbolicamente. Mediante a ação, a pessoa incorpora o entorno nos seus processos cognitivos e afetivos de maneira ativa e atualizada. As ações dotam o espaço de significado individual e social, através dos processos de interação. (MORANTA & POL, 2005)⁶

A cidadania pode ser compreendida, portanto, como a condição de quem pertence a uma cidade. Entretanto, o conceito de pertencer, tal como está sendo proposto neste trabalho, não indica posse ou privação da liberdade, mas uma condição ligada ao sentimento de pertencimento e apropriação do espaço (CAVALCANTE; ELIAS, 2011). É cidadão aquele que sente-se parte integrante e ativa da cidade e que, por causa disto, possui direitos e deveres em relação a este território, sendo corresponsável pela sua construção.

Débora Nunes, em seu trabalho intitulado “A pedagogia da participação”, desenvolve uma pesquisa com a hipótese de que a participação dos habitantes em decisões de urbanismo pode levar a um aprendizado de cidadania. Um dos pressupostos que justifica este argumento é a

⁶ “A través de la acción sobre el entorno, las personas, los grupos y las colectividades transformam el espacio, dejando en él su ‘huella’, es decir, señales y marcas cargadas simbólicamente. Mediante la acción, la persona incorpora el entorno en sus procesos cognitivos y afectivos de manera activa e actualizada. Las acciones dotam el espacio de significado individual y social, a través de los procesos de interacción. (Tradução livre do autor, MORANTA & POL, 2005)

“visão de conjunto” própria do urbanismo, que pode auxiliar os moradores a desenvolver uma visão do todo, compreendendo as problemáticas urbanas sob a perspectiva dos interesses coletivos. Para a autora:

Cidadania é um conceito de mão dupla: de uma parte, é a condição concreta do indivíduo cujos direitos políticos, civis e sociais são respeitados; de outra, é o engajamento do indivíduo na luta pela preservação dos seus direitos e pela ampliação desses mesmos direitos numa dimensão coletiva. (NUNES, 2006. p.11)

A autora destaca o caráter didático da participação quando defende que a aprendizagem da cidadania é um “processo de mudança de mentalidade e de atitude que possibilita um maior engajamento em torno das questões coletivas” (NUNES, 2006. p. 11-12).

Para Paulo Freire, o conceito de cidadania está relacionado à compreensão da realidade para atuar nela de forma consciente em prol da emancipação. Este conceito refere-se, sobretudo, ao conhecimento de direitos e deveres fundamentais do cidadão, objetivando uma maior justiça social e qualidade de vida. Para o autor, a cidadania refere-se sempre ao coletivo, quando defende que “assim como ninguém libera ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” (FREIRE, 1981. p. 27).

Cidadania e participação possuem profunda ligação através do conceito de coletividade. A participação popular no planejamento urbano responde a uma demanda coletiva pela inclusão das necessidades dos habitantes nos planos elaborados para a cidade. E a cidadania é uma condição do indivíduo enquanto ator no processo coletivo de construção e intervenção no território urbano. Além disso, os dois conceitos compartilham do mesmo arcabouço de objetivos que envolve autonomia, emancipação popular, justiça social e democracia.

Após a formação do quadro teórico, pode-se dizer que os processos participativos são consequência da atuação dos cidadãos. Ou seja, habitantes que podem exercer sua cidadania com liberdade, exigem e atuam em processos participativos de planejamento da cidade através da participação cidadã.

Além da interação entre os habitantes e os espaços físicos – relação humano-ambiental – é importante considerar que a cidadania ocorre a partir da participação – e apropriação – dos habitantes nos processos de planejamento urbano. Este processo, que culmina na construção de bases sociais cidadãs, é híbrido, composto tanto pela subjetividade dos indivíduos (apropriação do espaço, sentimento de pertencimento, construção de significados e memórias relativos aos espaços) quanto por ações transformadoras em busca da autonomia popular refletidas no planejamento e nas intervenções urbanas.

As reflexões trazidas sobre a participação enquanto mecanismo de construção da cidadania revelam uma estreita relação com a representação da cidade. Representa e sente-se representado na cidade quem participa de seu planejamento e de sua construção. A participação nos processos de planejamento urbano produz informações muito mais legítimas da realidade dos cidadãos, pois são informações relativas às vivências e à percepção do cotidiano urbano. Lucrecia Ferrara argumenta que o acesso a um fenômeno se dá exclusivamente por suas representações:

...o pensamento se constrói na construção da linguagem. Nosso exercício de conhecimento está ligado às linguagens de que dispomos para o exercício do jogo reflexivo da razão, ou seja, linguagem é outro nome para a mediação indispensável ao conhecimento do mundo. (FERRARA, 2003 apud FIRMINO E DUARTE, 2008).

Portanto, admitindo a cidade enquanto fenômeno das relações sociais, culturais, econômicas, para compreendê-lo, é preciso realizar representações deste fenômeno, buscando interpretar seus atributos e produzir uma caracterização tal que aproxime-se do real. Firmino e Duarte, no texto sobre a “infiltração” das tecnologias no cotidiano urbano, dizem:

...a representação que se tem de um objeto é sempre, portanto, uma projeção cultural que se faz sobre ele, representação possível apenas pelo repertório adquirido; todavia, ao ser representado, o objeto se volta ao intérprete, revelando propriedades não contidas na primeira representação, estimulando alterações de repertório e, conseqüentemente, outras representações, constituindo uma cadeia sígnica em mutação. (FIRMINO E DUARTE, 2008)

Portanto, considerando que o processo participativo produz um conjunto de informações provenientes da população, contemplando a diversidade de demandas, este processo produz informações para uma representação do espaço urbano mais democrática, tanto no que diz respeito aos planos elaborados quanto ao conjunto de ações que serão executadas posteriormente, reforçando a cidadania e a percepção da cidade enquanto espaço coletivo.

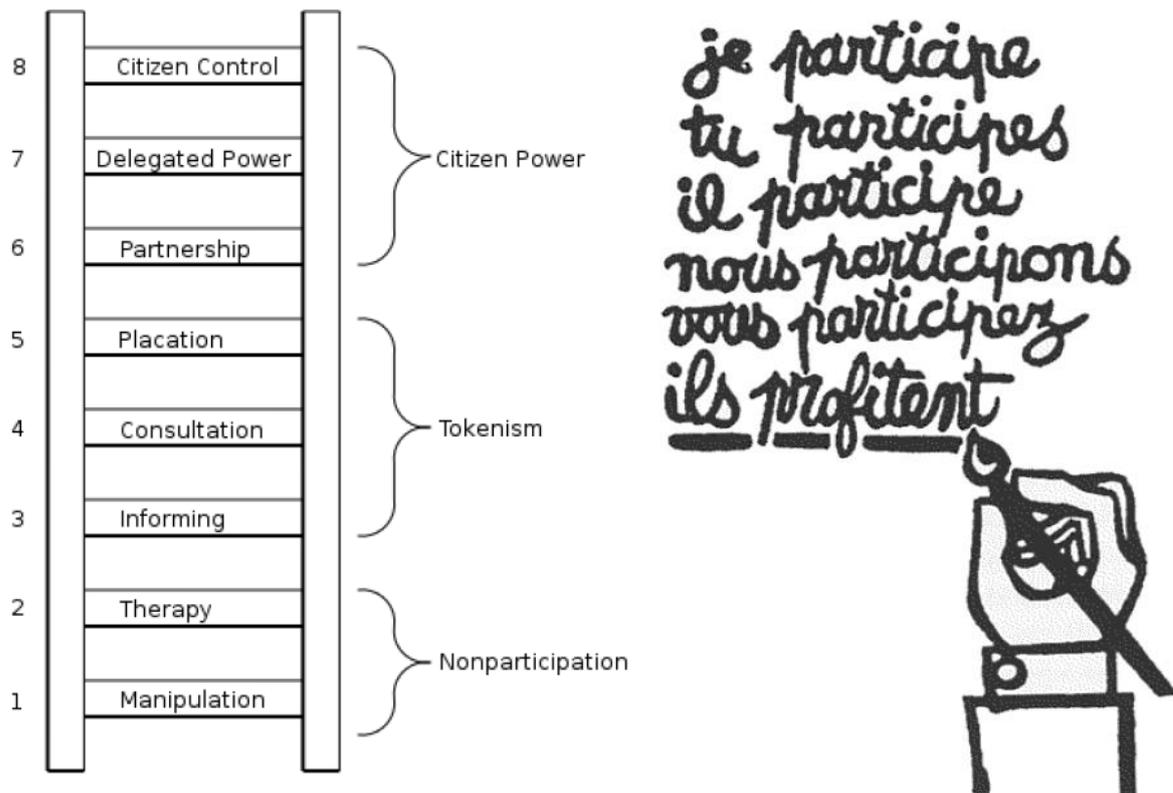
2.2.2 *A antiga (e atual) narrativa dos processos participativos*

Na década de 1960, Sherry Arnstein propôs uma classificação referente a participação popular chamada de “escada da participação”. O impacto desta classificação perdura até os dias atuais, influenciando o pensamento de planejadores e estudiosos da cidade no debate que envolve o planejamento participativo e provocando revisões dos parâmetros para a realidade do século XXI. A ideia de Arnstein era uma crítica ao rótulo de “participativo” que era dado aos processos capitaneados pelas gestões, defendendo que estes processos nem sempre ocorriam a partir de uma participação verdadeira.

A crítica da autora permanece atual pois, dada a situação de crise pela qual passa a democracia contemporânea, continuam ocorrendo processos ditos participativos sem nenhum comprometimento com as demandas populares. A escada da participação é composta, indo do

menor para o maior grau de participação, das seguintes classificações: Manipulação, Terapia, Informação, Consulta, Pacificação, Parceria, Delegação de poder e Controle cidadão.

Figura 2.08. Escada da participação (à esquerda) e pôster elaborado por estudantes franceses por volta do ano 1969 (à direita) com o seguinte texto: “Eu participo, Tu participas, Ele participa, Nós participamos, Vós participeis, Eles Aproveitam”.

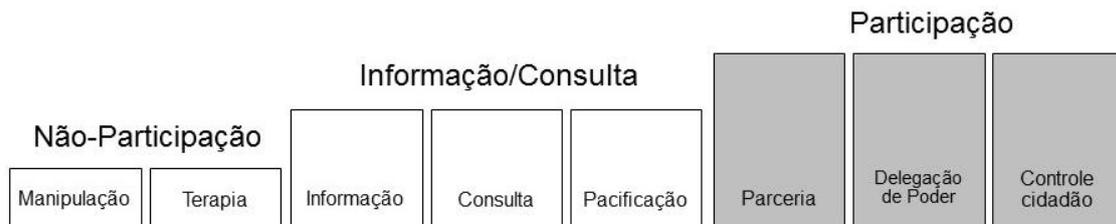


Fonte: Arnstein, 1969.

Segundo a autora, os dois primeiros “degraus” (Manipulação e Terapia) são considerados exemplos de não-participação. Os níveis de informação e consulta abrem um campo maior de possibilidades, porém ainda com diversas restrições já que, apesar de proporcionar o diálogo, não é garantido que o posicionamento da população seja entendido ou acatado no processo decisório. O patamar denominado de Pacificação (entendido também como “apaziguamento”) consiste em uma evolução dos dois últimos degraus descritos, com a possibilidade de maior abertura de diálogo. Somente os três últimos degraus representam casos de participação popular genuína, onde é expresso o verdadeiro poder cidadão. No primeiro caso, a população pode realizar uma “Parceria que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detém o poder” (Arnstein, 1969). Nos dois últimos degraus, a população detém a maioria do poder nos processos decisórios ou detém o poder por completo.

O processo participativo é, muitas vezes, caracterizado como lento (e, por isso, oneroso e inviável), ineficiente para a escala da cidade e complexo, pela quantidade de atores que devem participar e debater e a dificuldade de estabelecer acordos. Segundo Souza, podem ser identificados três tipos de obstáculos à participação popular.

Figura 2.09. Tipos ou “graus” de participação.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Arnstein, 1969.

O primeiro deles é a cooptação que transforma o processo participativo em “um instrumento de domesticação da sociedade civil por parte das forças políticas à frente do aparelho de Estado.” (SOUZA, 2006. p. 410). O segundo obstáculo é definido pelo autor como a problemática da implementação, que reúne todas as dificuldades logísticas enfrentadas para a realização de um processo como esse, tais como incompetências gerenciais, conflitos políticos e ideológicos, pressão de grupos sociais influentes, etc. (SOUZA, 2006. p. 410). E o último aspecto identificado pelo autor é a problemática da desigualdade, referente as dificuldades enfrentadas pelas populações de baixa renda para participar voluntariamente de reuniões e assembleias promovidas em prol de questões coletivas. Essas dificuldades vão desde as dificuldades financeiras até os problemas de disponibilidade de horários que não concorram com os de trabalho, etc. O autor cita ainda dificuldades ligadas a autoconfiança dos cidadãos envolvidos, que nem sempre acreditam no potencial de sua participação no processo (SOUZA, 2006. p. 411).

Todas essas considerações que caracterizam a complexidade da execução de um processo participativo demonstram, conforme explanado anteriormente, a complexidade da cidade. A melhor maneira de caracterizar a cidade é representando-a. Para aproximar-se da realidade estudada, é preciso representar a cidade de diversas escalas, desde a escala do cidadão, passando pela escala das Instituições, ONGs, Associações, Empresas, Corporações, até a escala dos governantes. É por isso que o planejamento participativo tem maiores possibilidades de construir cidades mais justas e alinhadas às demandas existentes.

2.2.3 Planos Diretores: Participativos?

O debate em torno da participação nos processos de planejamento urbano é assunto amplamente debatido por diversos autores (VILLAÇA, 2005; SOUZA, 2015 E 2006; SANTOS, 2003). Este debate se acentuou principalmente após a Constituição de 1988 (artigos 182 e 183) e do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), quando houve a exigência da elaboração de planos diretores de forma participativa, conforme define Pereira:

...o Plano está agora vinculado à definição da função social da cidade e da propriedade e ao plano de desenvolvimento urbano municipal; no que diz respeito ao seu sentido, destaca-se a obrigatoriedade de que o Plano seja elaborado de forma participativa, expressando o que poderia ser considerado um pacto sócio espacial envolvendo todos os agentes presentes na cidade. (PEREIRA, 2015. p.9).

No entanto, apesar do plano representar um “pacto sócio espacial”, conforme análise realizada pelo autor sobre a elaboração de planos diretores no Brasil pós Estatuto da Cidade, os processos participativos observados nem sempre atendem de forma satisfatória as necessidades da população. De acordo com Villaça, os processos ditos “participativos” referem-se tão somente às populações excluídas socioeconomicamente, já que as classes dominantes sempre participaram das grandes decisões da cidade. Portanto, a utilização do termo “participação” descreve um processo democrático e inclusivo, condição oposta à que é observada em muitos processos de construção de planos diretores participativos no Brasil (VILLAÇA, 2005). O autor aponta, portanto, a participação como um “conjunto de pressões que a população exerce sobre o poder político, por ocasião da tomada de importantes decisões de interesse coletivo” (VILLAÇA, 2005. p. 50). Souza reforça este argumento quando defende a participação popular como mecanismo de controle social no contexto brasileiro:

...um aspecto que parece decisivo, no sentido de viabilizar tanto a elaboração quanto a implementação de instrumentos e planos, em uma sociedade tão heterônoma quanto a brasileira, onde há leis que ‘pegam’ e outras que não ‘pegam’, é a pressão popular e a capacidade de a sociedade civil de monitorar e fiscalizar o cumprimento das leis. (SOUZA, 2003. p.321)

A partir do estabelecimento de espaços e canais de participação, os cidadãos detêm mais informações sobre a atuação do Estado e passam a construir uma autonomia popular, elemento necessário para o controle social e a realização de práticas mais alinhadas com as necessidades coletivas. Souza define como ponto principal do pensamento autonomista a ideia de que “o usuário de um produto, e não o expert que o concebeu ou produziu, é o melhor e o mais legítimo juiz de suas qualidades.” (SOUZA, 2003. p. 180). Através de uma crítica ao termo “participação”, Kapp estabelece uma comparação com o conceito de autonomia popular:

...a ideia de autonomia coletiva, entendida como o direito e a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço. Autonomia é, assim, bem mais do que participação popular. Enquanto essa última sugere moradores convidados

num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados. (KAPP et al, 2012).

Neste sentido, a autora estabelece uma diferenciação entre os dois conceitos baseada na execução de processos participativos cujas metodologias são compostas, em geral, por simples consultas aos cidadãos, que agem como “convidados”. Existem diversos tipos de processos participativos e que grande parte deles ocorre sem o protagonismo da população. No entanto, admite-se neste trabalho que a participação verdadeira é aquela que proporciona a autonomia popular e que permite a criação de instrumentos de controle social e atuação direta nos processos decisórios, tal qual descreve Kapp em seu trabalho. Portanto, defende-se que os processos participativos auxiliam na construção da autonomia coletiva.

2.2.4 *A participação virtual e o papel das TICs*

O uso dos novos meios de comunicação, compreendendo-os não somente como tecnologias computacionais de base digital, mas como novas linguagens, vem modificando completamente o modo de vida contemporâneo. Lévy destaca a enorme quantidade de dados gerados, compartilhados e consumidos atualmente:

As telecomunicações geraram esse novo dilúvio por conta da natureza exponencial, explosiva e caótica de crescimento. A quantidade bruta de dados disponíveis se multiplica e se acelera. A densidade dos links entre as informações aumenta vertiginosamente nos bancos de dados, nos hipertextos e nas redes. Os contatos transversais entre indivíduos proliferam de forma anárquica. (LÉVY, 1999. p. 13)

Essa quantidade de informações e dados revoluciona a maneira de comunicar-se e cria um espaço virtual que se torna a extensão do espaço físico, em uma relação de influência mútua. O “ciberespaço”, também admitido como “rede” por Lévy:

...é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999. p. 17)

Sobre o debate das possibilidades do ciberespaço, a questão aqui discutida é: como o potencial da Internet pode ser utilizado para encurtar a distância entre o cidadão e os seus representantes e para realizar processos mais democráticos e participativos?

De fato, as possibilidades de comunicação permitem novas formas de participação, porém, a Internet e suas ferramentas, bem como os aparelhos conectados através da rede, não constituem, sozinhos, uma garantia de participação e, quando esta participação de fato ocorre, não existe garantia sobre sua qualidade e os seus impactos. Segundo Gomes, apesar disto, é possível que sejam encontradas alternativas de auxílio e incremento para a participação tradicional através da Internet, portanto, é relevante a investigação desses aspectos (GOMES, 2011). O autor

destaca que existe uma diferença entre a participação política geral e a participação que ocorre através da Internet que se divide em dois polos:

...de um lado, pela participação política em que a internet (isto é, as ferramentas, as linguagens, os produtos e os aparelhos e as máquinas de conexão digital) é instrumental, e, de outro, pela participação civil em que a internet é essencial. (GOMES, 2011. p 20)

Essa diferenciação se dá baseada no uso específico da internet, por exemplo, quem utiliza um e-mail para fazer contatos políticos, apenas trocou a forma de comunicar-se fazendo com que, neste caso, a Internet seja somente “instrumental”. Porém, quando o usuário lança mão de ferramentas como *blogs*, *Facebook*, *Twitter*, ocorre que a internet – tal como especificou Gomes (2011) – é “essencial” pois estes recursos, embora sejam também formas de comunicação tal qual as formas tradicionais, guardam possibilidades de comunicação e interação que são próprias e que foram desenvolvidas especificamente para estas ferramentas. A questão mais relevante levantada por essas definições reside no debate sobre os novos mecanismos de interação trazidos pela Internet e pelos novos meios de comunicação e as possibilidades disto para a participação.

Entretanto, em um estudo sobre as redes sociais virtuais enquanto espaços de participação, Rocha e Pereira atestam que:

Apesar das imensas possibilidades de utilização das chamadas mídias sociais – blogs, wikis, redes sociais, ferramentas de troca de vídeos, ferramentas de discussão, entre outras – verifica-se que não vêm sendo predominantemente utilizadas para constituir espaços virtuais de interação capazes de incluir o cidadão como ator ativo na tomada de decisões. Pelo contrário, em geral, elas têm sido utilizadas pelo Estado para um tipo de comunicação unidirecional, que não incorpora os princípios de sociabilidade da nova cultura tecnológica. (ROCHA; PEREIRA, 2011)

A condição de subutilização dessas ferramentas por parte do Estado é um reflexo do que ocorre, grande parte das vezes, com as ferramentas de participação tradicionais – ou que não utilizam tecnologias de base digital. Conforme observado no estudo de Arnstein (1969), os diversos “tipos” de participação demonstram que nem sempre as “rotinas participativas” (SOUZA, 2006) vão além da fase de informação. No entanto, a divulgação de informações relativas a gestão e suas ações é um passo importante para conquistar um patamar de controle social.

3 REFLETINDO SOBRE O PROCESSO PARTICIPATIVO

“Quando os homens constroem casas, eles criam não só um ambiente físico, mas também um ambiente psicológico de significados, um mundo simbólico que reforça o esquema particular de gostos e valores.”
(ITEELSON, W.H. et. al, 2005)

Em busca de compreender um processo participativo em suas diversas fases e identificar os conflitos e atores envolvidos, foi proposto e realizado um processo participativo na comunidade Raízes da Praia, uma ocupação de 84 famílias em um terreno localizado na orla leste de Fortaleza - CE. Sua situação é fruto de um contexto de exclusão e vulnerabilidade socioeconômica que produz grandes populações sem moradia adequada. No caso analisado, as famílias se uniram e ocuparam um terreno particular abandonado.

Figura 3.01. Imagem da Comunidade Raízes da Praia, em Fortaleza – Ceará.



Fonte: ARQPET.

O processo aqui descrito e analisado teve o objetivo de formular um projeto habitacional colaborativo, unindo professores, integrantes do ARQPET do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC e moradores da comunidade Raízes da Praia. O autor desta pesquisa participou da elaboração e execução do plano de atividades na comunidade, atuando também como pesquisador interno ao objeto de pesquisa, analisando as informações coletadas sob a

perspectiva do processo participativo. Este capítulo, portanto, é uma observação da realidade vivida pela comunidade, bem como os antecedentes, conflitos e resultados do processo participativo proposto e os desdobramentos futuros acarretados por este processo de forma geral.

3.1 Antecedentes do processo participativo

A escolha da comunidade Raízes da Praia para realizar esta pesquisa se deu pelo fácil acesso ao trabalho já desenvolvido pelo ARQPET e através do professor orientador deste trabalho. Além disso, a comunidade procurou o auxílio da universidade de forma espontânea para a realização do projeto das habitações, dado bastante representativo pois contraria a lógica tecnocrática existente, tornando-se relevante para esta pesquisa.

Portanto, o objetivo das ações propostas na Comunidade Raízes da Praia era propor um plano de atividades para a realização do processo participativo e analisar sua realização para identificar os entraves enfrentados no seu desenvolvimento. Através da observação da realidade, pretende-se conhecer quais soluções desenvolvidas tiveram sucesso no contexto dos conflitos existentes. Na observação e análise deste processo, os seguintes questionamentos foram norteadores: Quais ferramentas participativas foram desenvolvidas para utilização neste processo? Como estas ferramentas contribuíram para diminuir os problemas de linguagem e representação e otimizar a comunicação no processo participativo?

Para realizar uma análise da comunidade e responder a essas perguntas, a pesquisa é composta por três etapas: histórico da comunidade, justificativa/descrição do plano de oficinas colaborativas e análise do discurso dos moradores. A primeira parte, o histórico, tem o objetivo de compreender o processo de formação da comunidade através dos acontecimentos e dos atores envolvidos. A segunda parte trata do plano de oficinas colaborativas, cujo objetivo é a construção de um projeto habitacional com a participação dos moradores. Nesta fase, o relato das experiências e os resultados obtidos são fundamentais na compreensão do processo pelo qual a comunidade passa em torno da luta por moradia. Na terceira parte, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores para coletar dados de natureza diferente daqueles fornecidos nas oficinas e proceder uma análise do discurso individual para identificar informações de fontes diferentes.

Por fim, será realizada uma análise geral, juntando os dados das três etapas de caracterização da comunidade no intuito de construir um desenho da realidade a partir de uma composição

transversal de informações. Acredita-se que esta análise, baseada em fontes de naturezas diversas, permite uma maior aproximação do objeto de estudo através de suas características.

Com base nos argumentos expostos no capítulo 2 (Fundamentação teórica) relativos à participação e nos objetivos expostos por esta pesquisa, admite-se aqui que processo participativo é todo processo de reflexão, planejamento e decisão de questões coletivas que possibilita autonomia popular e controle social e, ainda, cria espaço para construção e aprendizado da cidadania (ALEXANDER, 1998; ARNSTEIN, 1969; KAPP et al, 2012; NUNES, 2002).

Neste sentido, buscando relacionar a reflexão teórica sobre processo participativo com a prática, o autor desta dissertação integrou a equipe¹ que propôs e executou um conjunto de oficinas colaborativas na Comunidade Raízes da Praia para produção de um projeto colaborativo habitacional para a comunidade. Este estudo de caso, portanto, possui dois olhares: o de promotor/participante das atividades e o de pesquisador/observador do processo.

Embora a experiência estudada não possa ser classificada como um processo de planejamento urbano, admite-se a realização e a análise destas atividades como uma experiência relevante para o estudo dos processos participativos. Através da interpretação do histórico e das demandas expostas pela população, foi elaborada uma metodologia para promover uma interface de projeto colaborativo, criando um ambiente democrático para refletir e planejar o espaço de moradia com autonomia e cidadania, atributos imprescindíveis para a realização de um genuíno processo participativo.

E, ainda que o processo aqui analisado seja somente de desenho participativo, também incidem sobre ele com forte grau de influência, todos os aspectos do contexto de surgimento desta comunidade, nascida como consequência direta de um planejamento tecnocrático e excludente baseado em remoções e segregação sócio espacial na cidade de Fortaleza.

3.2 Histórico da ocupação e da comunidade

A comunidade Raízes da Praia é uma ocupação localizada no bairro Vicente Pinzón (Fig. 3.02) em Fortaleza CE, formada por 84 famílias em junho de 2009. A região na qual a comunidade está inserida, na orla leste de Fortaleza, passa por conflitos de especulação imobiliária relacionados às atividades do Porto do Mucuripe e do turismo na Praia do Futuro.

¹ A equipe que planejou e promoveu as atividades na comunidade foi composta pelos integrantes do ARQPET e por alunos da graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará.

Figura 3.02. Mapa de localização do Bairro Vicente Pinzón.



Fonte: Google Earth.

Ao estudar sobre a ocupação desta região da cidade, também é importante considerar fatores de ordem subjetiva, tais como a denominação simbólica de Serviluz², extremamente relevante para a identidade local. Sobre esta contexto, Nogueira (2006) destaca a construção do Porto do Mucuripe como um fato histórico determinante para a formação deste local:

As primeiras ocupações do Serviluz e de boa parte da área leste da cidade foram efetivadas a partir da construção do novo porto de Fortaleza e da transferência e instalação de um novo ponto de meretrício na cidade em 1961, a zona do Farol do Mucuripe. No fim dos anos 1970, com a intensificação do processo migratório para a capital cearense em período de forte estiagem (1978-1982), e com o remanejamento para o local de uma comunidade de pescadores, antes fixada nas margens do cais portuário, à beira de praia sobre a qual se ergueu o bairro já estava completamente tomada por tipos variados de trabalhadores. (NOGUEIRA, 2006. p. 11).

Portanto, percebe-se que o cotidiano das comunidades locais é profundamente afetado pela rotina das indústrias, do porto, das trocas comerciais, além de todas as características geográficas relativas à proximidade da orla, com terrenos arenosos, vento e maresia.

O terreno da comunidade analisada localiza-se na orla, em território administrativo do bairro Vicente Pinzón, podendo também pertencer ao território simbólico do Serviluz. No mapa a seguir (Fig. 3.03), está também sinalizado o Morro da Vitória, região localizada nas proximidades do novo farol do Mucuripe, onde um terreno do Estado foi ocupado em 2001.

² SERVILUZ é o nome popular de parte do bairro Vicente Pinzón e do bairro Mucuripe relativo a antiga empresa Serviço de Luz e Força de Fortaleza instalado no local. Após a empresa ser desativada, no início dos anos 1960, os moradores da comunidade local passaram a se reconhecer com esse nome. Essa delimitação é, no entanto, muito confusa, tendo mais importância para a identidade local do que para o estabelecimento de limites físicos. Mais informações no trabalho de Nogueira, 2006.

Essa ocupação gerou um conflito de grande repercussão que resultou na remoção de uma parte da população residente.

Figura 3.03. Limites do bairro Vicente Pinzón e relação com bairros vizinhos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Este fato, depois de alguns anos, teve como consequência a ocupação que originou a comunidade objeto desta pesquisa. Portanto, considerando que muitas das pessoas da Raízes da Praia foram moradores do Morro da Vitória ou possuem laços com esta comunidade, percebe-se que as ocupações ocorridas nesta região da cidade pertencem a um contexto de luta pela moradia em um cenário de terrenos vazios de grandes especuladores, os “vazios vigiados³”: “A ocupação Morro da Vitória é entendida como parte de uma rede de acontecimentos interconectados no espaço-tempo de um universo social. Um movimento de avanço, de tomada de espaço, desencadeando uma violenta refrega dentro de um contexto de conflitos sócio espaciais na região litorânea de Fortaleza, região esta objeto de interesses ligados à lógica da exploração turística e da especulação imobiliária.” (PINTO; SOARES, 2015). Portanto, para compreender a ocupação da comunidade Raízes da Praia, é preciso considerar o histórico dos acontecimentos do Morro da Vitória.

Após o despejo ocorrido em parte do terreno do Morro da Vitória, a população questionou o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza sobre as habitações que haviam sido prometidas, mas não houve retorno satisfatório por parte do poder público. Diante dessa

³ Esses autores utilizam o termo ‘vazios vigiados’, referindo-se aos terrenos vazios, cujos proprietários são, na maior parte das vezes, donos de grandes indústrias e/ou construtoras e mantêm terrenos sem uso, porém vigiados por milícias que atacam as populações que tentam ocupá-los. A esta situação, somam-se as forças da especulação imobiliária e do turismo, características do contexto no qual se encontra a comunidade Raízes da Praia.

situação, as famílias desabrigadas juntaram-se ao MCP (Movimento dos Conselhos Populares)⁴ e à Associação de Moradores do Morro da Vitória numa ampla articulação em prol do direito à cidade. Durante três anos, com apoio do MCP, eram realizadas reuniões periódicas para planejar uma ocupação, com treinamentos para a comunidade relacionados ao processo de ocupação e os direitos e deveres enquanto cidadãos:

O treinamento era dizer o que era o movimento, o que o movimento fazia na cidade, o MCP – Movimento dos Conselhos Populares. Então a gente ensinava, o sentido era esse, o que as pessoas queriam, quais eram os sonhos, se estavam dispostos a lutar por esses sonhos [...] E quando nós vimos, nesse período de três anos, quando nós vimos que as pessoas estavam realmente preparadas pra vir pra cá, foi que nós ocupamos aqui a comunidade Raízes da Praia. (ENTREVISTADO 01, 2016).

Diversos terrenos vazios de proprietários que na maioria das vezes são donos de indústrias ou grandes empresários da construção civil foram observados e estudados até a escolha definitiva do terreno a ser ocupado, que possuía boa localização e estava sem uso. Na madrugada do dia 3 de julho de 2009, cerca de oitenta famílias que habitavam diferentes locais no entorno da Praia do Futuro, organizadas pelo MCP, ocuparam o terreno vazio próximo da praia, no bairro Vicente Pinzón. Para abrigar-se de sol e chuva, os moradores fizeram um mutirão para a montagem de uma grande cobertura feita de estrutura de madeira e lona plástica chamada por eles de “barracão” (Fig. 3.04). Antes da construção das casas individuais, o barracão abrigou a todas as famílias simultaneamente, sediando reuniões, refeições e comemorações.

Figura 3.04. Mutirão para construção do “barracão” utilizando madeira e lona plástica.



Fonte: ARQPET.

⁴ O Movimento dos Conselhos Populares foi fundado em 2000, porém só passou a atuar mais efetivamente em 2004, no âmbito da campanha eleitoral de Luizianne Lins (PT) à prefeitura de Fortaleza, quando foram realizadas assembleias de bairro para compor o documento “Programa de Reivindicações Imediatas do Povo de Fortaleza”, entregue à prefeitura. Após as expectativas em relação a gestão do PT serem dissolvidas, o movimento perdeu força. Atualmente o MCP segue agindo através de ocupações e ações de luta pela moradia. Para mais informações, ver Costa Júnior, 2011.

Através do apoio de uma organização católica que vem realizando diversas ações em favor de algumas comunidades da cidade, foi construído na Comunidade Raízes da Praia o Centro Comunitário Santo Expedito (Fig 3.05), única edificação de alvenaria no terreno onde ocorrem atividades como reforço escolar, celebrações religiosas; assembleias, reuniões, feiras, aulas de dança, comemorações. Não por coincidência, o espaço é chamado de “barracão”, em referência à construção de madeira que representou o início da luta por moradia e o símbolo da resistência.

Figura 3.05. Centro Comunitário Santo Expedito, o “barracão” de alvenaria.



Fonte: ARQPET.

A partir da ocupação, formou-se uma comunidade a partir do objetivo da moradia digna e a necessidade da resistência coletiva, como aponta Castilho:

Para o movimento, a ocupação de uma terra apresentava-se como uma ferramenta de construção do poder popular e como uma das táticas que o movimento então discutia para concretizar o processo de luta por moradia. Uma ocupação também expressava, para a política do movimento, o enfrentamento dos embates relativos à apropriação da cidade, principalmente em relação à perspectiva de combate à especulação imobiliária na cidade de Fortaleza. (CASTILHO, 2011, p. 51).

Desde a noite da ocupação, segundo os moradores, ocorreram várias tentativas ilegais de despejo com atuação de milícias armadas. Para garantir a permanência, a estratégia era manter uma grande quantidade de pessoas no local. Para isso, eram realizadas chamadas das pessoas cadastradas na ocupação a cada seis horas: “...de seis em seis horas a gente chamava, pra ver se aquela pessoa tava presente. Deu três chamadas e se aquela pessoa não comparecesse, ela não estava mais presente, já entraria outra pessoa no lugar.” (ENTREVISTADO 01, 2016). Isto evidencia a união da comunidade: “o que fazia a força da comunidade eram as pessoas. Se saísse dez pessoas, eram dez pessoas a menos pra lutar” (ENTREVISTADO 10, 2016).

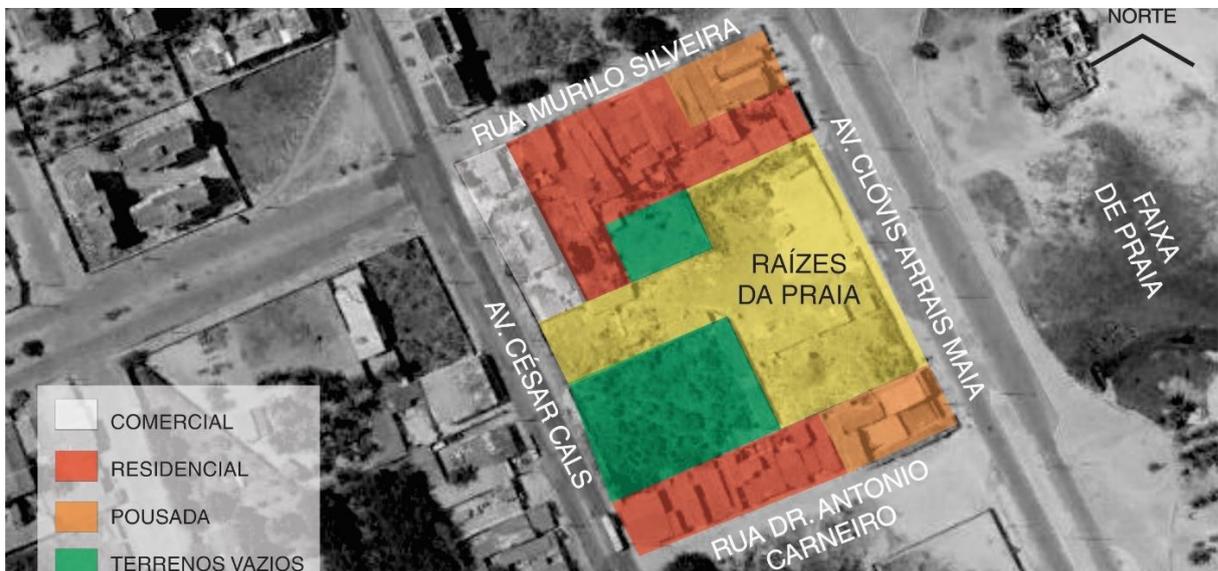
Figura 3.06. Reunião com os moradores na época da ocupação.



Fonte: <http://raizesdapraia.blogspot.com.br/>

A comunidade Raízes da Praia permanece até hoje no terreno ocupado. A área ocupada localiza-se na Av. César Cals, esquina com rua Murilo Silveira em uma região de usos diversos, transporte público de fácil acesso (Fig. 3.06). A comunidade ocupa o meio do quarteirão, em polígono irregular composto por lotes de donos variados.

Figura 3.06. Mapa do quarteirão da comunidade Raízes da Praia.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar da ocupação daquele conjunto de lotes ter ocorrido apenas em 2009, a ligação das pessoas ao território é mais antiga, e se relaciona a laços afetivos, atividades de subsistência e manifestação social. As famílias eram provenientes de algumas das comunidades distribuídas nas proximidades da zona de orla, tendo a pesca e outras atividades comerciais relacionadas à praia como principal meio de sustento. Permanecer naquele entorno significava a manutenção

dos vínculos já existentes, o reforço de suas origens e o reconhecimento ao direito de acesso a uma infraestrutura de transporte e equipamentos públicos adequada.

Dos contínuos diálogos entre o movimento e a prefeitura, é importante ressaltar um acontecimento que bem representa a relação da comunidade com seu local de moradia e seu entendimento das abrangências deste direito. Em meados de 2010, representantes da HABITAFOR comunicaram a inclusão da área da Raízes da Praia no programa Minha Casa Minha Vida (CASTILHO, 2011, p. 56 - 57). Isso implicaria na aquisição do terreno por uma construtora, responsável por materializar as novas habitações e financiá-las às famílias. A proposta foi recusada pelos moradores, que compreenderam a instabilidade em se poder vender as habitações isoladas no futuro, com a conseqüente desarticulação da comunidade e reinserção da área na lógica do mercado imobiliário. Este fato exemplifica a peculiaridade da luta da comunidade, que transcende a propriedade da casa, por estar baseada na própria noção de conquista e convivência comunitária.

3.3 Caracterizando a comunidade: morfologia como estratégia de ocupação

As casas da comunidade foram executadas por autoconstrução utilizando madeira, plástico, telhas cerâmicas e outros materiais reaproveitados. Alguns moradores possuem uma área livre que é utilizada como jardim ou quintal, para estender roupas, cultivar plantas e criar animais. Mesmo com características de acampamento, já que ainda existe risco de novas tentativas de remoção, é perceptível o sentimento de apropriação tanto em relação a suas casas como à comunidade, através de divisões claras do espaço usos. A apropriação é um processo no qual “o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (CAVALCANTE E ELIAS, 2011). Isto reflete a relação habitante-moradia e é explicitado pela forma como as pessoas se referem aos espaços, reforçando a identidade coletiva da comunidade, como observamos na fala dos moradores sobre suas casas:

...é onde eu posso dizer ‘é meu, estou seguro’, foi construído com meus próprios méritos, muitas partes até com as minhas próprias mãos...foi conseguido na raça, com muita luta, muito sofrimento, abri mão de muita coisa... por isso eu gosto. (ENTREVISTADO 10).

Neste discurso é possível perceber também a autoconstrução, quando é dito que a casa foi construída pelas próprias mãos do morador. Este fato estreita a relação das pessoas com o lugar, uma vez que todos participaram ativamente da sua construção física, símbolo da resistência.

As casas possuem água e energia elétrica através de abastecimento clandestino. O esgotamento sanitário é feito através de fossa, mas observa-se um esgoto a céu aberto que é conduzido para

um reservatório improvisado. Nas circulações entre residências, há uma calha aberta e que cumpre a função da instalação inexistente, conduzindo o conteúdo do esgoto das habitações.

Figura 3.07. Área de circulação entre as habitações na Comunidade Raízes da Praia.



Fonte: ARQPET.

Como forma de solucionar os conflitos em torno da reintegração de posse do terreno, a prefeitura de Fortaleza adquiriu os dois lotes pertencentes ao proprietário. Assim, a área correspondente a esses dois lotes, agora pertencente ao município, foi deixada livre pelos moradores e é utilizada como um “pátio central” público, opondo-se aos corredores estreitos entre as habitações. Mais do que decisão arquitetônica consciente dos moradores, esta organização espacial reflete uma estratégia política. A ocupação dos lotes privados se dá principalmente como forma de pressão sobre o poder público e os proprietários para negociação dos terrenos. O adensamento dessas áreas também torna mais difícil um possível processo de reintegração de posse.

Figura 3.09. Espaço livre formando um “pátio central” na comunidade Raízes da Praia.



Fonte: ARQPET.

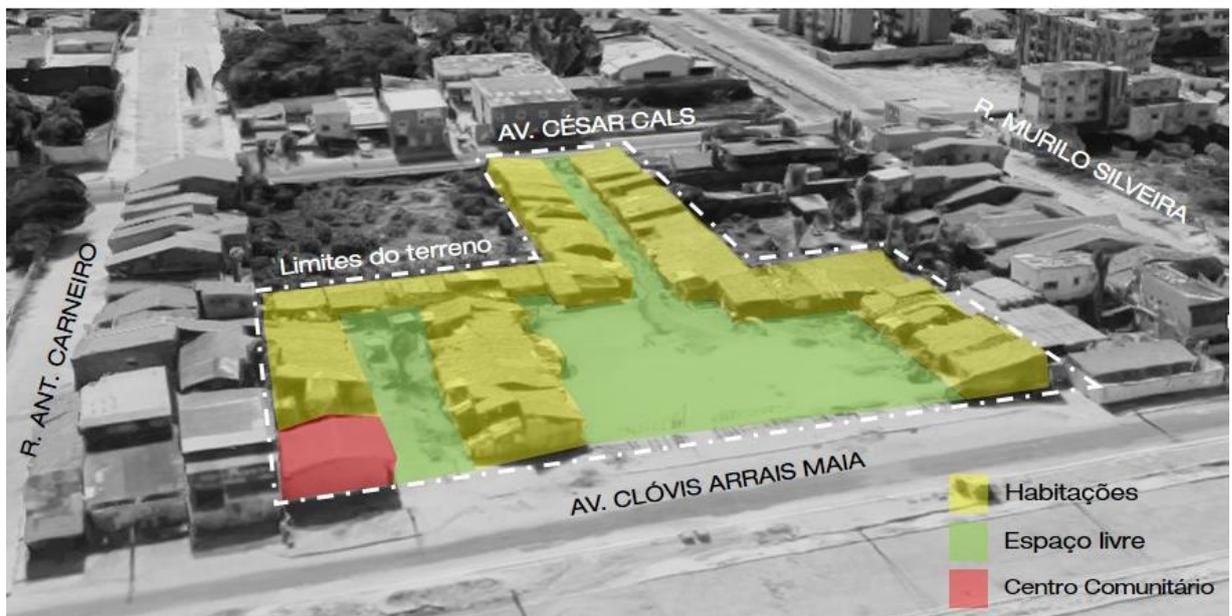
Figura 3.10. Criança da comunidade Raízes da Praia.



Fonte: ARQPET.

Algumas residências que possuem o jardim com acesso para esse “pátio central” possuem áreas cobertas, onde alguns moradores ficam sentados no fim da tarde e, em outros momentos, as crianças utilizam o espaço de sombra para brincar durante o dia. A morfologia da ocupação revela, além das estratégias de resistência, o polígono irregular conformado pelos lotes vazios e sem uso, que vão desde a avenida Cesar Cals até a avenida Clóvis Arrais Maia, por dentro do quarteirão, fato que confere permeabilidade ao terreno da comunidade e permite usos diversos nas casas lindeiras as avenidas, tais como comércio e serviços.

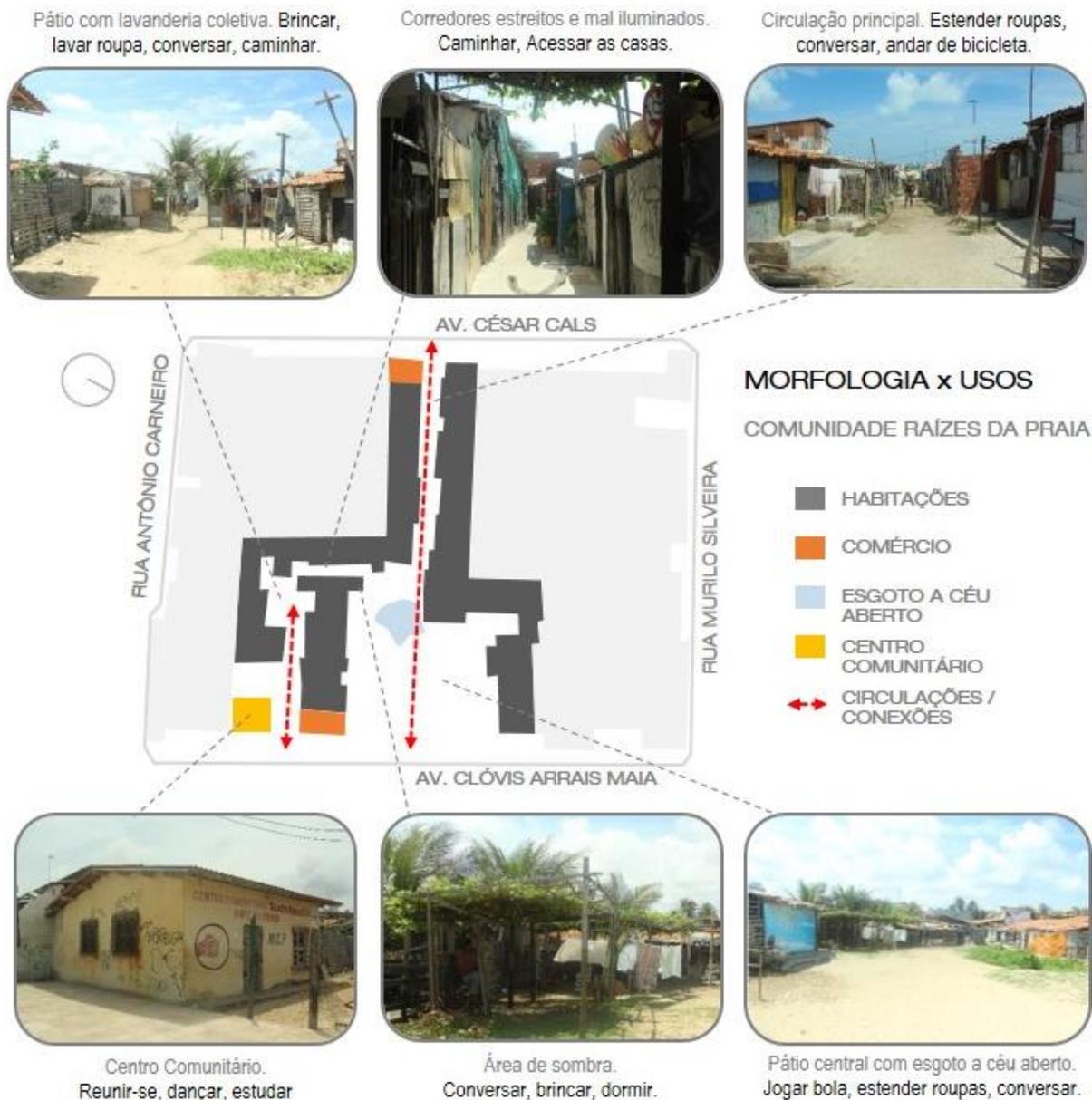
Figura 3.11. Vista em perspectiva aérea da comunidade.



Fonte: Google Maps editado pelo autor.

A estratégia de ocupação forma um “pátio central” que se abre para a praia (Av. Clóvis Arrais Maia) e, apesar de comportar o esgoto a céu aberto, é um espaço amplo que proporciona brincadeiras, jogos e demais momentos lúdicos para as crianças, além de permitir boa ventilação para as unidades com aberturas orientadas nesta direção.

Figura 3.12. Diagrama de análise de morfologia e usos da comunidade.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A divisão da comunidade em vilas⁵ cria uma dinâmica de espaços cheios e vazios conformada por massas construídas e circulações que ora abrem-se para pátios amplos que são permeados

⁵ A comunidade ocupou o terreno em “vilas”, que são agrupamentos de casas construídas sem recuo de uma para outra, compartilhando as divisórias que, neste caso, são feitas de materiais reaproveitados (madeira, plástico, lonas) através de sistema de autoconstrução.

de usos lúdicos ou comunitários (brincadeiras, interação entre moradores, lavanderia coletiva), ora transformam-se em circulações estreitas monofuncionais. O desenho construído é fruto das decisões arquitetônicas, das formas construtivas utilizadas e dos aspectos sócio espaciais relativos ao histórico da comunidade.

Figura 3.13. Fachadas de residências da Comunidade Raízes da Praia.



Fonte: ARQPET.

A análise da morfologia revela sua relação com os usos e as ações realizadas. A circulação mais extensa, que liga a Avenida César Cals à Avenida Clóvis Arrais Maia, possui largura variável determinada pelas casas e isto permite a realização de tarefas domésticas (lavar e estender roupas), atividades de lazer (andar de bicicleta) e encontro de jovens. Outro aspecto fruto da divisão por vilas é a existência de espaços que, mesmo possuindo caráter de espaço público, são mais utilizados por moradores específicos por causa da proximidade de suas casas ou por questões de afinidade. Isto pode ser verificado no “largo” próximo ao Centro Comunitário cujo desenho permitiu a criação de espaços de jardins, uma lavanderia coletiva e um espaço de convivência entre os moradores das casas no seu entorno.

3.4 Primeiros contatos com a universidade e o processo de desenho participativo

Após seis anos de ocupação, em meados de 2015, representantes da comissão de moradores procuraram o ARQPET com a demanda de um estudo para a área. Tendo em vista que havia passado a fase de maiores ameaças de despejo, os moradores pretendiam destruir seus barracos temporários de madeira e construir casas de alvenaria. Para tanto buscavam orientações sobre a organização espacial das casas a serem construídas paulatinamente com recursos próprios.

Além da proposta do Minha Casa Minha Vida⁶, a comunidade já havia recebido algumas alternativas realizadas por escritórios de Fortaleza, entretanto sem mais desdobramentos. O ARQPET aceitou a proposta de parceria com a comunidade e, em maio 2015, foi realizada a leitura dos documentos de registro dos lotes ocupados e, em seguida, um debate sobre estratégias de regularização fundiária com os moradores. Nesta ocasião foram colhidas as primeiras impressões sobre as demandas da comunidade, dados que serviram de subsídio para uma segunda atividade na qual foram apresentadas as primeiras ideias para a organização espacial das unidades habitacionais.

Seguindo com o processo, os alunos do ARQPET pesquisaram experiências de assistência técnica bem-sucedidas e elaboraram duas propostas preliminares: uma apenas com casas térreas e outra com núcleos iniciais de dois pavimentos e possibilidades de expansão. Nesta fase, vários encontros foram realizados para mostrar aos moradores possibilidades de projeto que fossem diferentes dos conjuntos habitacionais já conhecidos por eles.

Nas apresentações, os moradores que compareceram ficaram divididos sobre a organização com casas no térreo e no primeiro andar, além de também não concordarem com a ausência de

⁶ Programa do Governo Federal de financiamento da moradia própria, para mais informações: <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/habitacao-cidades>

quintal nas propostas. Outro receio dos moradores era relativo a execução das casas em autoconstrução, já que eles não apresentavam domínio das técnicas construtivas para materializar aquelas habitações por conta própria. Tornou-se clara a inadequação da postura tecnocrática do processo de projeto ao contexto da comunidade cujo desencadeamento foi a falta de identificação dos moradores com a proposta. A partir disto, a equipe do ARQPET sentiu necessidade de reestruturar a abordagem para que fossem suscitadas novas discussões.

Foi organizado um novo cronograma de atividades que fossem articuladas ao processo de regularização de posse dos terrenos que estava sendo executado pelo Escritório de Direitos Humanos de outra universidade. Os diálogos com este grupo foram muito importantes para abrir novos olhares sobre o histórico de resistência da comunidade, para ampliar os debates e para compreender os aspectos legais e os limites do polígono de implantação do projeto.

Após as indagações recebidas durante a apresentação da segunda alternativa projetual na comunidade, a equipe envolvida percebeu que o processo de projeto deveria ser democratizado afim de incluir os moradores em um amplo processo de planejamento e produção do espaço, de forma horizontal, com ações conjuntas. Dessa forma, foram propostas oficinas colaborativas para interpretação, sistematização, e divulgação das demandas de projeto⁷.

Nesse contexto, vai-se na contramão da prática arquitetônica tecnocrática (KAPP et al, 2012), na qual o profissional de arquitetura tem preponderância nas decisões de projeto. Na metodologia proposta, desenvolve-se a autonomia dos moradores antes e durante a fase de concepção do projeto, através da gestão das informações da comunidade, da legislação e de alternativas de projeto.

As dinâmicas tiveram dois principais objetivos. O primeiro foi proporcionar uma interface para a elaboração do projeto arquitetônico, de maneira gradativa e experimental, através da percepção das dinâmicas cotidianas da comunidade. Em segundo lugar procurou-se construir um espaço de reunião dos habitantes para debater a produção de seu espaço. Foram realizadas as oficinas Cartografia Temporal, Raízes em Imagens e Jogo com Maquetes, descritas a seguir.

⁷ Esta fase do trabalho contou com a participação do autor desta pesquisa que, em conjunto com os integrantes e tutores do ARQPET e com outros alunos da graduação, elaborou e executou um conjunto de oficinas colaborativas visando a elaboração de um diagnóstico e de um projeto colaborativo habitacional para a comunidade. O autor, portanto, descreve aqui um relato de experiência a partir da perspectiva de um observador e ator ao mesmo tempo, buscando compreender o processo participativo. Soma-se a isto a realização de entrevistas (descritas posteriormente) com moradores desta comunidade que, além de outros aspectos, busca um feedback sobre as oficinas realizadas.

3.4.1 Oficina 01 - Cartografia Temporal

A primeira oficina, de cartografia temporal, teve como objetivos, mapear as origens dos moradores da comunidade, a fim de compreender a idade do grupo como ele agora se configura; se a maioria dos habitantes atuais participou da ocupação inicial ou se chegou de maneira segmentada. Além disso, procurou-se saber da sua percepção de território, de acordo com os locais mais frequentados no bairro e da sua conectividade com as comunidades do entorno, por permanência de usos ou laços afetivos. As atividades práticas dividiram-se em duas etapas.

A primeira delas foi uma linha do tempo da comunidade. Demarcada em fita vermelha com os sete anos desde a ocupação do terreno, em 3 de julho de 2009, a trajetória foi sendo preenchida pelos moradores, que posicionaram seu nome e o local de moradia anterior sobre o ano em que chegaram à Raízes da Praia.

Figura 3.14. Oficina Cartografia temporal.



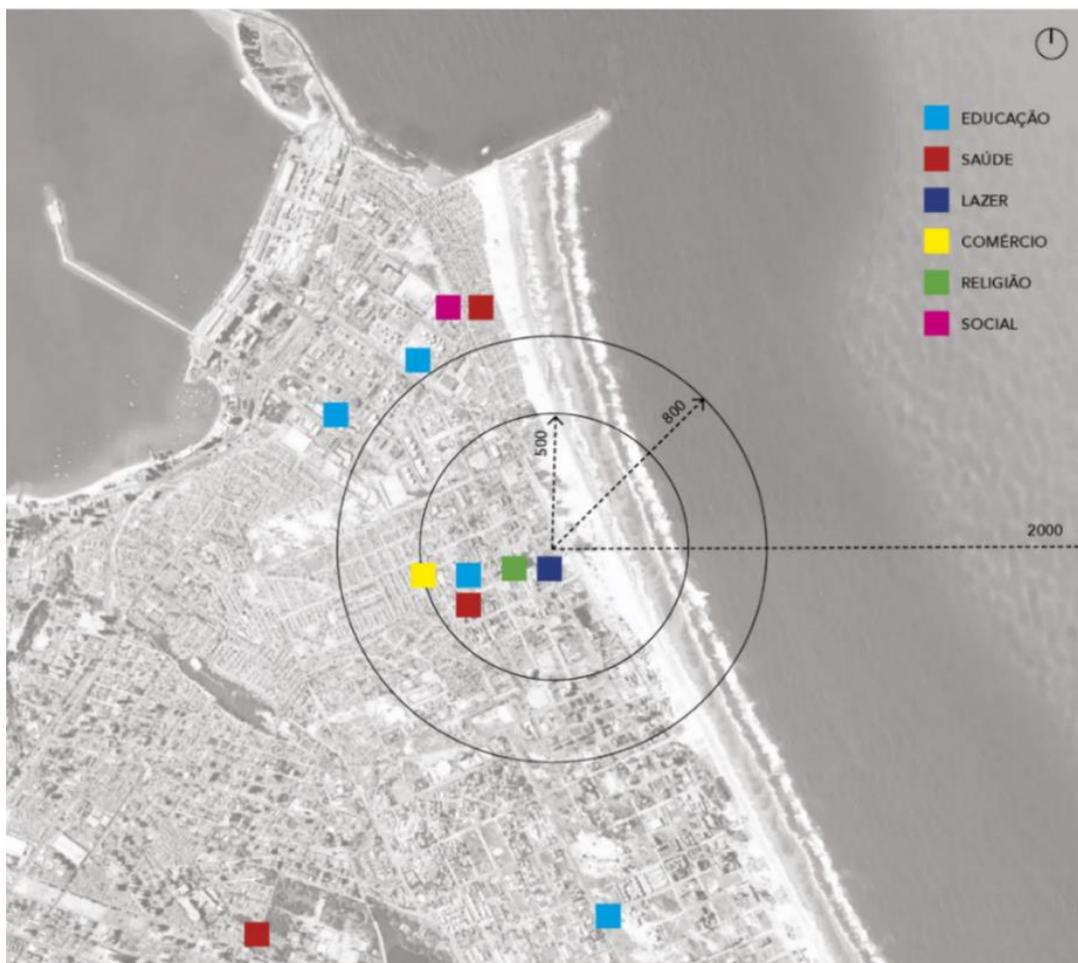
Fonte: ARQPET.

Como havia poucos presentes em relação ao total de moradores, sugerimos a inclusão de amigos e vizinhos pelos que lá estavam. A linha do tempo foi finalizada, nesta manhã, com 26 respostas. Apesar de, possivelmente, não revelar a idade da comunidade como um todo, mostrou o recorte do grupo mais participativo: aquele que está presente desde o início. Verifica-se também a forte presença de moradores do Serviluz, que chegaram à Raízes em vários períodos.

A segunda atividade da manhã, desenvolvida quase em paralelo à primeira, foi o mapeamento de pontos de interesse. Foram levados dois mapas do entorno, cujas escalas foram definidas de acordo com as recomendações de Moretti (1997) para implantação de equipamentos básicos de educação e saúde. O primeiro mapa abrange um raio de 500m, máximo previsto para creches e escolas de ensino infantil, traçado a partir do terreno da Raízes da Praia. O segundo, mais distante, engloba uma circunferência de 2000 metros de raio, distância máxima considerada para postos de saúde.

Pela dificuldade dos presentes em decodificar a linguagem do mapa, os nomes dos locais foram referenciados posteriormente à oficina. Sentiu-se a necessidade de complementar esta etapa com algum outro elemento que remetesse aos lugares, como fotografias, por exemplo, pois o mapa não funcionou como instrumento de localização e discussão sobre o bairro. Assim, os equipamentos apontados pelos moradores foram listados, ao lado dos mapas, nas seguintes categorias: saúde, educação, comércio, lazer, religião e social.

Figura 3.15. Mapa dos equipamentos urbanos próximos da comunidade.



Fonte: ARQPET.

Analisando-se as informações espacializadas, emergem algumas carências da área. Entre as escolas mencionadas, verificou-se que, apesar de numerosas, apenas uma delas localiza-se dentro do raio caminhável de 800m.

Já os postos de saúde, hospitais e farmácias cumprem a distância de 2000m até a comunidade. Algumas pessoas mencionaram que continuaram frequentando os postos de saúde de onde moravam antes, como é o caso do Serviluz.

As atividades de comércio, religião e assistência social são realizadas também próximo à quadra da Raízes, com ênfase no acesso ao comércio através das vendas realizadas na própria comunidade. Essa nuvem de pontos de interesse aponta para a real definição do território da comunidade. Por outro lado, a carência de equipamentos de lazer ficou clara: a praia e casas de amigos, mesmo que situadas em outros bairros, foram apontados como os únicos locais de divertimento.

3.4.2 Oficina 02 – Raízes em Imagens

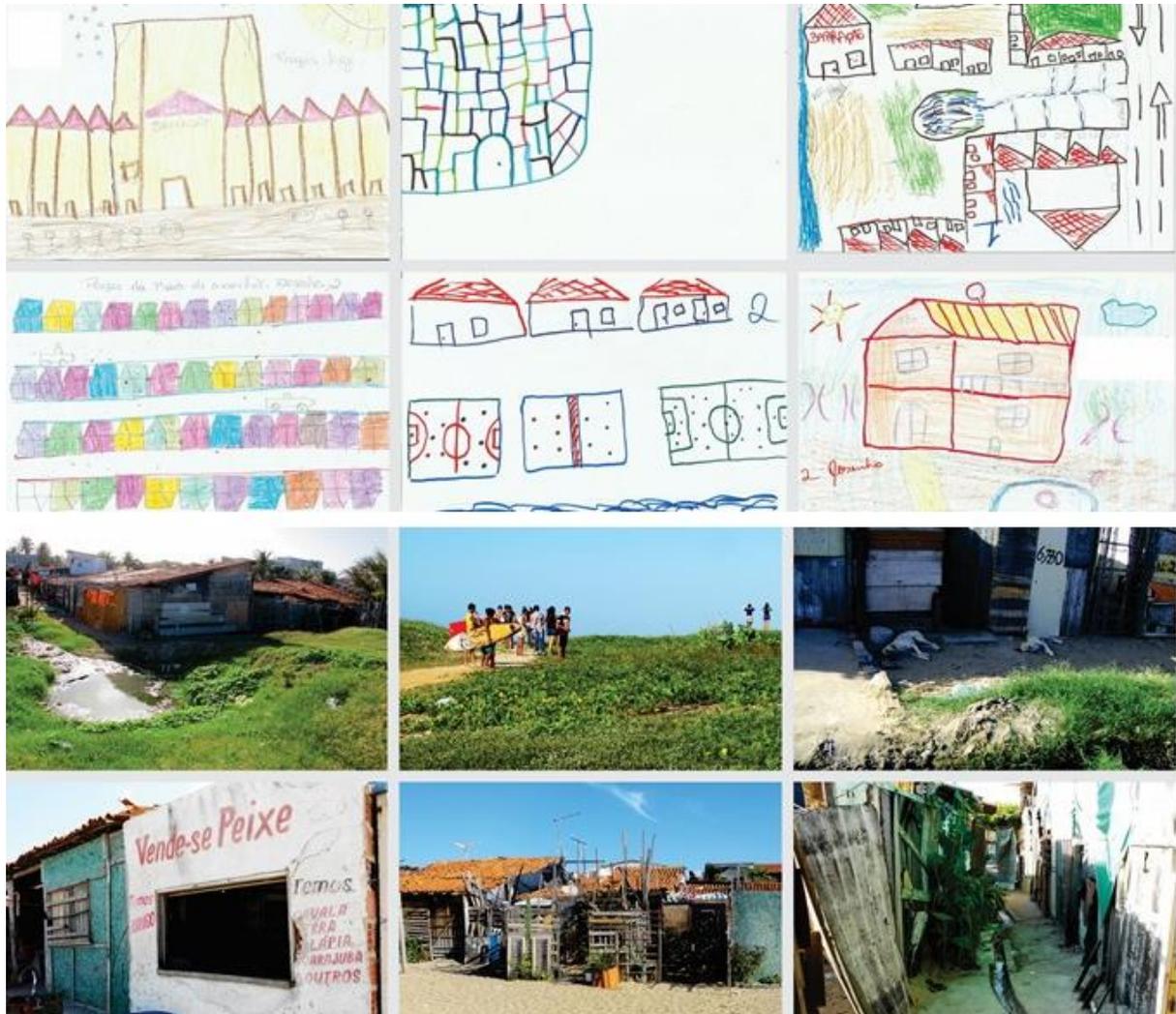
Para o segundo dia de atividades, foi proposto um par de oficinas de percepção e representação da imagem da Raízes da Praia, utilizando dois meios: a fotografia e o desenho. O principal objetivo foi entender as ligações afetivas e simbólicas dos moradores com a comunidade. Buscou-se, também, debater sobre as expectativas dos habitantes para seu próprio local de moradia, promover um momento de integração entre moradores de diversas idades, e contribuir para a formação um arquivo da comunidade, com imagens elaboradas por eles, como materialização da memória. As duas oficinas foram idealizadas para públicos diferentes, mediante metodologias distintas. A utilização de duas estratégias de representação, fotografia e desenho, relacionou-se à natureza dessas linguagens: a fotografia como registro do real e interpretações dos anseios; o desenho como forma mais livre de manifestação do imaginário.

Iniciou-se com a oficina de desenho, dedicada a um público de todas as idades. Como tarefa inicial, os participantes foram desafiados a ilustrar a Raízes hoje, com pontos positivos e negativos. Concluída esta primeira etapa, questionamos sobre a Raízes imaginada: um desenho da comunidade dos desejos, a Raízes como gostariam que fosse. As mesas foram organizadas de forma que pequenos grupos pudessem discutir as temáticas ilustradas e compartilhar os materiais.

Em seguida, houve a oficina de fotografia. Esta atividade foi estruturada com referência na metodologia de Ferrara, compilada no livro *Olhar Periférico* (FERRARA, 1993). Neste

trabalho, a pesquisadora estudou a fotografia como instrumento de análise urbana em três bairros de São Paulo, a partir dos significados emergentes do olhar dos próprios moradores.

Figura 3.17. Amostra de desenhos e fotografias da oficina Raízes em Imagens.



Fonte: ARQPET.

Na estratégia utilizada por Ferrara e sua equipe, os participantes receberam câmeras analógicas e rolos de filme para registrar o entorno de onde moravam durante um mês, norteados por seis eixos temáticos. Segundo a autora: “a modalidade fotográfica representa um valor informacional que, por sua vez, representa o modo e o objeto percebido na realidade ambiental, ou seja, os valores, perspectivas ou desejos do homem na sua relação com o meio ambiente urbano. Um conjunto de signos que, interpretativamente, encadeia significados.” (FERRARA, 1993, p. 267).

Na Raízes da Praia, a experiência foi realizada de maneira mais pontual, durante uma tarde, com câmeras digitais. A ideia foi captar, em um curto intervalo de tempo, olhares direcionados

por cinco eixos: habitação, retratos, lazer (diversão), meio ambiente e comércio. Para cada um desses temas, havia a possibilidade de se encaixarem aspectos positivos e negativos.

Os onze jovens caminharam por cerca de meia hora no terreno da comunidade e em áreas próximas que consideraram importantes, munidos das câmeras, registrando tantas imagens quanto achassem necessárias. Ao final da tarde, cada participante escolheu cinco fotos que considerou melhor demonstrar seu olhar sobre o local onde mora, para serem impressas para exposição.

Figura 3.18. Exposição dos produtos da oficina Raízes em Imagens.



Fonte: ARQPET.

O resultado dessa oficina foi apresentado uma semana depois, em uma exposição montada com a ajuda dos moradores (principalmente crianças e adolescentes), no intuito de mostrar o material produzido para quem não participou das atividades.

3.4.3 Oficina 03 – Jogo com maquetes

Como dar partida a um processo de projeto conjunto? Quais as formas de se agenciar uma negociação de espaços entre os habitantes da comunidade, tornando possível aos próprios moradores-produtores articular as suas necessidades cotidianas aos condicionantes de espaço e regulações urbanas? Quais os limites e interseções, rompidos e desejados, na busca pela

qualidade do espaço, cumprimento da legislação e atendimento a necessidades socioeconômicas e culturais?

Foram essas as indagações que nortearam a realização desta terceira dinâmica. A interface em questão deveria ser intuitiva. Necessitava-se de uma plataforma que agisse como canal de comunicação entre as exigências legais e as intenções dos habitantes, com o mínimo de ruído. Pelo desconhecimento do número de participantes na atividade, face a ausências de moradores nos encontros anteriores, seria ideal que a interface pudesse se adaptar à quantidade de pessoas e promover a interação em equipe. O trabalho tátil, materializado em modelos tridimensionais, foi encarado como uma solução vantajosa em comparação a outras formas de representação bidimensional, por possibilitar maleabilidade a modificações e mais fácil entendimento.

Figura 3.19. Oficina “Jogo com maquetes”.



Fonte: ARQPET.

A solução encontrada foi realizar um jogo com maquetes. A intenção da oficina era exemplificar através da prática o ordenamento da ocupação do terreno com base na legislação de Fortaleza. Para isso, o jogo foi elaborado contendo um terreno, blocos de comércio, habitação e áreas livres e o objetivo do jogo era encaixar esses blocos, representando a demanda da comunidade por casas, pontos comerciais e atendendo a exigência da legislação por áreas livres. As regras do jogo foram baseadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza.

Para o encontro com a comunidade, foram levados dois exemplares do jogo. As doze pessoas presentes dividiram-se em grupos para tentar solucionar o desafio: implantar 84 unidades habitacionais e 95 módulos verdes no polígono que será regularizado para a comunidade. Logo de início, as pessoas visualizaram com clareza a carência de espaço para a quantidade de residências. O mergulhar nas regras trazia cada vez mais restrições. Percebeu-se, pelas duas equipes, não ser possível distribuir casas térreas para todas as famílias no espaço disponível com a anuência das regras definidas pela legislação de uso e ocupação do solo vigente em Fortaleza.

Figura 3.20. Oficina “Jogo com maquetes”.



Fonte: ARQPET.

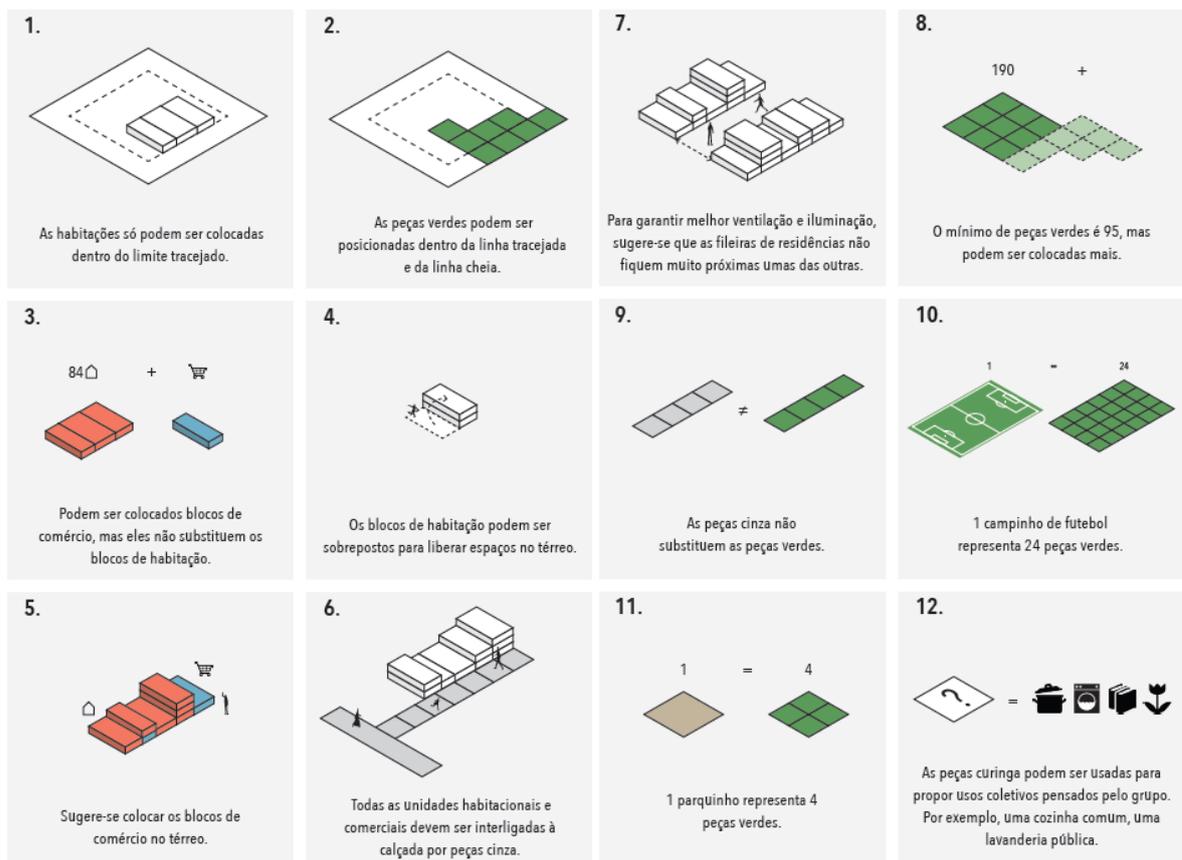
Uma das equipes decidiu abdicar das unidades comerciais para ganhar mais espaço, abrigando-os dentro das próprias casas. Nos dois grupos, houve a necessidade de ocupar mais um andar além do térreo, a fim de obter a área mínima para implantar todas as unidades verdes. Apesar da presença frequente de equipamentos de lazer e esporte nos desenhos realizados durante a oficina anterior, ninguém optou pela troca de algumas unidades verdes por um campo de futebol: significaria ter de subir mais um pavimento das habitações.

As configurações finais das duas equipes foram em vários aspectos semelhantes: agrupamentos de módulos habitacionais de dois pavimentos, térreo e superior, em blocos contíguos, com áreas

de circulação estreitas e pouca fluidez. A negativa da verticalização foi determinante em ambos os processos.

O diálogo que se seguiu à atividade trouxe à tona de maneira clara diversas inquietações dos moradores que emergiram a partir do jogo. Ele funcionou como uma interface de diálogo e informação das possibilidades de se construir naquele espaço segundo as regras gerais que orquestram as construções na cidade. Os habitantes presentes ansiavam por distribuir todas as casas de maneira térrea. As justificativas apontadas para essa preferência relacionavam-se, inicialmente, à acessibilidade e à privacidade. A habitação com escada teria o acesso dificultado, especialmente para famílias com idosos e crianças, e a presença de um pavimento superior foi relacionada pelos moradores a problemas de acústica, com incômodos gerados pelas famílias de cima às de baixo.

Figura 3.21. Manual de regras desenvolvido para a oficina “Jogo com maquetes”.



Fonte: ARQPET.

O motivo principal indicado, porém, foi a intenção de expandir a unidade para cima. Além do uso comercial, essa tradição liga-se também à evolução familiar. Falou-se sobre a vinda frequente de visitantes e a vontade de permanecer no mesmo local com o crescimento da família, casamentos e filhos. Quando questionado sobre a adoção de tipologias diferentes para

se adequar aos tamanhos iniciais das famílias, o grupo presente respondeu de forma categórica: preferem-se plantas iniciais iguais para todas as famílias, com a potencialidade de expansão.

As discussões dessa oficina apontaram para a necessidade de se realizar uma assembleia geral com os habitantes, para discutir as futuras formas de ocupação e os rumos desejados pela maioria da comunidade, seguindo também o processo de regularização da propriedade da terra.

3.5 O discurso dos moradores nas entrevistas semiestruturadas

A última etapa de coleta de dados foi composta de entrevistas com moradores, que foram realizadas como instrumento de coleta de dados para construir uma percepção mais abrangente da comunidade e, também, para reunir informações sobre a demanda do projeto colaborativo. Esta atividade contou com o auxílio de três alunos do ARQPET, que receberam uma lista de orientações para entrevista⁸ elaborada com base nas instruções de GIL (2014) para realização da “entrevista por pautas”, em busca de otimizar a coleta de dados e prezando pela conduta de pesquisador. A realização das entrevistas teve os seguintes objetivos:

- a. Ampliar as possibilidades de caracterização do objeto de estudo; coletar dados ainda não acessíveis nas oficinas colaborativas por outras formas de expressão;
- b. Possibilitar a participação de moradores que não estavam presentes nas demais atividades.

Foi proposto, inicialmente, que a entrevista fosse realizada na casa do entrevistado, porém, a partir das entrevistas de teste, percebeu-se que a logística de realização da tarefa atrapalhava outros habitantes da residência na realização de tarefas domésticas, portanto, decidiu-se que as entrevistas seriam realizadas no Centro Comunitário. Então, os pesquisadores envolvidos neste trabalho se revezaram entre a realização de entrevistas e os percursos acompanhados de lideranças comunitárias para convidar os moradores a serem entrevistados.

Visto que a intenção das entrevistas era conhecer um pouco do discurso dos moradores e tirar dúvidas sobre o histórico da comunidade e da ocupação, a seleção dos moradores a serem entrevistados foi realizada com o apoio das lideranças comunitárias de forma aleatória, ou seja, não se deu baseada em aspectos quantitativos. Para a seleção dos entrevistados, portanto, foram priorizados: Membros da Associação de Moradores; Pessoas atuantes no processo de ocupação desde o início; Atores envolvidos no processo que fossem provedores de notório volume de

⁸ Ver a lista completa nos Apêndices.

informações sobre a comunidade; Moradores disponíveis nos momentos de realização das entrevistas.

A entrevista é do tipo semiestruturada, na qual existe um roteiro fixo para nortear as respostas permitindo-se, porém, que haja interação e desenvolvimento livre do discurso que pode ser guiado pelo pesquisador, desde que possibilite que dados de natureza subjetiva sejam revelados de forma espontânea. No caso deste trabalho, adotou-se uma estrutura de perguntas (objetivas e subjetivas). Foram realizadas dezoito entrevistas semiestruturadas já que esta tarefa não teve como objetivo consultar todos os moradores da comunidade, além de ser apenas uma das formas de coleta de dados e, ainda que na entrevista sejam coletados dados quantitativos, não é o foco do trabalho realizar uma pesquisa desta natureza.

Para interpretar a comunidade sob diversos aspectos, a entrevista foi dividida em eixos temáticos: “Dados do entrevistado”; “Dados da habitação”; “Redes sociais”; “A casa”; “A comunidade”; “O projeto e a participação”.

Com a função de reunir informações básicas sobre os moradores, construindo um perfil da comunidade a partir dos dados coletados, no eixo “dados do entrevistado” eram indagados nome completo do entrevistado, data de nascimento, número de habitantes da residência, número de filhos, ocupação principal, etc. Com o objetivo de cruzar os dados ou construir um arranjo conjunto com a oficina de cartografia temporal, foi registrada a data de chegada do entrevistado na comunidade e seu local anterior de moradia. Além disso, também foi realizado um levantamento sobre as atividades de lazer e sobre os meios de transporte e de comunicação (e seus usos) dos moradores.

Em geral, as casas são ocupadas com bastante densidade, podendo haver residências com até 9 habitantes. A maioria dos moradores está na comunidade desde o dia da ocupação, em julho de 2009. Além disso, dados sobre a moradia anterior, aos meios de transporte e comunicação mais utilizados e às atividades realizadas no tempo livre estão expressos no diagrama abaixo.

Podemos apontar como destaque deste eixo, a diversidade de locais de moradia anteriores à Comunidade Raízes da Praia, alguns até em outros municípios do Ceará. Além disso, como demonstram as informações coletadas com esta amostra de entrevistados, a maioria dos moradores da comunidade está no local desde a data da ocupação, com pequenas variações de famílias que chegaram nos anos posteriores. A maioria dos moradores se locomove a pé e de ônibus, este dado é relevante considerando o entorno, bem atendido por comércios e por linhas de transporte público. Os dados relativos a meios de comunicação demonstram o amplo acesso

a diferentes aparelhos, tais como celular e televisão. Além disso, cinco pessoas possuem computadores, muitas delas por motivo de trabalho ou estudo.

Figura 3.22. Resultados das entrevistas realizadas na Comunidade Raízes da Praia no eixo “dados do entrevistado”.



Fonte: Elaborado pelo autor.

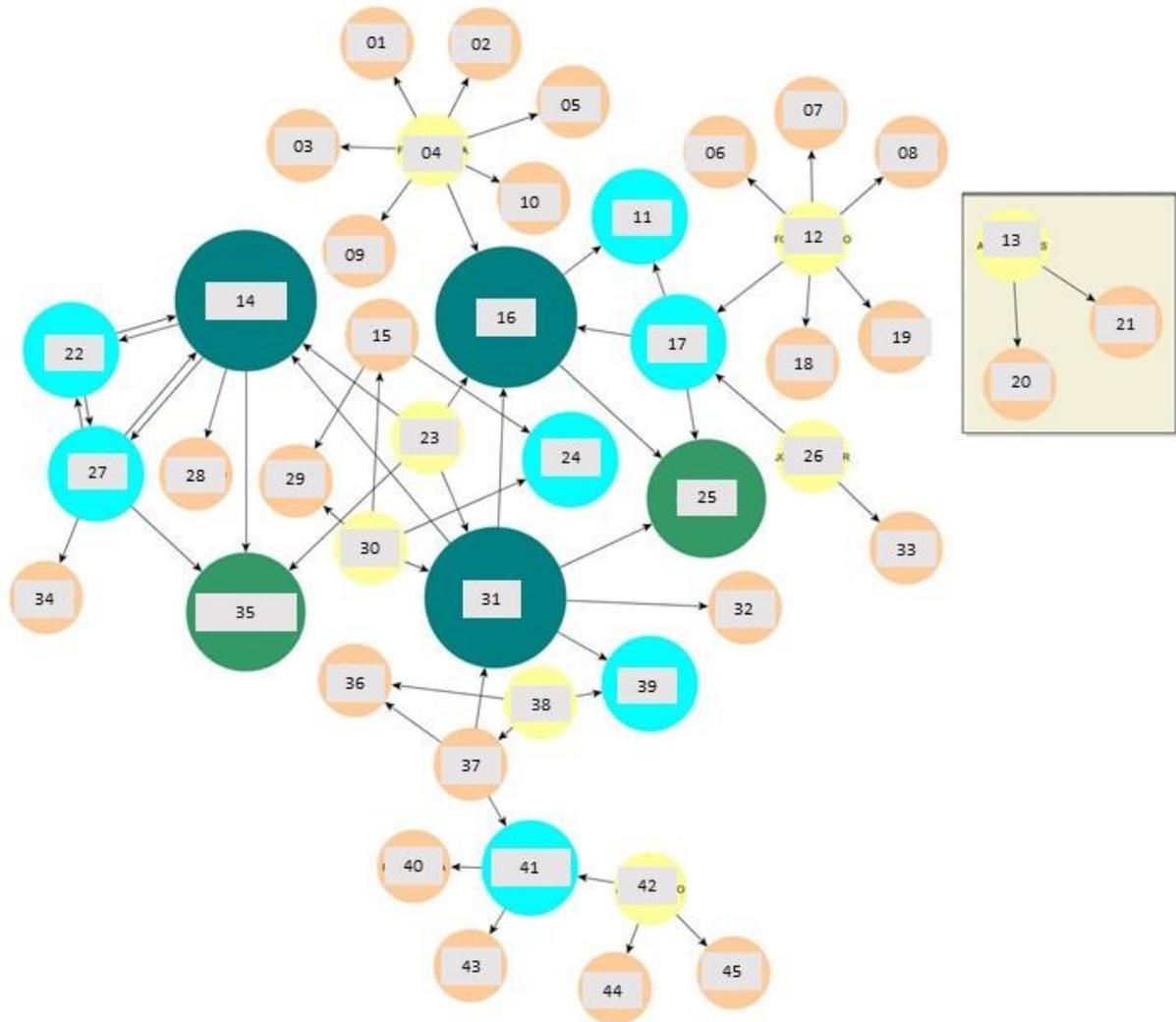
No eixo “dados da habitação”, foram coletados dados de infraestrutura das residências: materiais utilizados na construção da casa, abastecimento de água, saneamento básico e acesso a energia elétrica. As respostas obtidas neste eixo temático foram todas praticamente iguais: todas as casas foram construídas com materiais reaproveitados, todas possuem água e energia através de instalações informais e nenhuma possui saneamento básico. Além disso, fica evidente a consciência dos moradores sobre sua condição de moradia e a falta de uma infraestrutura básica.

No eixo “redes sociais”, cujo objetivo é compreender e mapear as relações existentes com base em confiança e amizade, os relatos da comunidade foram cruzados com a observação de campo, formulando um arranjo de relações para auxiliar na compreensão do processo de coesão comunitária do espaço ocupado. Neste tópico o entrevistado era indagado: “Quais são as pessoas que você mais gosta aqui na comunidade?”. Apesar de quase sempre enfrentar um constrangimento inicial, o entrevistado revelava alguns nomes de sua afinidade. O resultado deste mapeamento está no diagrama abaixo.

Na análise do diagrama das redes sociais, fica evidente a coesão comunitária protagonizada em torno de pessoas mais atuantes e participativas, geralmente ligadas a Associação de Moradores.

Outro ponto importante é ressaltar que todas as pequenas redes estão conectadas entre si, somente uma delas está desconectada, demonstrando a grande conectividade de relações comunitárias existentes.

Figura 3.23. Diagrama das redes sociais da comunidade baseado nas entrevistas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No eixo “a casa”, foram elaboradas perguntas para caracterizar as relações morador-casa, investigando o vínculo humano-ambiental através de sentimentos de apropriação e pertencimento relativos ao local de moradia. Além disso, uma das perguntas é “como você imagina a casa ideal?”, com o objetivo de contribuir, além da dimensão simbólica, com a listagem das necessidades para a realização do projeto arquitetônico das habitações. Abaixo está uma tabela com alguns dados coletados neste eixo de perguntas.

No eixo “a comunidade Raízes da Praia”, a proposta é investigar as relações do entrevistado com a comunidade, ultrapassando a escala da residência e mapeando relações de vizinhança e

identidade comunitária. Uma questão importante deste eixo é relativa aos motivos pelos quais o entrevistado foi morar na comunidade Raízes da Praia. Esta é uma das perguntas que mais obteve respostas longas, nas quais o entrevistado relata os acontecimentos de sua vida relativos a sua moradia atual. Abaixo está uma tabela com alguns dados coletados neste eixo de perguntas.

Uma das questões levantadas na entrevista é sobre o porquê de morar na comunidade Raízes da Praia. Esta pergunta tinha o objetivo de permitir que o entrevistado desenvolvesse sua fala e nas respostas fica evidenciada uma motivação em comum: a vulnerabilidade habitacional, tanto na cidade de Fortaleza quanto em outras cidades do interior do estado. Quando perguntados sobre o engajamento no processo de regularização do terreno e no projeto colaborativo, muitos defendem a participação de todos, ressaltando a importância desses processos, ao passo que outros, na maioria das vezes com descrença, dizem que não participam, porém procuram se informar com quem participa.

Figura 3.24. Dados dos eixos “A casa” e “A comunidade Raízes da Praia”.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No eixo “o projeto e a participação”, busca-se investigar o interesse e a assiduidade dos moradores nas atividades propostas e o feedback daqueles que compareceram. Abaixo está uma tabela-síntese das informações coletadas neste eixo da entrevista.

Figura 3.25. Dados das entrevistas do eixo “o projeto e a participação”.



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.6 Avaliação do processo

Durante a realização das oficinas, foi possível construir a interface necessária para a discussão do projeto através da criação de um espaço de convivência e trabalho em torno do futuro da comunidade. Embora enfrentando dificuldades relativas à participação, provenientes principalmente do desgaste e da fragilidade característicos do processo de luta pela moradia da comunidade, faz-se um balanço positivo das atividades realizadas, fato apontado tanto pelo grupo do ARQPET quanto pelos moradores da comunidade. Abaixo está uma tabela-síntese das oficinas realizadas na comunidade.

Quadro 03. Panorama das oficinas realizadas na comunidade.

	PARTICIPAÇÃO	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
CARTOGRAFIA	Pouca participação, alguns moradores completaram a linha do tempo no lugar dos ausentes.	Possibilidade dos moradores de contarem a sua história, data de chegada na comunidade e local de moradia anterior; Reconhecimento do território do entorno através do mapeamento de pontos de interesse.	Foi o primeiro contato realizado como oficina e causou um estranhamento inicial nos moradores; A metodologia utilizada (mapa) não foi bem compreendida por todos, gerando dúvidas na atividade.
DESENHO	Após ser remarcada pelo não comparecimento dos moradores, foi a oficina com maior número de participantes.	Possibilidade de conhecer o raízes hoje (diagnóstico da comunidade atual) e o raízes desejado (demanda da população) a partir do desenho dos moradores.	Grande quantidade de pessoas, principalmente crianças, demandou mais tempo que o planejado, impedindo a realização de um fechamento da atividade, com roda de conversa.
FOTOGRAFIA	Participaram 11 pessoas, entre adultos e adolescentes.	Proporcionar o contato com a câmera, dando ao morador a autonomia de escolher suas fotos, representou uma livre expressão individual sobre a sua comunidade; Oportunidade de conhecer que elementos, pessoas e locais da comunidade são relevantes para os moradores.	Algumas pessoas participaram das duas atividades, desenho e foto, atrasando o início da oficina de fotografia; Por causa do pouco tempo disponível para esta oficina, os participantes não tiveram oportunidade de falar sobre suas fotos.
MAQUETE	Participaram dois grupos que utilizaram dois jogos de maquete.	Contato dos moradores com a legislação vigente na área, expondo as regras para construção das casas; Momento de reflexão e debate sobre a forma de ocupação desejada; A oficina gerou novas discussões na comunidade posteriormente.	A pouca quantidade de participantes fez com que somente pequena parcela da população tivesse acesso às informações, sendo necessário depois realizar novo encontro para debate.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As conclusões que emergem a partir da análise das oficinas, tal como exposto na tabela, apontam para problemas e potencialidades do processo participativo na comunidade. Mesmo com algumas dificuldades relacionadas à metodologia proposta pela equipe da universidade para os moradores, ficou evidente que algumas questões relativas aos moradores também dificultaram o processo. Para compreender bem os acontecimentos e interpretar os

ensinamentos provenientes da experiência, serão explicitadas as dificuldades relativas à equipe e aos moradores. Sobre as dificuldades relacionadas à metodologia proposta, pode-se apontar:

- a. Incompatibilidade de linguagem de projeto (técnica) utilizada pela equipe e a linguagem utilizada pelos moradores (popular). Esta diferença causou dificuldades de comunicação durante as oficinas, atrapalhando o rendimento das atividades;
- b. Falta de conhecimento dos moradores em relação à legislação e as possibilidades de projeto. Seria necessário realizar novas tentativas de adaptar a legislação para um formato mais didático e acessível, que expressasse o texto da lei de forma mais clara para ser transmitido aos moradores.

Em relação a comunidade, os seguintes fatores representaram entraves ao processo participativo:

- a. Falta de assiduidade nas atividades propostas;
- b. Problemas de comunicação entre os moradores da comunidade que prejudicaram o bom funcionamento das atividades;
- c. Falta de organização/coesão comunitária (por exemplo, dificuldades para a criação da associação dos moradores).

A interface colaborativa construída foi essencial para uma caracterização da comunidade feita pelos próprios moradores e para o diagnóstico da situação atual. As oficinas, para além de proporcionar a coleta de dados e a expressão das demandas existentes, as forneceram ambiente para a convivência dos moradores em torno do debate acerca dos problemas e potencialidades do espaço. A experiência mostrou a dificuldade de elaboração de um projeto formal que se adequasse a legislação vigente, tanto por particularidades da comunidade como por consequência de uma gestão municipal que, na maior parte das vezes, age de forma a ampliar as desigualdades existentes.

Atualmente, a comunidade está criando a associação de moradores e o terreno ocupado está em processo de regularização jurídica por meio do instrumento urbanístico usucapião coletivo, tendo a perspectiva de elaborar uma solução habitacional que considere a realidade socioeconômica. O ARQPET vem dando apoio neste processo, auxiliando no levantamento topográfico que dará base para a regularização do terreno, participando das reuniões comunitárias e promovendo debates sobre a situação jurídica e urbanística na qual a comunidade se encontra. A discussão acerca da legislação vigente no local é essencial para a

conquista da verdadeira autonomia popular, dotando a comunidade dos conhecimentos necessários para posicionar-se de forma eficaz no processo de luta por moradia.

Os dados coletados nas entrevistas foram importantes porque permitiram explorar informações de outras naturezas através do discurso, além de envolver outros moradores, não necessariamente os que participaram das oficinas. Aspectos que podem ser apontados na análise do discurso dos moradores são: o apego ao local de moradia; a valorização da casa enquanto um lugar conquistado a partir de grandes conflitos; a incerteza sobre a permanência no local da ocupação; a esperança de conseguir uma casa no terreno da ocupação de forma legal.

Por fim, a entrevista configura-se como a coleta final de informações para compor o programa de necessidades da solução habitacional, projetada de forma colaborativa, para a comunidade. Durante a entrevista, são observados relatos que versam sobre as preferências dos entrevistados em relação as casas e caracterizam o tipo de uso existente, fornecendo informações importantes para o projeto.

A partir da descrição da Comunidade Raízes da Praia através da morfologia existente e desejada, pode-se perceber a relevância do estudo da forma de ocupação para interpretação de realidades urbanas cujas conformações espaciais refletem um coletivo de fatos e dinâmicas sócio espaciais. Ficou evidente o caráter de “testemunho” que a morfologia assume em relação ao histórico de formação da comunidade, influenciando, a partir disto, os usos e a formação de novos espaços.

Além disso, a metodologia de projeto através da participação ativa (colaboração) dos moradores, permitiu que os maiores interessados no projeto das habitações atuassem diretamente no seu planejamento, debatendo e estudando as formas de ocupação do terreno. Percebeu-se que a utilização das maquetes como instrumento de diálogo sobre o projeto foi essencial para a compreensão das limitações e demais condicionantes do planejamento do espaço. Sem dúvida, o caráter didático trazido pela materialidade das maquetes foi determinante no entendimento do processo, além de possibilitar um debate sobre questões técnicas. As discussões suscitadas nas oficinas apontaram para a necessidade de se realizar uma assembleia geral com a comunidade para discutir as futuras formas de ocupação e os rumos desejados pela maioria dos habitantes.

Durante a realização das oficinas, foi possível construir a interface necessária para a discussão do projeto através da criação de um espaço de convivência e trabalho em torno do futuro da comunidade, conforme proposto no início do processo. Embora enfrentando dificuldades

relativas à participação, provenientes principalmente do desgaste e da fragilidade característicos do processo de luta pela moradia da comunidade, faz-se um balanço positivo das atividades realizadas, fato apontado tanto pelo grupo do ARQPET quanto pelos moradores da comunidade.

O processo pelo qual passa a comunidade Raízes da Praia ainda está em andamento e, atualmente, já se chegou a um consenso sobre o desenho da unidade habitacional e agora está sendo discutida a forma de ocupação deste modelo de unidade no terreno para que, com o desenho do lote, possa ser iniciado um processo ordenado de autoconstrução, visando garantir a execução do que foi planejado. Com isto, atesta-se a relevância da realização de processos colaborativos, tanto para proporcionar a autonomia da comunidade como a qualidade e à adequação do espaço construído.

4 DISPOSITIVOS VIRTUAIS: NOVOS CAMINHOS DE PARTICIPAÇÃO?

*“É possível quem mora em Israel
pelo Messenger teclar com a Bahia
Se os autômatos ganharem rebeldia
tenho medo que a máquina nos delete
O planeta movido a internet
é escravo da tecnologia”
(Os Nonatos)*

O trecho acima ilustra a imensa potencialidade de conexão trazida pela Internet e, por consequência, a “dependência” inerente ao uso da tecnologia a partir do oferecimento de novas possibilidades de comunicação. A conectividade trazida pelo avanço das TICs possibilitou a emergência de novos espaços de participação, difusão de informações e controle social. Compreende-se, nesta pesquisa, que essas possibilidades de comunicação criadas a partir das TICs inauguram novas maneiras de interação, em maior ou menor grau, entre cidadãos e gestores, surgindo tanto de iniciativas vindas da sociedade quanto das diversas esferas de governo. Esses sistemas, aqui denominados como dispositivos virtuais de participação cidadã, utilizam a internet como base de trabalho para proporcionar canais de comunicação, mobilização e colaboração em torno de pautas políticas, ambientais, socioeconômicas e de planejamento urbano.

Figura 4.01. Manifestação de 2015 em Brasília.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/por-20-centavos>

Este capítulo analisa os dispositivos virtuais de participação para avaliar suas implicações nos processos participativos de planejamento urbano. A partir do estudo de caso realizado na Comunidade Raízes da Praia foram apontados aspectos positivos e negativos na execução de

um processo participativo. Nesta parte do trabalho busca-se estudar sobre a relevância desses dispositivos para estes processos e sua eficiência para lidar com as demandas observadas no estudo de caso.

4.1 Dispositivos, ferramentas e plataformas: uma proposta de classificação

No Brasil, seguindo um comportamento observado em diversas partes do mundo relativo a “cultura da participação” (SHIRKY, 2011) e a descoberta das redes sociais virtuais como “espaços de autonomia” (CASTELLS, 2013), diversas iniciativas não-governamentais com o intuito de estimular a “webcidadania” (ROCHA; PEREIRA, 2011) podem ser apontadas, tanto com objetivo de acompanhar as ações dos representantes eleitos como para debater e publicar sugestões, demandas e reclamações populares. Rocha e Pereira (2011) admitem que “será preciso muito mais do que usar a Internet para a mobilização massiva e veloz” e questionam sobre os resultados efetivos das iniciativas nascidas na Internet (ROCHA; PEREIRA, 2011).

Castells enfatiza a importância das redes sociais pré-existentes e das ações nos espaços públicos da cidade como aspectos de grande contribuição para as redes multimodais espontâneas que auxiliam na organização das ações dos movimentos sociais contemporâneos (CASTELLS, 2013).

Segundo François Ascher, o urbanismo contemporâneo deve ser construído de forma dinâmica, através de um conjunto de dispositivos que sejam constantemente alimentados e avaliados através de um processo de feedback contínuo.

Considerando esses conceitos, foi realizado uma pesquisa em redes sociais, sites, blogs (principalmente em ambientes virtuais que tratam de assuntos como política, cidade, manifestações populares, etc.). A pesquisa originou um levantamento de alguns dispositivos que se utilizam de tecnologias de base digital, internet e de aparelhos móveis para atuarem (lista completa nos apêndices). Nem todos os dispositivos tratam diretamente de planejamento urbano, porém, todos possibilitam algum tipo de participação em questões de interesse público, por isso, foram considerados para análise sob a perspectiva da participação do usuário.

A partir de seus objetivos, de sua forma de interação com o usuário e sua logística de ação, foi proposta uma classificação três categorias: Dispositivos de Informação, Dispositivos de Mobilização/Ativismo e Dispositivos Didáticos/Pesquisa. Após discorrer sobre as categorias e seus exemplos de dispositivos, foi construída uma proposta de relação dos dispositivos com as etapas de planejamento.

4.1.1. Dispositivos de Informação

A primeira tipologia de dispositivo é, talvez, a mais tradicional: os portais de informação governamentais. São criados para divulgar informações sobre a cidade, o estado ou o país ao qual se referem. Muitas vezes, no entanto, funcionam apenas como ambientes de *marketing* da gestão, exibindo dados previamente selecionados para construir uma imagem positiva do poder público. E quando são mantidos por iniciativas da sociedade sem vínculos governamentais, assumem um papel de apoio ao controle social. O objetivo desse tipo de dispositivo está relacionado ao compartilhamento de informações para que o cidadão acompanhe os acontecimentos e possa agir. No entanto, nem sempre há espaço para interação com o usuário. Mesmo assim, configura-se como uma iniciativa interessante pois o acesso à informação é o primeiro passo do processo de participação no planejamento do espaço.

a. Mapeamento colaborativo IPLANFOR

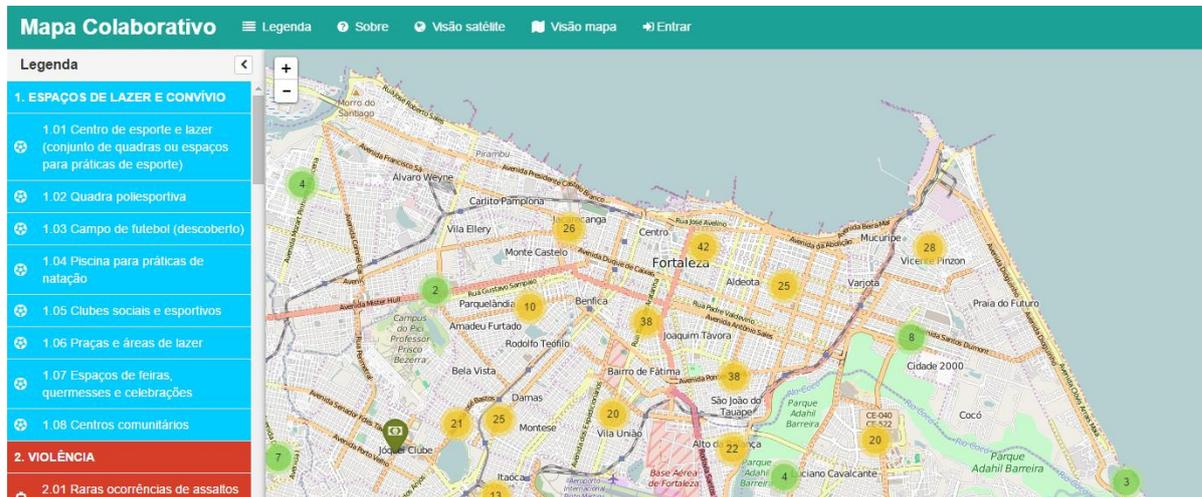
O IPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza, órgão municipal responsável pelo planejamento urbano da cidade, está elaborando um plano de desenvolvimento chamado Fortaleza 2040. Durante as reuniões e assembleias para discussão do plano, surgiu uma demanda da comunidade por um mapeamento que fosse realizado de forma mais abrangente e contemplasse todas as pessoas, inclusive as que não estavam presentes nas reuniões. Atendendo a esse pedido, a equipe da Prefeitura elaborou, a partir de softwares livres e utilizando a base do [openstreetmap](https://www.openstreetmap.org/)¹, um sistema interativo no site do Fortaleza 2040 para realizar um mapeamento colaborativo. O projeto entrou em funcionamento em setembro de 2015 e, embora a fase de diagnóstico do plano já tenha terminado, o mapeamento colaborativo continua existindo como uma ferramenta de captação constante de demandas da população.

O mapeamento colaborativo depende apenas de um computador com internet. O usuário deve entrar no site do projeto, escolher uma legenda temática na qual se classifica a informação que será mapeada (Espaços de lazer e convívio, Violência, Acessibilidade, Cultura e memória, Risco a saúde, Economia, Meio ambiente) e inserir os dados com uma breve descrição. O sistema recebe os dados fornecidos pelo usuário e gera relatórios periodicamente. Essas informações passam por um processo de triagem que divide os registros em Registros Permanentes, dados sobre as estruturas físicas da cidade que podem ser acessados no site

¹ A plataforma [openstreetmap.org](https://www.openstreetmap.org/) é uma ferramenta de mapeamento colaborativo de uso livre sob licença aberta. Qualquer pessoa pode se cadastrar e contribuir no mapeamento de qualquer lugar do mundo. Para utilizar, basta um computador ou smartphone com internet.

Fortaleza em Mapas no formato de mapas temáticos e os Registros de Demanda, que são informações circunstanciais e são encaminhadas em relatórios específicos para os setores da Prefeitura responsáveis pelas ações de resolução dos conflitos apontados.

Figura 4.02. Tela do Mapa Colaborativo no site do Fortaleza 2040.



Fonte: <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/>

O plano foi pensado de forma participativa, através de “...grupos territoriais, grupos temáticos e grupos de articulação das políticas públicas em três fases encadeadas. A primeira delas objetiva descrever a situação atual da cidade, ou seja, a Fortaleza que Temos”. Para essa coleta de dados e construção do diagnóstico:

...foi incentivada a formação de grupos de discussão nos diferentes bairros da cidade. Tais grupos eram voltados para descrever a situação de cada bairro no que diz respeito à sua infraestrutura de moradia, acesso aos serviços públicos, interação social e seus aspectos econômicos, além da caracterização geral a partir de seus recursos naturais remanescentes, marcos construídos, memória comum e visão coletiva de suas peculiaridades. (FORTALEZA, 2015. p.6)

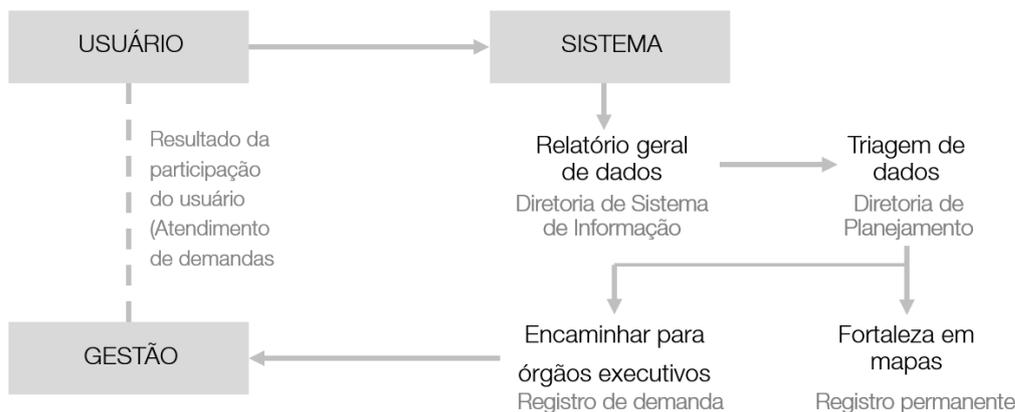
A metodologia utilizada fazia um levantamento das lideranças populares de cada bairro e fazia uma sensibilização através de reuniões para apresentação do projeto Fortaleza 2040 para que elas mesmas chamassem a população para participar das atividades seguintes. Após isso, foi realizado, por grupo de bairros, as atividades de mapeamento comunitário nas quais foi considerado o olhar dos moradores sobre o seu bairro através de “...um questionário único e preenchimento de um mapa do bairro destacando, através de cores diferenciadas, os trechos onde determinadas situações se mostram mais localizadas.” (FORTALEZA, 2015. p. 9).

Durante as reuniões e assembleias para discussão do plano, surgiu uma demanda da comunidade por um mapeamento que fosse realizado de forma mais abrangente e contemplasse todas as pessoas, inclusive as que não estavam presentes nas reuniões. Atendendo a esse pedido, a

equipe do IPLANFOR elaborou, a partir de softwares livres e utilizando a base do *openstreetmap*, um sistema interativo no site do Fortaleza 2040 para realizar um mapeamento colaborativo (Figura 4). O projeto entrou em funcionamento em setembro de 2015 e, embora a fase de diagnóstico do plano já tenha terminado, o mapeamento colaborativo continua existindo como uma ferramenta de captação constante de demandas da população.

O mapeamento colaborativo ocorre de forma simples, dependendo apenas de um computador com internet. O usuário entra no site do projeto, escolhe uma legenda temática na qual se classifica a informação que será mapeada (Espaços de lazer e convívio, Violência, Acessibilidade, Cultura e memória, Risco a saúde, Economia, Meio ambiente) e insere os dados com uma breve descrição. O sistema recebe os dados fornecidos pelo usuário e é gerado um relatório com todos os dados inseridos periodicamente. Esse relatório passa por um processo de triagem, que divide os registros em Registros Permanentes e Registros de Demanda.

Figura 4.03. Esquema do caminho dos dados inseridos na plataforma de mapeamento colaborativo do Fortaleza 2040.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IPLANFOR.

Os Registros Permanentes são dados de mapeamento de estruturas, equipamentos e localizações, que são organizados no site Fortaleza em mapas, onde podem ser acessados pela população na forma de mapas temáticos. Os Registros de Demanda são informações circunstanciais, que não entram no mapeamento mas são encaminhadas em relatórios para as secretarias e superintendências responsáveis para embasar ações de resolução dos conflitos.

b. Observatório Cidadão de Piracicaba

O observatório é um portal criado através da associação de diversas entidades públicas e privadas na cidade de Piracicaba - SP com o intuito de compartilhar informações de interesse

do cidadão na esfera municipal. Se intitulando como uma ferramenta de controle social, o observatório reúne informações divididas em Meio Ambiente, Metas, Participação Social e Transparência Pública. Os dados são apresentados sob a forma de indicadores que foram construídos a partir de fontes diversas, permitindo ao cidadão realizar análises sobre a construção e implementação de políticas públicas do município.

Assim como foi descrito a tipologia Informação, o Observatório de Piracicaba não permite a interação com os usuários do Portal, apenas fornecendo as informações e as fontes para que o cidadão assuma uma conduta ativa em outro ambiente, ou seja, configurando-se como um ambiente de coleta e compartilhamento de informações.

Figura 4.04. Tela do Observatório Cidadão de Piracicaba.



Fonte: <http://www.observatoriopiracicaba.org.br/>

4.1.2. Dispositivos de Mobilização/Ativismo

Esta tipologia pode ser chamada de “rede” pois fornece aos seus usuários a possibilidade de conectar-se a outros cidadãos (mobilização) e aos tomadores de decisão (pressão e feedback). A transformação da conduta de cidadão passivo, apenas consumidor de informações, para a conduta de cidadão ativo, que integra-se em um movimento maior de mobilização e ativismo, é possibilitada a partir da mudança de relação entre portal e usuário. Os objetivos deste tipo de dispositivo são relativos à ações concretas dos cidadãos. Desde o mecanismo de petições online (que apenas modificou o meio de coletar assinaturas) até a possibilidade de aprovar projetos de lei de iniciativa popular, todas essas ferramentas pressupõem a participação do cidadão no debate de questões coletivas sobre a cidade e o país.

a. Nossas

A Nossas é uma organização que se define como apartidária e sem fins lucrativos para dar voz às demandas propostas por cidadãos através de uma rede de mobilização e ativismo em diversas

cidades do Brasil. Atuando como incubadora de organizações a nível municipal (Meu Rio, Minha Sampa, Meu Recife, etc.) para mobilizar e agir em prol das causas locais, a rede é composta de voluntários que unem as pessoas para reivindicar ações ao poder público.

Com isso, a rede propõe aproximar a população dos poderes executivo e legislativo através de ferramentas de controle e fiscalização sobre as decisões dos gestores em relação a cidade. Todas com estratégias pensadas a partir do auxílio de tecnologias de base digital, utilizando-se dos potenciais de conectividade entre cidadãos para realizar grandes mobilizações em pouco tempo. Três das ferramentas desenvolvidas pelo Nossas se destacam: “De Guarda”, “Legislando” e “Panela de Pressão”.

A “Panela de Pressão” possibilita pressionar os gestores em determinado processo decisório. A ferramenta permite que o cidadão envie mensagens diretamente para a figura política através de *e-mail*, *facebook*, *twitter* ou telefone, sem intermediários. Através desta ferramenta, o usuário pode participar criando uma mobilização sobre um tema específico ou apoiando uma mobilização criada por outra pessoa, ajudando a pressionar.

Figura 4.05. Ilustração da ferramenta “Panela de Pressão”.



Fonte: <http://www.nossascidades.org/>

A ferramenta “Legislando” é um aplicativo que permite que os usuários criem, apoiem, assinem e adotem projetos de lei. Essa ferramenta representa um grande avanço no que diz respeito a participação popular no processo legislativo brasileiro, uma vez que aproxima os cidadãos dos parlamentares, fazendo com que o discurso das demandas sociais entre na pauta e influencie nas decisões legislativas com mais eficácia.

A ferramenta aceita os projetos de lei colaborativos, que podem ser iniciados por qualquer cidadão, e projetos de lei de iniciativa parlamentar, que somente podem ser iniciados por

vereadores ou deputados estaduais. Em todos os casos, ao iniciar um projeto de lei, o usuário deve colocá-lo para apreciação e para sugestões dos membros do legislando – com edição em documento no google drive – até que ele pode ser encaminhado ao parlamento através da adoção de projeto de lei, ação feita por um membro da rede que seja parlamentar. Essa ferramenta possui larga utilização com vários casos de efetivação.

Figura 4.06. Ilustração da ferramenta “Legislando”.



Fonte: <http://www.nossascidades.org/>

A terceira ferramenta, “De guarda”, propõe uma vigília eletrônica para ativar uma manifestação de resistência em situações nas quais a população não concorda com as ações do governo sobre determinado tema. O uso desta ferramenta ocorre quando o usuário da rede disponibiliza-se voluntariamente a cadastrar seu contato no aplicativo e receber mensagens instantâneas sobre os acontecimentos em tempo real para participar de manifestações.

Figura 4.07. Ilustração da ferramenta “De guarda”.



Fonte: <http://www.nossascidades.org/>

Um caso de sucesso com o uso desta ferramenta aconteceu no Rio de Janeiro, onde o governo iria demolir uma escola pública sem dar as devidas garantias de que os alunos continuariam estudando em outra escola. Com medo de perder as vagas, alunos, pais e professores iniciaram um movimento que, após ganhar apoio do Meu Rio, instalou uma câmera vigiando a escola e conseguiu impedir a demolição da escola.²

b. Change.org

A Change.org é uma plataforma de construção de abaixo-assinados sobre diversos temas populares e apoia iniciativas em várias partes do mundo. O sistema funciona da forma tradicional de um abaixo-assinado, porém, com o auxílio da internet e da inteligência artificial, a plataforma faz com que o abaixo-assinado seja visto por pessoas que se interessam pelo tema e que, ao final, chegue aos tomadores de decisão, pressionando e influenciando nas condutas dos gestores.

Figura 4.08. Tela do site Change.org de petições online.



Fonte: <https://www.change.org/>

Para participar, o usuário deve fazer um cadastro no site gratuitamente, inserir o título do abaixo-assinado e escolher a “pessoa que decide”, é preciso, neste item, pesquisar o nome e o cargo do gestor responsável pelas decisões sobre o tema tratado. Depois de criado, o abaixo-assinado vai começar a receber assinaturas e apoios até que seja alcançada a meta e o documento seja enviado para o responsável.

² Para mais informações sobre o caso da escola do Rio de Janeiro: <http://www.meurio.org.br/#block-168>

Neste caso fica evidente o ganho de tempo e notoriedade que o uso dos espaços de compartilhamento virtuais proporciona ao abaixo-assinado, visto que, não somente as ideias são disseminadas com mais agilidade – e isto é importante pois muitas questões que são contempladas por abaixo-assinados possuem urgência de resolução – como também existe um rastreamento dos possíveis interessados de acordo com o tema para divulgar nos locais adequados e conseguir mais assinaturas para a petição.

4.1.3. Dispositivos Didáticos e de Pesquisa

Esta terceira e última tipologia de dispositivo de participação assemelha-se a tipologia “Informação”, porém, inserindo mecanismos de interatividade e permitindo análises, comparações e configurações na exibição dos dados. Geralmente criados através da associação de empresas e instituições particulares, esses dispositivos, embora também possuam o objetivo de compartilhar informações para empoderar os cidadãos, também possuem uma preocupação didática e de pesquisa. Além de fornecer dados para o usuário, esses portais também oferecem mecanismos interativos de organização e análise desses dados, adicionando mais complexidade na construção de cenários e no agrupamento de informações.

a. Alerta Democrático

Iniciativa do Instituto Reos³ apoiada por instituições internacionais, O Alerta Democrático é uma plataforma de construção de cenários relativos à democracia na América Latina, realizando previsões permitindo a realização de buscas e pesquisas relacionadas a diversos temas. Formada por líderes de diversos países do continente latino-americano, a plataforma trabalha com a metodologia de Planejamento de Cenários Transformadores.

Figura 4.09. Tela do site Alerta Democrático.

CONHEÇA CADA CENÁRIO POR COMPLETO

Um percurso de possibilidades futuras, um conjunto de caminhos para os próximos 15 anos que tem como estação de chegada a América Latina de 2030.

Clique nos links abaixo para ler o texto integral de cada cenário.



Fonte: <http://alertademocratica.org/>

³ Associação sem fins lucrativos que age sobre os desafios sociais do Brasil. Para mais informações, <http://institutoeios.org.br/>.

O objetivo do dispositivo é utilizar a previsão de cenários para a democracia latino-americana até 2030 para embasar a construção de agendas e condutas nos âmbitos políticos, acadêmicos e sociais. Dessa forma, possibilitando ao usuário uma leitura crítica e contextualizada da situação política do continente, o dispositivo define os seguintes cenários: Democracia em Transformação, Democracia em Tensão, Democracia em Mobilização e Democracia em Agonia.

b. Update Politics

Conforme são explorados, os dispositivos de participação possuem diversos mecanismos que possibilitam a interação e o compartilhamento de informações entre cidadãos. Porém, cada ferramenta possui um objetivo, atuando em dimensões específicas do processo de participação. Fazer essas ferramentas serem conhecidas e salientar seus potenciais é fundamental para que os cidadãos ganhem empoderamento através da utilização dessas novas possibilidades.

Compreendendo que cada ferramenta tem um potencial de ação através do estabelecimento de uma rede, o Update – Laboratório de Inovação Política na América Latina reuniu diversas iniciativas de controle cidadão e participação democrática em uma rede de redes, possibilitando a integração e a troca de ideias entre os grupos. A plataforma realizou uma pesquisa de iniciativas democráticas na América Latina – geralmente com uso da Internet – utilizando como pano de fundo o contexto sócio político do continente. Esta pesquisa dividiu as iniciativas em grupos e classificou-as quanto a seus objetivos e as possibilidades de atuação oferecidas. O resultado é um panorama de ações emergentes na América Latina.

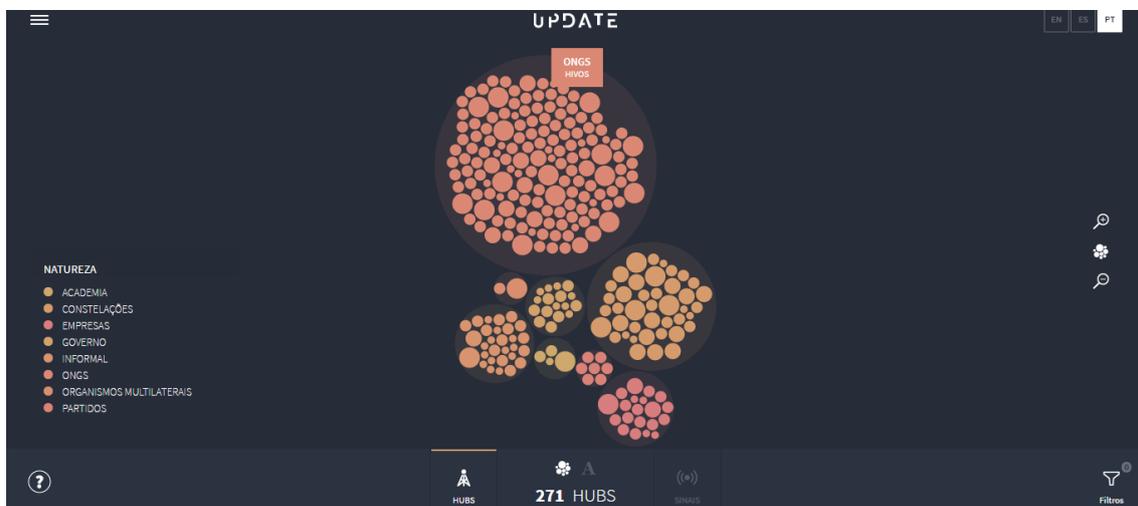
Figura 4.10. Tela de Pesquisa na modalidade “Sinais”, do Update Politics.



Fonte: <http://updatepolitics.cc/>

As duas modalidades de acesso e análise do banco de dados criado são os Sinais e os Hubs, tal como está definido no site da plataforma: “Os sinais são indícios e evidências de práticas políticas que reduzem a distância entre a sociedade civil e o poder público. São realizadas por múltiplos atores do ecossistema que nesse mapeamento denominamos de hubs.”⁴ Os Sinais são divididos nos seguintes temas: Comunicação Independente, Controle Social, Cultura Política, Governo 2.0, Participação Cidadã, Transparência & Accountability. Os Hubs são os atores que criam, divulgam e executam as ações, são classificados nas seguintes naturezas: Empresas, Partidos, Academia, Informal, Organismos Multilaterais, ONGs, Constelações, Governo.

Figura 4.11. Tela de pesquisa na modalidade “Hubs” do Update Politics.



Fonte: <http://updatepolitics.cc/>

Figura 4.12. Nesta tela são exibidas informações resumidas sobre uma ferramenta específica e o link para o site respectivo.



Fonte: <http://updatepolitics.cc/>

⁴ Fonte: <http://updatepolitics.cc/signals>

A plataforma configura-se, portanto, como uma reunião de ferramentas e iniciativas da América Latina, proporcionando um espaço para o conhecimento, o debate e a troca entre os atores envolvidos. Esta rede forma-se como uma maneira de fortalecimento e compartilhamento de ideias relativas a inovação política, atendendo a demanda atual de sociedades mais justas e democráticas.

4.2 Os dispositivos e as fases de planejamento urbano: possibilidades de suporte

De acordo com as informações apresentadas, foi realizada uma correspondência entre os objetivos de cada dispositivo e as etapas do planejamento urbano. Nas atividades iniciais, representadas pelos verbos Conhecer e Compreender, vemos que estão mais adequados os dispositivos do tipo Informação e Didáticos/Pesquisa. Na segunda etapa, quando as ações transformam-se em Julgar e Intervir, os dispositivos do tipo Mobilização/Ativismo, cujos objetivos permitem interação e decisão em conjunto. Por fim, alinhando-se ao conceito de um planejamento de dispositivos (ASCHER, 2010), que propõe planos dinâmicos baseados em *feedbacks*, todas as ações do processo de planejamento podem ser auxiliadas por dispositivos dos tipos Mobilização/Ativismo e Didáticos/Pesquisa. A tabela abaixo propõe uma correspondência entre as etapas de planejamento (conforme tabela do capítulo 02, p. 52), dispositivos utilizados (conforme classificação definida neste capítulo) e os tipos de participação (conforme Arnstein, 1969) e expõe as conclusões aqui apresentadas.

Quadro 04. Etapas de planejamento, dispositivos e tipos de participação.

PLANEJAMENTO URBANO (FERRARI, 1986 e SABOYA, 2000)			DISPOSITIVO UTILIZADO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO (ARNSTEIN, 1969)
	AÇÕES	ETAPA		
ELABORAÇÃO DO PLANO	Conhecer	Pesquisa	Informação	Informação/ Consulta
	Compreender	Análise Diagnóstico	Didático/ Pesquisa	
	Julgar	Previsão Plano básico	Informação Mobilização/ Ativismo	Participação
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	Intervir	Execução das ações	Informação Mobilização/ Ativismo	Informação/ Consulta Participação
	Monitorar	Fiscalização e controle Avaliação, revisão e atualização do plano	Mobilização/ativismo Didático/Pesquisa	Informação/ Consulta Participação

Fonte: Elaborado pelo autor.

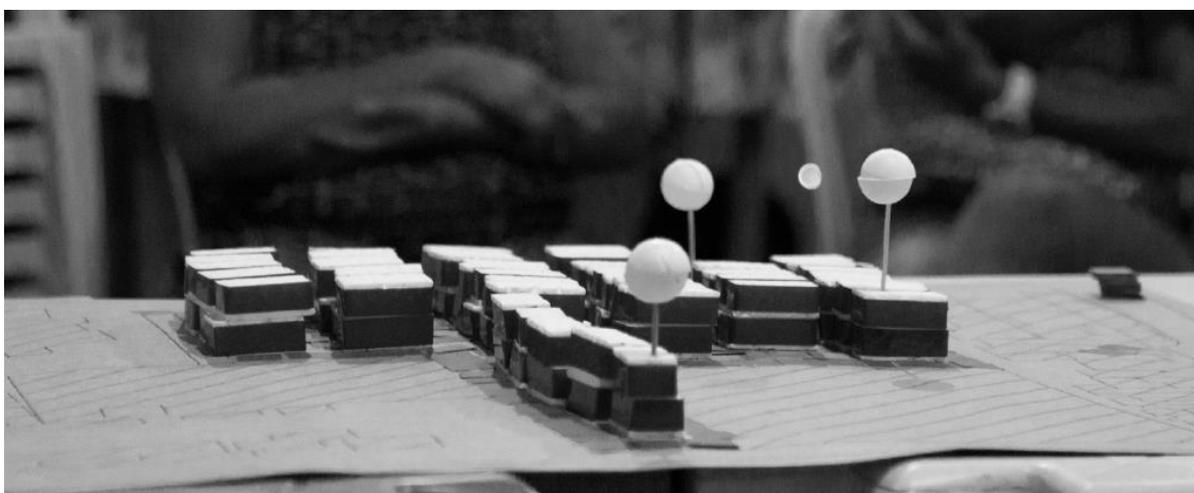
A partir dos dispositivos de participação no contexto da cidade digital interconectada e, percebendo como se dá a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação em diversas situações dos processos participativos, pode-se perceber que as rotinas participativas podem ser amplamente auxiliadas pelos dispositivos virtuais, porém é preciso ponderar em quais etapas do processo de planejamento urbano o ambiente virtual de participação pode ser útil, pois, em muitas situações, ele não poderá substituir a presença física dos cidadãos nas ruas e nos demais locais de debate e decisão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...assim como o missionário prega sua cultura religiosa em lugares onde não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço.” (KAPP et al, 2012)

A partir das informações apresentadas na fundamentação teórica, revelou-se um conceito de cidade que contempla a inserção das TICs no cotidiano, condição que amplia a complexidade de relações e o “conjunto de redes interconectadas” (ASCHER, 2010). Através do surgimento de novas linguagens a cidade é transformada em um conjunto de espaços físicos e virtuais, um “espaço ampliado” e híbrido (FIRMINO E DUARTE, 2016). Neste sentido, segue o debate sobre o planejamento enquanto tentativa de lidar com a complexidade do espaço urbano através da compreensão das diversas ações, etapas e fases deste processo. O uso das TICs potencializa a representação da cidade e de suas dinâmicas, uma vez que essas tecnologias possibilitam a produção e o compartilhamento de informações sobre a cidade em tempo real, possibilitando um planejamento alinhado com as transformações urbanas.

Figura 5.01. Maquete produzida pelos moradores da comunidade Raízes da Praia.



Fonte: ARQPET.

Objetivando construir cidades mais democráticas, a participação se apresenta como uma das principais condições para o planejamento urbano. O estudo do conceito de participação, dos tipos de participação e das condições para uma participação eficiente embasou uma postura crítica frente ao estudo de caso na Comunidade Raízes da Praia, que serviu como experiência para a pertinente caracterização de um processo participativo, revelando pontos positivos e negativos de sua realização. Este debate também fundamentou o levantamento e a análise dos

dispositivos de participação que utilizam a Internet como principal base de trabalho. Por fim, a proposição de uma classificação e uma sistematização do uso dos dispositivos em cada fase de planejamento conforma uma tentativa de estabelecer novas possibilidades para os processos participativos.

Segundo estudo realizado por Pereira (2017), baseando-se em Luchmann (2003), existem algumas condições prévias para que ocorra uma participação popular de qualidade em políticas públicas ou na elaboração de Planos Diretores. No trabalho de Pereira são estabelecidos parâmetros específicos para processos de planejamento urbano. Embora o processo desenvolvido na comunidade Raízes da Praia não se configure como planejamento urbano, os parâmetros desenvolvidos pelos autores mostraram-se pertinentes para embasar uma análise deste caso. Para isto é preciso fazer as adaptações necessárias já que a experiência analisada constitui-se como um processo participativo que diz respeito a uma questão coletiva e pública: a habitação. As condições para que ocorra a participação popular em políticas públicas – definidas por Luchmann, 2003 – são a tradição associativa, a vontade política e o desenho institucional. Pereira (2017) acrescenta mais uma condição, o comprometimento dos técnicos envolvidos com o princípio participativo, e destaca a importância de considerar a influência dos fatores próprios do território em estudo.

No caso da Comunidade Raízes da Praia, existiu uma tradição associativa que, na verdade, formou-se a partir da necessidade de sobreviver e lutar pelo direito à moradia. Esta tradição foi cultivada a partir do apoio do Movimento das Centrais Populares (MCP) com a realização das reuniões periódicas para planejar a ocupação. Este parâmetro, a partir do caso estudado, constitui-se como essencial para a realização do processo pois, além desta demanda ter partido da comunidade para a universidade, não teria sido possível realizar as atividades se não houvesse uma coesão comunitária, ainda que diversas dificuldades de participação tenham sido enfrentadas ao longo das oficinas propostas.

Sobre a vontade política, o que se pode inferir primeiramente é que a ocupação só foi realizada por causa de um procedimento de remoção - na verdade, um conjunto de ações – do poder público em terrenos onde moravam grandes populações. Em segundo lugar, avaliando os resultados de outros processos semelhantes ao desta comunidade, as pressões exercidas e a resistência das pessoas envolvidas foi determinante para a manutenção da comunidade no terreno ocupado, fazendo com que, inclusive, a Prefeitura de Fortaleza negociasse alguns dos lotes ocupados com os proprietários para que a comunidade permanecesse no local. Portanto, a vontade política existiu em alguns momentos a partir da pressão popular e de movimentos e

instituições envolvidas. E, considerando como se dá o funcionamento das políticas públicas, a resolução de problemas desta natureza ainda necessita da aprovação do poder público. Pois, caso não haja essa vontade, muitos dos objetivos serão dificultados ou mesmo impedidos de serem levados adiante. Porém, o protagonismo da comunidade neste processo mostrou-se essencial para provocar um posicionamento do Estado em muitas ocasiões.

O desenho institucional foi definido por Luchmann (2003) levando em consideração uma estrutura tradicional de planejamento urbano, promovida pelo poder público. No caso da Comunidade Raízes da Praia, o processo participativo foi desenvolvido através da parceria entre a comunidade e a universidade, não tendo influência do Estado, portanto, este parâmetro será encarado, para fins de análise como o desenho do processo desenvolvido e executado. A proposta de atividades, a partir do que foi exposto pela comunidade ao ARQPET, foi a de criar um espaço de debate colaborativo através de uma estrutura horizontal de projeto, considerando a atuação de todos os participantes para os resultados obtidos. O método proposto falhou em alguns pontos, principalmente relativos à linguagem utilizada nas atividades – que não foi a mais adequada – e também teve seu funcionamento afetado pela dificuldade de participação dos moradores e por problemas de coesão comunitária – onde emergiam conflitos internos, aspecto que também pode ser encarado como positivo, por proporcionar um espaço de debate sobre esses conflitos. Compreende-se também que algumas falhas nas atividades foram advindas do contexto de vulnerabilidade social e das dificuldades relativas a esta condição. Porém, ainda assim, a avaliação final traz mais pontos positivos do que negativos, sobretudo quando considera-se o acesso a informação como forma de emancipação política e social desta população.

A quarta condição, acrescentado por Pereira (2017) fala sobre o comprometimento dos técnicos com o princípio participativo. Na elaboração e execução do processo participativo, a equipe realizou orientações para todos os participantes no intuito de repassar os objetivos de cada atividade e garantir a livre expressão dos moradores, ressaltando a importância de um processo como este e suas consequências para a comunidade. Foram necessárias, inclusive, diversas adaptações durante o processo para lidar com os entraves que surgiam a fim de garantir a participação legítima dos moradores nas atividades.

A experiência na Comunidade Raízes da Praia, ainda que não tenha atingido definições exatas sobre a execução das moradias, proporcionou um espaço inédito de debate e reflexão para os moradores sobre a produção do seu espaço, tanto o espaço público da comunidade, como o espaço individual da habitação.

Vieira (2008) define parâmetros evolutivos como aqueles que expressam a temporalidade de qualquer sistema. Encarando o processo de planejamento participativo como um sistema composto de diversas partes que se relacionam, dois destes parâmetros são utilizados para esta análise: conectividade e estrutura. Segundo o autor, a conectividade é a capacidade que os elementos de um sistema têm de estabelecer conexões ou relações entre si. Já estrutura ocorre quando as relações são estabelecidas, é a conexão (VIEIRA, 2008). Ou seja, a conectividade representa a possibilidade, a estrutura representa o fato ocorrido.

A adoção deste referencial possibilita a compreensão da abrangência da conectividade proporcionada pelo uso das TICs, especificamente em processos participativos. As novas conexões, os novos espaços de produção e compartilhamento de informações estabelecidos pelo uso das TICs representam possibilidades de conexão entre atores sociais, porém não representam estas conexões de fato.

Os dispositivos virtuais de participação apresentados operam sobre a conectividade ampliando as possibilidades de efetivação de novas conexões, em muitos casos, com agilidade e eficiência. Em certos casos também possibilitam tipos de relações nunca antes experimentadas, atributo próprio da tecnologia que representam. Por outro lado, as ferramentas participativas tradicionais guardam um atributo fundamental que não pode e nem deve ser substituído: a presença física, a atuação materializada no espaço urbano.

O acesso à Internet através de computadores, smartphones ou dispositivos móveis não garante, por si só, autonomia popular. O verdadeiro controle social, patamar conquistado a partir de genuínos processos participativos, pressupõe, para além do acesso à informação e à rede, o conhecimento sobre o potencial dos dispositivos e o que isto significa em termos de poder e autonomia do cidadão nos processos decisórios. Isto pode ser verificado no caso da Comunidade Raízes da Praia, onde quase todas as pessoas possuem smartphones e muitos moradores possuem computador com acesso à Internet, mas isto não é suficiente para que os moradores tenham acesso aos dispositivos e participem das decisões.

Esclarecido o conceito de conectividade e compreendendo, a partir disto, a condição de potência que as TICs têm para o planejamento urbano, faz-se necessário refletir sobre a efetivação destas conexões. É preciso considerar que o estabelecimento de um canal de relação entre um cidadão e um gestor não significa necessariamente a construção de uma atividade democrática e inclusiva de planejamento da cidade. Nos casos em que a conexão é de fato estabelecida, a análise deve ocorrer sobre a qualidade e a efetividade do contato proporcionado.

Ainda utilizando o embasamento teórico sobre sistemas, segundo Denbigh (1975 apud VIEIRA, 2008) as conexões podem ser ativas, quando permitem o intercâmbio de informações, indiferentes, quando são indiferentes a este intercâmbio, e podem ser opostas ou contrárias, quando bloqueiam o transporte de informações. Esta classificação corrobora com os tipos de dispositivos definidos nesta pesquisa.

Os dispositivos do tipo mobilização/ativismo estabelecem conexões do tipo ativas, tais como as redes sociais virtuais que funcionam como espaços democráticos de comunicação multidirecional, permitindo que os elementos conectados exerçam influência uns sobre os outros, ou mesmo que, num sistema complexo, eles consigam modificar o espaço de conexão, definindo outras configurações de estruturas. Os dispositivos do tipo didáticos podem estabelecer conexões do tipo indiferente já que muito deles são indiferentes – e muitas vezes até estanques – na transmissão das informações que exibem, ou seja, o fato de o usuário acessar e utilizar as informações desses dispositivos não possui qualquer influência no espaço criado ou no tipo de conexão. Nos dispositivos do tipo informação, no caso específico dos portais governamentais, o fluxo de informações é, na maioria das vezes, unidirecional. Dessa forma, pode-se dizer que as conexões que estes dispositivos estabelecem é do tipo opostas ou contrárias, já que bloqueiam o transporte de informações e/ou selecionam que tipo de informações serão exibidas, fato que também atinge inclusive o debate sobre a transparência dos dados na administração pública. Abaixo propõe-se uma tabela-síntese da correspondência descrita entre tipos de conexão e tipos de dispositivo.

Quadro 05. Correspondência entre tipos de dispositivo e tipos de conexão.

TIPO DE DISPOSITIVO	TIPO DE CONEXÃO (Denbigh, 1975 apud Vieira, 2008)	EXEMPLO DE DISPOSITIVO
Informação	Opostas ou contrárias	Portais governamentais
Mobilização/Ativismo	Ativa	Redes de mobilização, petições online
Didáticos	Indiferente	Portais de pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com isto, pode-se concluir que a exclusão da população nos processos de planejamento da cidade faz parte de um contexto de manutenção das relações de poder existentes. Portanto, o acesso às redes conectadas não garante o acesso aos processos decisórios (ainda que, somente a título de informação). O processo de tomada de decisão está fechado seletivamente por barreiras que vão além da rede virtual. Aspectos socioeconômicos, culturais, locais e,

sobretudo, as relações de poder existentes são os fatores que atuam para a manutenção das condições de funcionamento do planejamento tecnocrático.

A proposta desenhada neste trabalho é a da reflexão acerca do planejamento participativo. Tratando-se de tarefa complexa, tal como é o planejamento de cidades, é preciso reconhecer os dispositivos de participação – tradicionais e virtuais – seus potenciais e seus problemas, e analisá-los à luz das necessidades existentes. Se, a partir do debate sobre o planejamento urbano participativo foi apontado um conjunto de dificuldades na execução dos processos – muitas delas ligadas a comunicação, a representação e a democratização do planejamento – como ignorar o potencial trazido pelas TICs nos estudos urbanos e nos processos participativos?

Pierre Lévy (1999) já defendia que o debate acerca da informática não ocorresse sobre o patamar do determinismo tecnológico pois acreditava que o preconceito acerca das inovações faz com que estejamos ainda mais reféns delas. No caso do planejamento urbano, observando sob a perspectiva do Estado – que ainda é o principal responsável por propor e executar ações relacionadas ao planejamento urbano – é impossível ignorar os avanços relativos aos mapas colaborativos, aos aplicativos de registro de ocorrências urbanas, aos sistemas de transporte integrados. Sob a perspectiva do cidadão, também é relevante considerar às inúmeras redes de monitoramento popular que emergem de grupos da sociedade influenciados pela atual crise de representatividade política.

Porém, apenas conhecer os avanços da utilização das TICs não é suficiente. É preciso e é essencial que o planejamento de uma cidade incorpore essas iniciativas (populares e governamentais), juntando-as ao grupo dos dispositivos de participação tradicionais e montando um sistema de suporte ao planejamento participativo.

Com estes argumentos, porém, a pesquisa não tem a intenção de ignorar a falibilidade dos dispositivos estudados, bem como o largo conjunto de fatores que influenciam opiniões e ações nos espaços virtuais. Sabe-se que a democracia exercida nos espaços virtuais deve considerar, sob pena de ter sua legitimidade questionada, as limitações que o próprio espaço virtual lhe impõe, tais como a falsa identidade, a manipulação e falsificação de dados e mídias, a facilidade de “participar” de movimentos somente com um clique, sem maiores comprometimentos. Para além dessa análise preliminar, deve-se considerar ainda que o impacto dos dados da Internet representam um grande potencial de mobilização popular, mas também representam diversas possibilidades de manipulação e cooptação exercidas no espaço das redes virtuais.

Seguindo neste raciocínio, o desafio da exclusão digital se mostra cada dia mais evidente. A medida que as TICs avançam, cresce ainda mais o número de excluídos dessas redes, fruto da desigualdade de oportunidades e de diversos problemas de ordem socioeconômica que separam, não aleatoriamente, as populações que têm acesso e as que permanecem à margem da rede. Refletir sobre esta realidade, porém, faz emergir outros tipos de iniciativas que surgem em protesto a este sistema de exclusão. Exemplos disto são as associações de moradores, os movimentos sociais, as ONGs e os demais grupos da sociedade que decidem posicionar-se contra a segregação presente nas cidades do mundo.

Casos como o da comunidade Raízes da Praia exemplificam duas perspectivas nesta análise. A primeira delas é a exacerbação de um desumano, antigo e complexo conflito comum nas cidades do Brasil que é a problemática habitacional e seu ciclo de especulação imobiliária, remoções e ocupações. A outra perspectiva diz respeito à resistência, à mudança de paradigma proveniente da organização de uma comunidade com auxílio de movimentos sociais e instituições. Essa organização faz com que sejam desenhadas soluções alternativas que colocam em cheque a cadeia de produção de moradia, apontando para caminhos, como no exemplo desta comunidade, baseados na ocupação de terrenos vazios e na autoconstrução de habitações mais adequadas para a comunidade.

A complexidade proveniente da atividade de planejar, lidando com um “coletivo social prenhe de conflitos e contradições” (SOUZA, 2000) transforma a participação popular em um desafio. Neste sentido, o sistema de suporte ao planejamento constitui-se como um conjunto de dispositivos de consulta, verificação, controle e monitoramento que, a partir de *inputs* dos atores sociais em instâncias físicas e virtuais, proporciona um arranjo institucional favorável à genuína participação popular em todas as fases do planejamento através de um processo de *feedback* contínuo.

Este trabalho insere, sobretudo, o componente da reflexão em todas as etapas de planejamento. A reflexão é, por excelência, a ação que permite a exacerbação dos conflitos sociais existentes e, mais importante, o debate acerca desses entraves. É no momento da reflexão que o feedback acontece e a equipe de planejamento pode verificar como a metodologia adotada foi recebida pela população, testando se as expectativas foram atendidas com sucesso.

A partir desta pesquisa, outras questões vêm à tona para construção de novos métodos e dispositivos para processos participativos. Além dos aspectos que ficaram em aberto sobre a experiência da Comunidade Raízes da Praia que ainda está em andamento e, portanto, não

possui resultados definitivos, uma das lacunas deste processo é o estudo de alternativas para solucionar os entraves do processo participativo. Considerando as possibilidades dos dispositivos de participação, é relevante avaliar se a utilização destes é pertinente e eficiente na resolução de conflitos de um processo como este.

Também pode ser apontada como uma recomendação de pesquisa a verificação da eficiência dos dispositivos na resolução dos problemas encontrados nos processos participativos através de desenvolvimento de aplicativos, sites, redes, ou mesmo da montagem de um sistema composto de diversos dispositivos existentes – como os que foram estudados nesta pesquisa – e o teste em processos participativos reais para que seja produzido um feedback sobre esta utilização.

A partir da classificação e da proposta de utilização dos tipos de dispositivos nas fases do planejamento, também é pertinente construir um sistema de suporte que considere as características de cada dispositivo e faça a correspondência com o objetivo de cada fase do processo participativo, buscando incluir iniciativas existentes e desenvolver dispositivos específicos para fases ainda não contempladas com estes sistemas.

As dificuldades relacionadas à linguagem e à comunicação encontradas no processo participativo – relacionados a leitura de mapas, por exemplo – revelam uma necessidade urgente de repensar a linguagem do planejamento urbano. Se a cidade é de todos e se todos os cidadãos devem ser contemplados pelo planejamento urbano, este deve ser feito para todos os cidadãos, ou seja, a linguagem com que este planejamento se manifesta é condição fundamental para a inclusão ou para a exclusão da população nestes processos. Neste sentido, uma pesquisa futura que se apresenta é o estudo e a avaliação da forma de produzir e compartilhar as informações da cidade e do planejamento urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Christopher. *Urbanismo y Participación*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- ALEXANDER, Christopher. La ciudad no es un árbol. **Cuadernos de Arquitectura y Nuevo Urbanismo**. Ano 3, nº 5. Monterrey: Tecnológico de Monterrey, 2008.
- ANTONIO, Lucas Neumann de. *Mapa Daqui*: sistema colaborativo de sinalização para pedestres em espaços públicos. Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2015.
- ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, jul, p. 216-24: 1969.
- ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. *Assessoria técnica com interfaces*. Porto Alegre: IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016.
- BEIRÃO, José Nuno; MONTENEGRO, Nuno; ARROBAS, Pedro. “City Information Modeling: parametric urban models including design support data”. In: Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. **Anais**...Lisboa: 2012.
- BRASIL. *Estatuto da cidade*: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>.
- BRASIL. *Plano diretor participativo*: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988> Acesso em: 20 jul. 2016.
- BRASIL, Amíria B.; CAVALCANTI, Emanuel R. *Ocupe o Cocó*: um caso de resistência e insurgência em Fortaleza/CE. In: **Anais do XVI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências**. Belo Horizonte: ANPUR/ UFMG, 2015.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação?* São Paulo: Editora Braziliense, 1983.
- BUNGE, Mario. *La investigación científica*: su estrategia y su filosofía. Barcelona: Siglo Vientiuno Editores, 2002.
- CARDOSO, Daniel Ribeiro; MENESES, Vítor Domício de. *O uso dos novos meios nos processos de planejamento urbano participativo*. **Atas da V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA PNUM 2016**. Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2016.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *A era da Informação: Economia, sociedade e cultura*. Volume 1: *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Natalia Martinuzzi. *O direito de resistir ao direito: A experiência do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) na ocupação Raízes da Praia e os limites e possibilidades da afirmação constitucional do direito de resistência*. 2011. Monografia (Graduação em Direito). Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. *Apropriação*. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Org.). *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 63-69.

COSTA JÚNIOR, Pedro Wilson da. *Estado e movimentos sociais: qual autonomia? A experiência dos conselhos populares em Fortaleza*. Florianópolis: Em Debate Revista Digital, n. 6, p. 129-152, jul-dez, 2011.

CHARLEAUX, João Paulo. *Conheça seis iniciativas de quem não está nada desanimado com a política*. Nexo 5 mai. 2016. Disponível em <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/05/05/Conhe%C3%A7a-6-iniciativas-de-quem-n%C3%A3o-est%C3%A1-nada-desanimado-com-a-pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *O olhar periférico: informação, linguagem e percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1993.

FERRARI, Celson. *Curso de Planejamento Municipal Integrado: urbanismo*. São Paulo: Pioneira, 1986.

FIRMINO, Rodrigo; DUARTE, Fábio. Cidade infiltrada, espaço ampliado. *Arquitextos*, São Paulo, 096.01, **Vitruvius**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/3408>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed., 6ª reimp. São Paulo: Atlas, 2014.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: ROUSILEY, C. M. M.; GOMES, W.; Marques, F. P. J. A. (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ITEELSON, W.H. et. al. Homem ambiental. *Série Textos de Psicologia Ambiental* 14. Brasília: Laboratório de Psicologia Ambiental UNB, 2005.

JONHSON, Steven. *Emergência: A vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

KAPP, Silke et al. *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*. **Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO E III CONGRESSO IBERO-AMERICANO HABITAÇÃO SOCIAL: ciência e tecnologia "inovação e responsabilidade"**. Florianópolis: UFSC, 2012.

KAPP, Silke. *Autonomia heteronomia arquitetura*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p.95-105: 2004.

LEAL, Suely. *Fetice da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil*. Recife: Editora do Autor, 2003.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCHMANN, Lígia Helena H. *Redesenhando as relações entre sociedade e Estado: o tripé da democracia deliberativa*. Katálisis v. 6 n. 2 p. 165-168. Florianópolis, jul-dez, 2003.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Democracia online e o problema da exclusão digital*. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 30, p. 93-113, jul. 2014.

MENESES, Vítor Domício de. *Requalificação urbana do bairro Carlito Pamplona em Fortaleza CE*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2014.

MENESES, Vítor Domício de; CARDOSO, Daniel Ribeiro; ARIAS, Manuela Teixeira; LEITE, Raquel Magalhães; FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. *Planejamento urbano e autonomia na microescala: Aproximações para um processo horizontal*. Anais do II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. Rio de Janeiro: UERJ/UFRJ, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) et. al. *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORETTI, Ricardo de Sousa. *Normas urbanísticas para habitação de interesse social: recomendações para elaboração*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1997.

NOGUEIRA, André Soares. *Fogo, vento, terra e mar: Migrações, natureza e cultura popular no Bairro Serviluz em Fortaleza*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2006.

NEVES, José Luis. *Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades*. **Caderno de Pesquisas em Administração** v. 1. Nº 3. 2º Sem. São Paulo: 1996

NUNES, Débora de Lima. *Pedagogia da Participação: trabalhando com comunidades*. Salvador: UNESCO / Quarteto, 2006.

NAÇÕES UNIDAS, Organização das. *Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio*. Nova Iorque: ONU, 2015.

NAÇÕES UNIDAS, Organização das. *Novo Relatório da ONU avalia implementação mundial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/novo-relatorio-da-onu-avalia-implementacao-mundial-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PEREIRA, Elson Manoel. *A alegoria da participação*. Planos diretores participativos pós-Estatuto da Cidade. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

PEREIRA, Elson Manoel. *Como anda a participação? As condições para elaboração de Planos Diretores Participativos*. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2 p. 235-250. Recife, maio-ago, 2017.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFC (ARQPET-UFC). *Sobre o ARQPET*. Disponível em <<http://pet.arquitetura.ufc.br/p/sobre-o-arqpet.html>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

RAÍZES DA PRAIA. *Ocupação Raízes da Praia e a luta contra a especulação imobiliária*. Disponível em <<http://raizesdapraia.blogspot.com.br/2009/07/ocupacao-raizes-da-praia-e-luta-contr.html>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

ROCHA, Maria Célia Furtado; PEREIRA, Gilberto Corso. *Mídias Sociais e espaços de participação*. Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociabilidade. Salvador, 2011.

ROCHA, Maria Célia Furtado; PEREIRA, Gilberto Corso. *De consumidor a produtor da informação: Participação pública no contexto da nova cultura tecnológica*. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, Salvador, v. 9, edição especial (2010) – Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública, p. 73-86, 2010.

SABOYA, Renato T. de. Análises Espaciais em Planejamento Urbano: Novas Tendências. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, outubro 2000, p. 61-79.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Unesp, 1996.

SHIRKY, Clay. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EDUFF, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista*. Revista Território, ano V, nº 8, pp 67-100, jan-jun: Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA PINTO, Igor Moreira; SOARES, Jacqueline Alves. *Morro da Vitória: Formas de violência e de mediação comunitária*. IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais. Goiânia, 2015.

VIEIRA, Jorge Albuquerque. *Ontologia: Formas de conhecimento. Arte e ciência uma visão a partir da complexidade*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008.

VILLAÇA, Flávio. *As Ilusões do Plano Diretor*. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS MORADORES DA COMUNIDADE RAÍZES DA PRAIA

A. DADOS DO ENTREVISTADO

01. Nome completo: _____ Data Nasc.: _____

02. Local de moradia antes da Comunidade Raízes da Praia:

03. Mora aqui desde: Mês: _____ Ano: _____

04. Profissão/ocupação principal:

05. Número de filhos: _____ Eles estudam? Sim () Não ()

06. Número de habitantes na casa (contando com o entrevistado): _____

07. Meios de transporte:

Locomoção a pé () Ônibus () Carro () Moto () Bicicleta ()

Outro: _____

08. Meios de comunicação:

Rádio () Televisão () Celular () Computador ()

Outro: _____

09. Usa o celular para quais atividades?

Ligações () Whatsapp ou similar () Facebook () Outro: _____

10. Usa o computador para quais atividades?

11. O que você gosta de fazer no seu tempo livre (Lazer)?

B. DADOS DA HABITAÇÃO

01. A casa possui água encanada? Sim () Não () Forma de abastecimento utilizada: _____

02. A casa tem esgoto? Sim () Não () Forma de saneamento utilizada: _____

03. A casa tem energia elétrica? Sim () Não () Forma de energia utilizada: _____

04. Materiais de construção utilizados na casa:

C. REDES SOCIAIS

01. Com quem você deixa seus filhos quando vai trabalhar?

02. Quem são as pessoas que você mais gosta da comunidade?

D. A CASA

01. A sua casa tem problemas? Sim () Não () Quais?

02. Você gosta da sua casa? Sim () Não () Porque?

03. Como você imagina a casa ideal?

E. A COMUNIDADE RAÍZES DA PRAIA

01. Porque você veio morar na Comunidade Raízes da Praia?

02. Você gosta de morar na Comunidade Raízes da Praia? Sim () Não () Porque?

03. Existe alguma festa ou evento da comunidade? Qual?

04. Quais locais você costuma frequentar próximo daqui?

F. O PROJETO E A PARTICIPAÇÃO

01. Você acha importante que ocorram as reuniões comunitárias? Sim () Não ()
Porque?

02. Você compareceu a última reunião?

Sim () Não () Se não, porque?

03. Você tem conhecimento do projeto colaborativo de habitação que está sendo realizado pela Universidade Federal do Ceará em parceria com a comunidade? Sim () Não ()

04. Você participou de alguma atividade desse projeto? Sim () Não ()

05. Se sim, você gostou de participar? Sim () Não () Porque?

06. Se não, gostaria de participar? Sim () Não () Porque?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal do Ceará
 Centro de Tecnologia
 Departamento de Arquitetura
 e Urbanismo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, portador de cédula de identidade nº _____, estou sendo convidado a participar da pesquisa denominada *“O planejamento urbano a partir da microescala como estratégia para processos participativos”*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo é discutir formas alternativas de planejamento urbano que possibilitem a participação dos moradores envolvidos.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Daniel Ribeiro Cardoso (professor orientador) e Vítor Domicio de Meneses (mestrando em Arquitetura e Urbanismo e Design), todos da Universidade Federal do Ceará e com eles poderei manter contato pelo telefone (85) 3366 7490.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder as perguntas contidas na entrevista para colaborar com a coleta de dados do projeto. Fui informado de que, participando desta pesquisa poderei contribuir com o estudo da comunidade e expressar minhas opiniões sobre o tema.

Recebi os esclarecimentos necessários sobre a necessidade de gravação de áudio da minha participação, para melhor registro das informações e estou ciente deste procedimento.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer punição.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Fortaleza, _____

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE C – OFICINA “RAÍZES EM IMAGENS” – RAÍZES HOJE



APÊNDICE E – OFICINA “RAÍZES EM IMAGENS” – FOTOGRAFIAS



APÊNDICE F – LEVANTAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE PARTICIPAÇÃO

NOME/DEFINIÇÃO	PALAVRAS CHAVE	INSTRUMENTO	SITE
<p>Meu município Jogo educativo sobre orçamento público de uma cidade. Ao final do jogo, o usuário pode comparar as suas escolhas ao orçamento real da cidade em que mora.</p>	<p>Informação, educação, orçamento participativo.</p>	<p>Site.</p>	<p>https://meumunicipio.org.br/olio</p>
<p>Cidade Democrática Plataforma de participação para criação e debate de soluções para a cidade.</p>	<p>Fóruns de discussão, debate público, mapeamento da cidade.</p>	<p>Site</p>	<p>http://www.cidade democratica.org.br/</p>
<p>Palmas Lab Laboratório de Inovação e pesquisa que desenvolve soluções em TI para pesquisa social comunitária e promove a capacitação de jovens da periferia de Fortaleza. Pesquisa realizada em parceria com o MIT.</p>	<p>Pesquisa social, Tecnologia da Informação, Vulnerabilidade e Social.</p>	<p>Site e smartphone (aplicativo Palmas Lab)</p>	<p>http://palmaslab.org/</p>
<p>Nossas Rede de mobilização e ativismo que objetiva reunir cidadãos em prol de questões relativas ao município, atuação na escala da cidade. Funciona como uma incubadora nacional de redes municipais (Meu Rio, Minha Sampa, Meu Recife, etc).</p>	<p>Ativismo, inteligência coletiva, participação.</p>	<p>Site, Smartphone (aplicativo)</p>	<p>http://www.nossas.org/</p> <p>http://www.meurio.org.br/</p> <p>https://www.minhasampa.org.br/</p>
<p>Observatório de Piracicaba Observatório sobre a cidade de Piracicaba criado pela Prefeitura do município com informações para os cidadãos sobre as ações da gestão e políticas públicas.</p>	<p>Informação, controle cidadão, fiscalização.</p>	<p>Site</p>	<p>http://www.observatoriopiracicaba.org.br/</p>
<p>Change.org Iniciativa popular. Empresa social que abriga uma plataforma de construção de abaixo-assinados sobre diversos temas e apoia</p>	<p>Controle cidadão, participação, petição online.</p>	<p>Site, e-mail</p>	<p>https://www.change.org/</p>

iniciativas em várias cidades do mundo.			
Mapa Daqui Projeto de sinalização colaborativa para pedestres no qual o usuário constrói a peça de sinalização decide quais elementos da cidade devem ser indicados.	Sinalização, Percepção ambiental, apropriação dos espaços, significado do lugar.	Site	http://mapadaqui.org/
Cidade dos Sonhos Movimento de iniciativa popular criado para debater os desejos dos cidadãos para as cidades durante as eleições de 2016.	Informação, debate público,	Site	https://cidadedossomos.org/
Alerta Democrático Plataforma de construção de cenários relativos à democracia na América Latina, permitindo a realização de buscas e pesquisas relacionadas a diversos temas. Formada por líderes de diversos países do continente, a plataforma trabalha com a metodologia de Planejamento de Cenários Transformadores.	Informação, pesquisa, Análise de redes, democracia.	Site	http://alertademocratica.org/
Update politics Plataforma de análise e classificação de ferramentas virtuais de participação na América Latina. As ferramentas são classificadas segundo os temas Controle Social, Governo 2.0, Participação Cidadã, Comunicação Independente, Transparência e Accountability, Cultura Política.	Informação, Análise de redes, democracia.	Site	http://updatepolitics.cc/

